



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA E INDICADORES

MAIO 2018

2017

ÍNDICE

I – Sessões de decisões do Tribunal	6
II - Recomendações	7
Número de recomendações formuladas	7
Acolhimento de recomendações	7
III – Controlo prévio	8
Número e caracterização dos processos	8
Volume financeiro dos processos controlados	11
Indicadores financeiros	12
Recursos ordinários	12
Ações para apuramento de eventuais responsabilidades financeiras	13
Lista do valor financeiro de factos detetados	14
Indicadores financeiros (ARF)	14
IV – Controlo concomitante	15
Adicionais a contratos visados	15
Auditorias de fiscalização concomitante	15
Lista do valor financeiro de factos detetados	16
Indicadores financeiros	17
V – Controlo sucessivo	17
Auditorias por área de atuação e tipologia	17
Lista de auditorias/VEC/pareceres concluídos/N.º Recomendações	20
Lista do valor financeiro de factos de auditoria/VEC/pareceres detetados	23
Lista dos impactos financeiros conhecidos em 2015	28
Verificação interna de contas	30
Lista do valor financeiro de factos detetados	32
Entidades objeto de controlo	33
Relatórios de órgãos de controlo interno	60
Participações, exposições, queixas e denúncias	61
VI – Efetivação de responsabilidades	62
Responsabilidade financeira sancionatória	62
Responsabilidade financeira – 3.ª Secção e Secções Regionais	64
Efetivação de Responsabilidade – art.º 66.º - Processos Autónomos de Multa	66
VII – O Ministério Público junto do Tribunal de Contas	67
O Ministério Público	67
Participações do Ministério Público a outras jurisdições	68
VIII - Elementos complementares da Conta Consolidada	69

RELAÇÃO DE SIGLAS

ADSE	Direção Geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública
AICEP	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E
ARF	Apuramento de responsabilidades financeiras
ARS	Administração Regional de Saúde
AT	Autoridade tributária
CALRA	Conta da Assembleia Legislativa da Região Autónoma
CCAM	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo
CGD	Caixa Geral de Depósitos
CGE	Conta Geral do Estado
CRA	Conta da Região Autónoma
DGO	Direção-geral do Orçamento
EDIA	Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, SA
EM	Empresa Municipal
EPE	Entidade pública empresarial
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
FEA	Fundo de Estabilização Aduaneiro
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FET	Fundo de Estabilização Tributário
IAPMEI	Agência para a Competitividade e Inovação
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
LOPTC	Lei de organização e processo do Tribunal de Contas
MdP	Metro do Porto
MP	Ministério Público
OE	Orçamento do Estado
PCGE	Parecer sobre a Conta Geral do Estado
PO	Programa Operacional
POAT	Programa Operacional de Assistência Técnica
POC	Plano oficial de contabilidade

POISE	Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
PCRAA	Parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores
PCRAM	Parecer sobre a Conta da Região Autónoma da Madeira
PGRIC	Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
RA	Região autónoma
RAM	Região Autónoma da Madeira
RTP	Rádio e Televisão de Portugal
SCI	Sistema de Controlo Interno
SFA	Serviços e fundos autónomos
SI	Serviços Integrados
SNC-AP	Sistema de normalização contabilística para administrações públicas
SPE	Setor público empresarial
SRA	Secção Regional dos Açores
SRM	Secção Regional da Madeira
SS	Segurança Social
STCP	Sociedade de Transportes Coletivos do Porto
TC	Tribunal de Contas
VEC	Verificação externa de contas
VIC	Verificação interna de contas

O presente volume, de informação estatística e indicadores, apresenta os dados agregados da Sede, Secção Regional do Açores e Secção Regional da Madeira.

I – SESSÕES E DECISÕES DO TRIBUNAL

As deliberações e decisões do Tribunal de Contas são tomadas, na Sede, em Plenário Geral, Plenário de Secção, Subsecção (três juízes), em sessão diária de visto e por Juiz singular. Nas Secções Regionais, em coletivo especial, sessão ordinária, sessão diária de visto e audiência de julgamento.

Número de sessões e decisões do Tribunal

Plenário Geral e Secções do Tribunal	Sessões	Decisões	Sentenças	Acórdãos	Resoluções	Relatórios Auditorias VEC e ARF	Outros relatórios e Pareceres CGE, CRA e CALRA
Plenário Geral do Tribunal	5			1	2		1
1.ª Secção – plenário e subsecção	32			48		6	
1.ª Secção – sessões diárias de visto		1.716					
1.ª Secção – juiz singular		42	5				
2.ª Secção – plenário e subsecção	31				1	36	
2.ª Secção – juiz singular		13	22				
3.ª Secção – plenário	8	2	11				
3.ª Secção – juiz singular	14			22			
Secção Regional dos Açores							
Sessões diárias de visto	55	71					
Sessões ordinárias e extraordinárias	15	17				14	1
Audiências de julgamento	1		1				
Sessões especiais	1						2
Decisões em processo autónomo de multa		11	2				
Secção Regional da Madeira							
Sessões diárias de visto	50						
Sessões ordinárias e extraordinárias	11	1				12	4
Audiências de julgamento	9		5				
Sessões especiais	1						2
Decisões em processo autónomo de multa			1				

ARF – Apuramento de responsabilidades financeiras

CALRA – Conta da Assembleia Legislativa da Região Autónoma

CGE – Conta Geral do Estado

CRA – Conta da Região Autónoma

VEC – Verificação externa de contas

VIC – Verificação interna de contas

II – RECOMENDAÇÕES

NÚMERO DE RECOMENDAÇÕES FORMULADAS

A Lei n.º 98/97, de 26 de agosto (Lei de organização e processo do Tribunal de Contas – LOPTC) prevê o poder do Tribunal de Contas (TC) formular recomendações no âmbito da sua atividade, constituindo as mesmas instrumentos essenciais da sua atuação.

Número de recomendações formuladas

Tipo de processo	Sede	SRA	SRM	Total
Fiscalização prévia	795	3	24	822
Ações para apuramento de responsabilidades financeiras	5			5
Auditorias de controlo concomitante	33	2	22	57
Pareceres (CGE, CRA)	79	23	9	111
Acompanhamento da execução orçamental	4			4
Auditorias e VEC de controlo sucessivo	428	88	15	531
Verificação interna de contas	500	44	12	556
Total	1.844	160	82	2.086

Nota: Por cada recomendação dirigida a mais de uma entidade, foram consideradas tantas recomendações quantas as entidades a que se formularam.

ACOLHIMENTO DE RECOMENDAÇÕES

O Tribunal teve conhecimento do acolhimento de 953 recomendações, formuladas no ano ou em anos anteriores.

Número de recomendações acolhidas

Tipo de processo	Sede	SRA	SRM	Total
Ações para apuramento de responsabilidades financeiras				0
Auditorias de controlo concomitante	2	4	25	31
Auditorias e VEC de controlo sucessivo	277	31	93	401
Pareceres (CGE, CRA)	40	4	1	45
Verificação Interna de Contas	474		2	476
Total	793	39	121	953

III – CONTROLO PRÉVIO

NÚMERO E CARACTERIZAÇÃO DOS PROCESSOS

Nos termos da LOPTC, compete à 1.ª Secção do Tribunal, na Sede, e às Secções Regionais dos Açores e da Madeira, o controlo financeiro prévio, o qual é exercido mediante a concessão ou recusa de visto aos atos, contratos e outros instrumentos geradores de encargos.

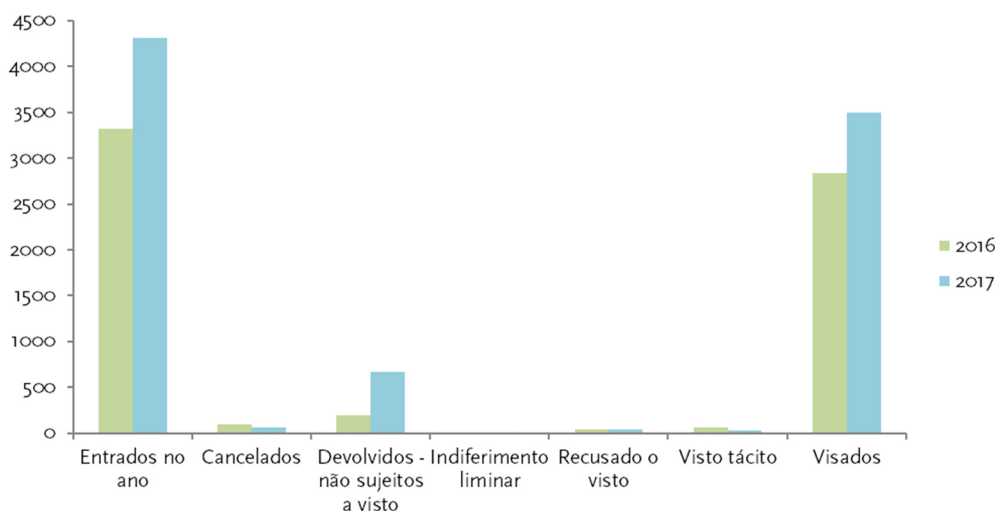
Movimento processual no ano

Processos de visto/Tipos de decisão	Sede	SRA	SRM	Total
Transitados	477	26	11	514
Entrados no ano	3.951	73	280	4.304
Total para análise no ano	4.428	99	291	4.818
Cancelados	61	3	2	66
Devolvidos por não estarem sujeitos a visto	577	11	81	669
Indiferimento liminar	3			3
Recusado o visto	30	9		39
Visados *	3.231	68	200	3.499
Visto tácito **	29			29
Total concluído no ano	3.931	91	283	4.305
Transitados para o ano seguinte	497	8	8	513

* Inclui processos com declaração de conformidade homologada

** Formação de visto nos atos, contratos e outros documentos sujeitos a fiscalização prévia cuja decisão não tenha ocorrido no prazo de 30 dias após a data de registo de entrada no TC (excluíndo sábados, domingos e feriados).

Movimento processual – comparação com 2016



Em 2017, foram efetuadas 3 821 devoluções de processos para complemento de instrução ou esclarecimento de dúvidas (3 432 na Sede, 106 na SRA e 283 na SRM).

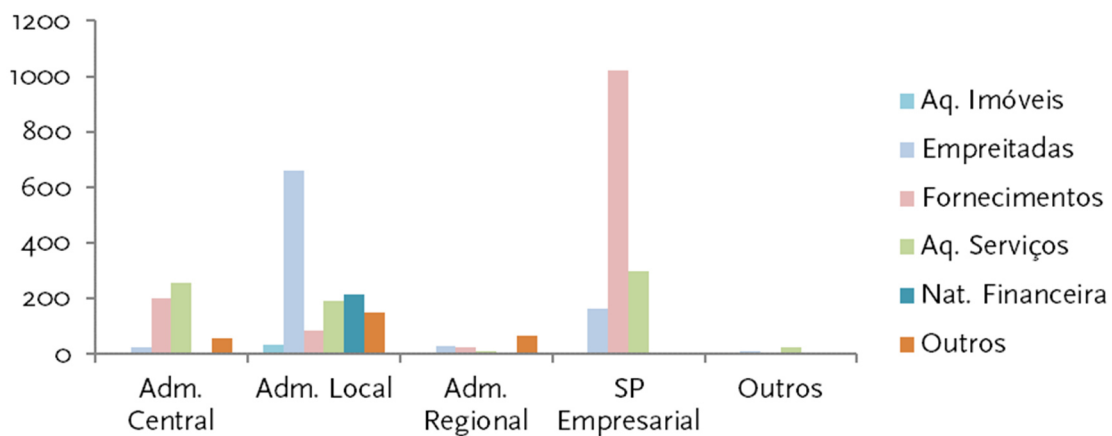
Por outro lado, foram efetuadas 3 921 reaberturas deste tipo de processos (3 567 na Sede, 115 na SRA e 239 na SRM).

Origem dos processos objeto de controlo prévio

Origem	Espécie processual						Total	
	Aq. Imóveis	Empreitadas	Fornecimentos	Aq. Serviços	Nat. Financeira	Outros **	N.º	Peso
Adm. Central		26	198	256		58	538	15,2%
Adm. Local	32	661	83	192	214	150	1.332	37,6%
Adm. Regional		29	24	11		66	130	3,7%
SP Empresarial	5	164	1020	298		7	1.494	42,2%
Outros*	3	11	4	26			44	1,2%
Total	40	891	1.329	783	214	281	3.538	100,0%

* Inclui: Fundações e Associações de Direito Privado e outras entidades

** Inclui: contratos-programa, protocolos, contratos de gestão, contratos de patrocínio e contratos interadministrativos de delegação de competências, contratos de empréstimo, contratos de locação, acordos, contratos de adesão, indemnizações com pensatórias, contratos de transação e aumentos de capital social, contratos de concessão, projetos de fusão de empresas locais e aquisição de participações sociais, acordos de transações judiciais e de pagamento entre outros



Os processos objeto de controlo tiveram origem maioritariamente em entidades do Setor Público Empresarial e da Administração Local, com 42,2% e 37,6% respetivamente.

No que respeita à espécie processual, verifica-se que os contratos de fornecimentos e de empreitada constituem a maioria dos processos objeto de controlo, com 37,6% e 25,2%, respetivamente, representando igualmente os contratos de aquisições de serviços uma parte significativa, com 22,1%.

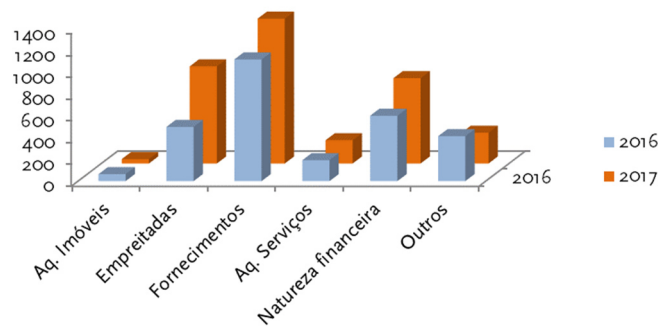
Processos por tipo de decisão e espécie processual

Tipo de decisão	Espécie processual						Total
	Aq. Imóveis	Empreitadas	Fornecimentos	Aq. Serviços	Nat. Financeira	Outros *	
Recusados		4	5	14	10	6	39
Visados	40	580	726	657	203	257	2.463
sem recomendações -em sessão diária de visto	38	334	526	504	192	233	1.827
com recomendações -em sessão diária de visto	2	243	198	149	11	24	627
sem recomendações -em subsecção/sessão ordinária			2	4			6
com recomendações -em subsecção/sessão ordinária		3					3
Com homologação de conformidade		307	598	112		19	1.036
Total	40	891	1.329	783	213	282	3.538
Peso (%)	1,1%	25,2%	37,6%	22,1%	6,0%	8,0%	100,0%

** Inclui contratos-programa, protocolos, contratos de gestão, contratos de patrocínio e contratos interdisciplinários de delegação de competências, contratos de em préstimo, contratos de locação, acordos, contratos de adesão, indenizações com pensatórias, contratos de transação e aumentos de capital social, contratos de concessão, projetos de fidejussão de empresas locais e aquisição de participações sociais, acordos de transações judiciais e de pagamento entre outros.

No gráfico seguinte, pode observar-se a distribuição de processos por tipologia e sua comparação com o ano transato, verificando-se que em ambos os anos predominam os processos relativos a fornecimentos, denotando-se ainda um aumento face ao ano anterior.

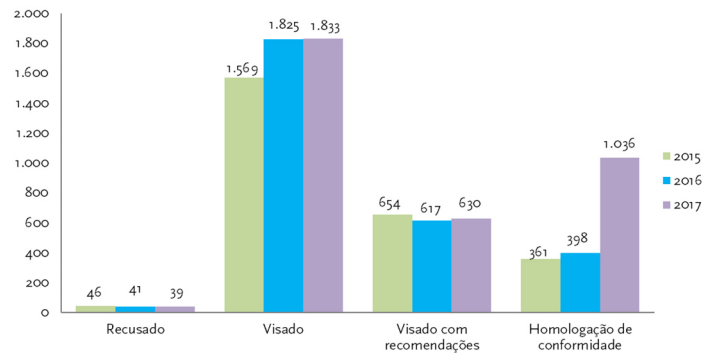
Distribuição dos processos por tipologia



Em termos globais, o número de processos controlados aumentou 22,8% em 2017, acentuando-se a tendência verificada nos anos anteriores, continuando igualmente a registar-se um número significativo de decisões de visto com recomendações (17,8%).

Evolução do número de processos controlados

Tipo de decisão	2015	2016	Var. %	2017	Var. %
Recusado	46	41	-10,9%	39	-4,9%
Visado	1.569	1.825	16,3%	1.833	0,4%
Visado com recomendações	654	617	-5,7%	630	2,1%
Com homologação de conformidade	361	398	10,2%	1.036	160,3%
Total	2.630	2.881	9,5%	3.538	22,8%



VOLUME FINANCEIRO DOS PROCESSOS CONTROLADOS

No que se refere ao volume financeiro dos processos objeto de controlo, verifica-se que o maior valor respeita aos processos provenientes da Administração Local (45,6%), seguido do Setor Público Empresarial (22,7%).

Montantes controlados

(Unidade:m €)

O origem	Sede	SRA	SRM	Total	Peso (%)
Administração Central	751.953			751.953	16,3%
Administração Local	2.034.544	46.382	25.843	2.106.769	45,6%
Administração Regional		76.649	527.535	604.184	13,1%
Setor Público Empresarial	919.074	77.364	53.669	1.050.107	22,7%
Outros *	108.708			108.708	2,4%
Total	3.814.279	200.395	607.047	4.621.721	100,0%

* Inclui Fundações, Associações de Direito Privado e outras entidades

Os processos de aquisição de serviços representam 21% do volume financeiro global, predominantemente oriundos da Administração Central e Setor Público Empresarial, seguidos dos processos referentes a “outros contratos” com 20,8% maioritariamente provenientes da Administração Regional e da Administração Local.

Montantes controlados por origem e espécie processual

(Unidade:m €)

O origem	Espécie processual						Total
	Aq. Imóveis	Em prestadas	Fornecimentos	Aq. Serviços	Nat. Financeira	Outros **	
Adm. Central		25.250	230.205	390.211		106.287	751.953
Adm. Local	38.786	619.385	52.565	188.488	863.683	343.861	2.106.768
Adm. Regional		50.419	13.293	62.562		477.910	604.184
SP Empresarial	10.755	215.344	513.303	276.711		33.995	1.050.108
Outros*	12.603	41.137	2.362	52.606			108.708
Total	62.144	951.535	811.728	970.578	863.683	962.053	4.621.721
(%)	1,3%	20,6%	17,6%	21,0%	18,7%	20,8%	100,0%

* Inclui: Fundações e Associações de Direito Privado e outras entidades

** Inclui: contratos-programa, protocolos, contratos de gestão, contratos de patrocínio e contratos interadministrativos de delegação de competências, contratos de empréstimo, contratos de locação, acordos, contratos de adesão, indemnizações com pensatórias, contratos de transação e aumentos de capital social, contratos de concessão, projetos de fusão de empresas locais e aquisição de participações sociais, acordos de transações judiciais e de pagamento entre outros

Quando comparado com o ano anterior, verifica-se um aumento do volume financeiro controlado na ordem dos 0,5%, o qual não acompanha o acréscimo do número de processos controlados.

O valor dos processos objeto de recusa de visto representa 2,6% do volume financeiro controlado.

Evolução dos processos

	2015					2016					2017				
	N um . Proc.	N um . Entidades *	M on tan te controlado	D os quais recusados		N um . Proc.	N um . Entidades *	M on tan te controlado	D os quais recusados		N um . Proc.	N um . Entidades *	M on tan te controlado	D os quais recusados	
				Valor	%				Valor	%				Valor	%
Sede	2.425	406	3.380.074	384.684	11,4%	2.556	405	4.200.712	137.689	3,3%	3.261	451	3.814.279	108.704	2,8%
SRA	66	27	312.534	8.870	2,8%	99	30	188.904	19.066	10,1%	77	41	200.395	9.371	4,7%
SRM	139	21	171.758	418	0,2%	226	21	208.800		0,0%	200	26	607.047		0,0%
Total	2.630	454	3.864.366	393.972	10,2%	2.881	456	4.598.416	156.755	3,4%	3.538	518	4.621.721	118.075	2,6%

* Considerada apenas um a entidade aquando da subm.issão de vários processos

INDICADORES FINANCEIROS

	Unidade:m €			
	Sede	SRA	SRM	Total
Processos cancelados antes de decisão devido a intervenção do Tribunal	23.429			23.429
Redução de valores contratuais decorrente da intervenção do Tribunal	63.825			63.825
Recusas de visto	108.704	9.371		118.075
Visto com recomendações	717.491	1.560	36.834	755.885
Volume financeiro dos processos com visto tácito	51.699			51.699

RECURSOS ORDINÁRIOS

Das decisões finais de recusa de visto, bem como dos emolumentos fixados pelo Tribunal, quer na Sede, quer nas Secções Regionais, podem ser interpostos recursos para o plenário da 1.ª Secção.

Em 2017 foram interpostos 17 recursos e proferidos 26 acórdãos e decisões, maioritariamente respeitantes a processos de empreitada.

Recursos ordinários - movimento processual

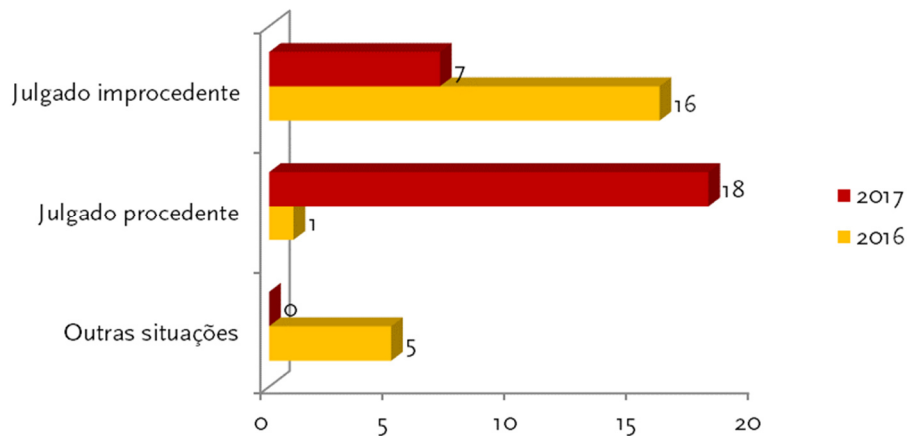
Recursos ordinários/Tipos de decisão	Sede	SRA	SRM	Total
Transitados	3	9		12
Distribuídos no ano	5	8	4	17
Total para julgar em to	8	17	4	29
Julgado procedente		14	4	18
Julgado in procedente	5	2		7
Outras situações *				0
Total de acórdãos/decisões no ano	5	16	4	25
Transitados para o ano seguinte	3	1	0	4

* Arquivamento

Recursos ordinários - decisões por espécie processual

Recursos ordinários/Tipos de decisão	Aq. In óveis	Em preitadas	Fornecim ento bens/serviços	Nat. Financ.	Outros *	Total
Transitados		9	1	1	1	12
Distribuídos no ano		6	3	2	6	17
Total	0	15	4	3	7	29
Indeferim ento lim inar						0
Julgado procedente		13	1		4	18
Julgado in procedente		1	1	2	3	7
Total de acórdãos/decisões no ano	0	14	2	2	7	25
Transitados para o ano seguinte	0	1	2	1	0	4

* Inclui 4 recursos de emolumentos, referentes a decisões de concessão de visto da em contratos de aumento de capital



AÇÕES PARA APURAMENTO DE EVENTUAIS RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS

No exercício da fiscalização prévia podem ser desenvolvidas ações para apuramento de eventuais responsabilidades financeiras, as quais podem ter em vista, designadamente, a comunicação ao Ministério Público das infrações financeiras detetadas nos processos de visto e que lhe permitam instaurar os respetivos processos de responsabilização.

Ações para apuramento de eventuais responsabilidades financeiras

	Inscritas em Plano		Concluídas			Arquivados/ extintos	Em curso
	Transit.	Novas	Transit.	Novas	N.º Entidades		
Sede	9	21	3		3	7	20
SRA							0
SRM							0
Total	9	21	3	0	3	7	20

Neste âmbito, foram concluídas, com relatório aprovado, as seguintes ações, com indicação das recomendações formuladas em cada relatório:

N.º relat.	Objeto da ação	N.º Recom. *
01/2017-1.ª	Adm inistração Regional de Saúde do Norte, I.P. - Processos de Fiscalização Prévia n.ºs 1363/2012 e 1365/2012	1
02/2017-1.ª	3.º Aditamento ao contrato-quadro de prestação de serviços para constituição da Rede Nacional de Segurança Interna, celebrado entre o Estado Português representado pelo Ministro da Administração Interna e as empresas "PT, COMUNICAÇÕES S.A." e "TMN - TELECOMUNICAÇÕES MÓVEIS NACIONAIS, S.A." - Processo de Fiscalização Prévia n.º 197/2013	2
03/2017-1.ª	Auditoria ao Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E. para apuramento de responsabilidades financeiras sancionatórias identificadas no exercício da fiscalização prévia incidente sobre o processo n.º 1575/2013	2
Total de recomendações em sede de apuramento de responsabilidades financeiras		5

* Por cada recomendação dirigida a mais do que uma entidade, foram consideradas tantas recomendações quantas as entidades a quem se formularam

Foram apurados os valores financeiros dos seguintes factos de auditoria:

Dep.	N.º relatório	Breve descrição dos factos de Auditoria	Montante (m €)
DCC	01/2017-1.ªs	Pagamentos em 2 contratos de aquisição de serviços, antes da pronúncia do TdC, em sede de fiscalização prévia.	417
	02/2017-1.ªs	3.º Aditamento a um contrato - quadro que configurou alteração do objeto, com acrescimento de encargos, pelo que devia ser sujeito a fiscalização prévia do TdC, mas foram autorizados e efetivados pagamentos no decurso da execução sem a pronúncia do TdC.	8.750
	03/2017-1.ªs	Renovação de contrato, com autorização de pagamentos, sem assunção e registo de compromissos em fundos disponíveis pelo seu valor integral e sem a pronúncia do TdC	1.233

INDICADORES FINANCEIROS (ARF)

	Unidade: m €			
	Sede	SRA	SRM	Total
Montantes das irregularidades detetadas em ações de apuramento de responsabilidades financeiras	1.138			1.138
Valor financeiro dos factos de auditoria detetados	10.400			10.400
Volume financeiro controlado em ações de apuramento de responsabilidades financeiras	10.399			10.399

IV – CONTROLO CONCOMITANTE

ADICIONAIS A CONTRATOS VISADOS

Os atos ou contratos que titulem modificações aos contratos visados e que, nos termos da LOPTC estão isentos de fiscalização prévia¹, devem ser remetidos ao TC para análise, no prazo de 60 dias a contar do início da sua execução.

Dessa análise, pode ocorrer a realização de uma auditoria a determinado ato ou contrato.

Atos e contratos adicionais recebidos

Atos e contratos	Unidade: m€							
	2016				2017			
	Sede	SRA	SRM	Total	Sede	SRA	SRM	Total
Número	359	20	2	381	439	9	1	449
Valor	24.642	167	384	25.193	37.250	339	-58	37.531

O número de contratos adicionais recebidos apresenta um aumento de 17,8% face ao ano anterior e o seu valor global cifra-se em 37.531 m€.

AUDITORIAS DE FISCALIZAÇÃO CONCOMITANTE

Foram concluídas, com relatório aprovado, 7 auditorias (3 na Sede, 1 na SRA e 3 na SRM).

Auditorias de controlo concomitante

	Inscritas em Plano		Concluídas			Arquivados/ extintos	A transitar
	Transit.	Novas	Transit.	Novas	N.º Entidades		
Sede	10	5	3	0	0	3	9
Contratos adicionais	5	3	3		3		5
Outros	5	2				3	4
SRA	1	4	0	1	3	3	1
Contratos adicionais							0
Outros	1	4		1	3	3	1
SRM (*)	7	3	3	0	3	0	7
Contratos adicionais	1						1
Outros	6	3	3		3		6
Total	18	12	6	1	6	6	17

(*) Dados corrigidos face aos apresentados nos processos a transitar do Relatório de Atividades de 2016

¹ Atos ou contratos que no âmbito de empreitadas de obras públicas já visadas, titulem a execução de trabalhos a mais ou de suprimento de erros e omissões (artigo 47.º da LOPTC, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 61/2011, de 7 de dezembro)

Seguidamente, apresentam-se as auditorias concluídas, com indicação das recomendações formuladas em cada relatório.

N.º relat.	Objeto da auditoria	N.º Recom. *
01/2017-1.ª S	Em preitada de "Teraplenagem, Infra-estruturas e pavimentação do Pólo 1 (Gonçalves) da Plataforma Logística de Leixões" - Contratos adicionais	6
02/2017-1.ª S	Auditoria relativa à execução do contrato de em preitada "Ampliação e beneficiação da ETAR da Quinta da Bomba" - Contratos adicionais outorgados pelos Sserviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada	3
03/2017-1.ª S	Evolução dos acréscimos de custos nos contratos de em preitada, designadamente por força de adicionais	24
11/2017-SRA	Submissão a fiscalização prévia dos contratos de assunção de dívida financeira de em presas locais celebrados pelo Município das Velas	2
01/2017-SRM	Auditoria de fiscalização concomitante ao Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM - despesas de pessoal e contratação pública - 2014-2015	8
08/2017-SRM	Auditoria de fiscalização concomitante à Câmara Municipal de Machico - despesas de pessoal e contratação pública - 2014-2015	8
09/2017-SRM	Auditoria de fiscalização concomitante ao contrato da em preitada de construção da ligação do caminho municipal da Portela ao caminho municipal José Barreto - Camacha	6
Total de recomendações em sede de controlo concomitante		57

* Por cada recomendação dirigida a mais do que uma entidade, foram consideradas tantas recomendações quantas as entidades a quem se formularam

Foram apurados os valores financeiros dos seguintes factos de auditoria:

Dep.	N.º relatório	Breve descrição dos factos de Auditoria	Montante (m €)
DCC	01/2017-1.ªS	Nove contratos adicionais à empreitada de "Ternaplagem, infraestruturas e pavimentação do Pólo 1 (Gonçalves) da Plataforma Logística de Leixões", que titularam trabalhos a mais e de suprimentos de bens e serviços, sendo que o valor dos trabalhos a mais, 1.025.898,90, excedeu o limite legal de 5% . Adjudicações de trabalhos novos, de valor inferior a 350.000,00 €, que estavam, por força do artigo 48.º, n.º 2, da LOPTC, sujeitas a fiscalização prévia deste TdC e outras diretamente relacionadas com a execução da empreitada e, com o tal, deveriam ter sido enviadas ao TdC, ao abrigo do artigo 47.º, n.º 2, da LOPTC.	1.497
	02/2017-1.ªS	Três contratos adicionais à empreitada de "Ampliação e Beneficiação da ETAR da Quinta da Bomba" que titularam trabalhos a mais, de suprimentos de bens e serviços e trabalhos suprimidos. A entidade efetuou com pensação entre valores positivos e negativos, o que, na data, era legalmente possível para os trabalhos a mais.	700
SRA	11/2017-SRA	Autorização do pagamento dos encargos decorrentes dos contratos geradores de dívida pública fundada, que não foram submetidos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas quando a isso estavam legalmente sujeitos.	681
SRM	01/2017-SRM	As decisões de escolha do procedimento e de adjudicação foram tomadas por um órgão incompetente. Adjudicação de duas prestações de serviços na modalidade de tarefa com desrespeito pelos pressupostos definidos na lei para esse efeito.	108
	08/2017-SRM	Recurso ao ajuste direto com base num critério material cujos pressupostos não se encontram preenchidos	117
	09/2017-SRM	Assunção, no âmbito de uma transação com a fim a adjudicatária, homologada posteriormente pelo Tribunal Judicial de Santa Cruz, do encargo titulado pela fatura n.º 11/2009-A, de 30-04, no montante de 1.984.291,81€ (c/IVA), que não tinha com o suporte o indispensável auto de medição dos trabalhos executados, obrigando a que o Município de Santa Cruz tivesse de proceder ao seu pagamento em cumprimento da sentença daí resultante. O reconhecimento irregular do montante titulado pela fatura n.º 11/2009-A originou ainda a cobrança de juros de mora por conta da mesma a que foram imputados ao Município, no valor de 600.918,12€, dos quais foram (indevidamente) pagos 457.062,58€.	2.441

INDICADORES FINANCEIROS

	Sede	SRA	SRM	Total
Montantes das irregularidades detetadas em auditorias de controlo concomitante	681	681	2.222	3.584
Volumen financeiro controlado em auditorias de controlo concomitante	2.197	681	5.773	8.651
Impactos financeiros conhecidos no ano decorrentes de recomendações acolhidas	4	9.778		9.782

Unidade: m €

V – CONTROLO SUCESSIVO

De acordo com a LOPTC, compete à 2.^a Secção do Tribunal, na Sede, e às Secções Regionais dos Açores e da Madeira, o controlo financeiro concomitante e sucessivo, o qual é exercido mediante a realização de ações conducentes à emissão do Parecer sobre a Conta Geral do Estado (PCGE), incluindo a da Segurança Social, dos Pareceres sobre as Contas das Regiões Autónomas (PCRAA e PCRAM), de relatórios de auditoria e de verificação (externa e interna) de contas.

Ocorreu a aprovação do Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2016, do Parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores de 2016 e do Parecer sobre a Conta da Região Autónoma da Madeira de 2016.

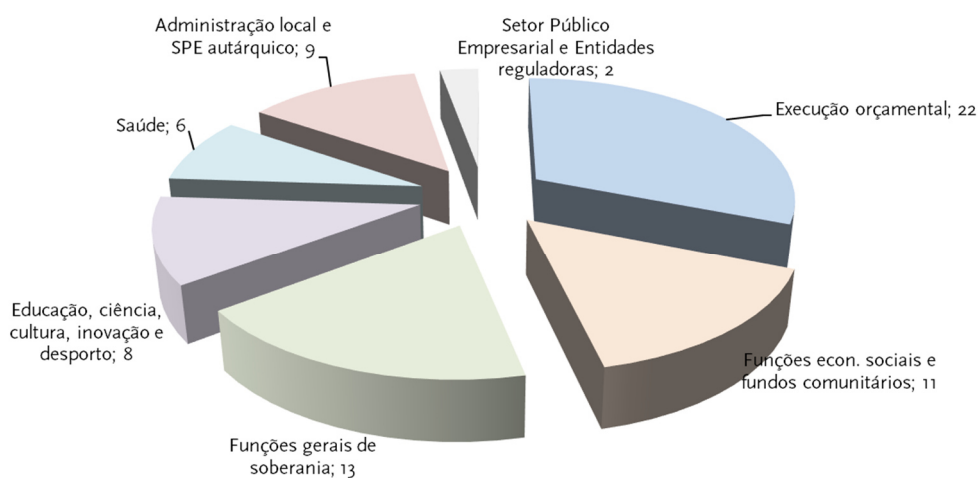
AUDITORIAS POR ÁREA DE ATUAÇÃO E TIPOLOGIA

Foram concluídas 71 auditorias e verificações externas de contas (VEC), das quais 47 na Sede, 14 na SRA e 10 na SRM, apresentando-se de seguida a sua distribuição por área de atuação e por tipologia.

Auditorias e VEC concluídas – por área de atuação

Áreas de atuação	2015				2016				2017			
	Sede	SRA	SRM	Total	Sede	SRA *	SRM	Total	Sede	SRA *	SRM *	Total
Execução orçamental (OE, SS e RA)	12	4	4	20	11	2	4	17	17	3	2	22
Funções econ. sociais e fundos comunitários	5	2	2	9	5		4	9	10		1	11
Funções gerais de soberania	10	3	2	15	7	3	4	14	7	3	3	13
Educação, ciência, cultura, tecnologia e desporto	6			6	7	1	1	9	6	1	1	8
Saúde	9	1		10	7			7	5	1		6
Segurança Social	3			3				0				0
Administração local e SPE autárquico	2	2	2	6	1	9	2	12		6	3	9
Setor Público Empresarial e Entidades reguladoras	4	1		5	3	1	3	7	2			2
Total	51	13	10	74	41	16	14	71	47	14	10	71

* Inclui Parecer sobre a conta da Assembleia Legislativa Regional

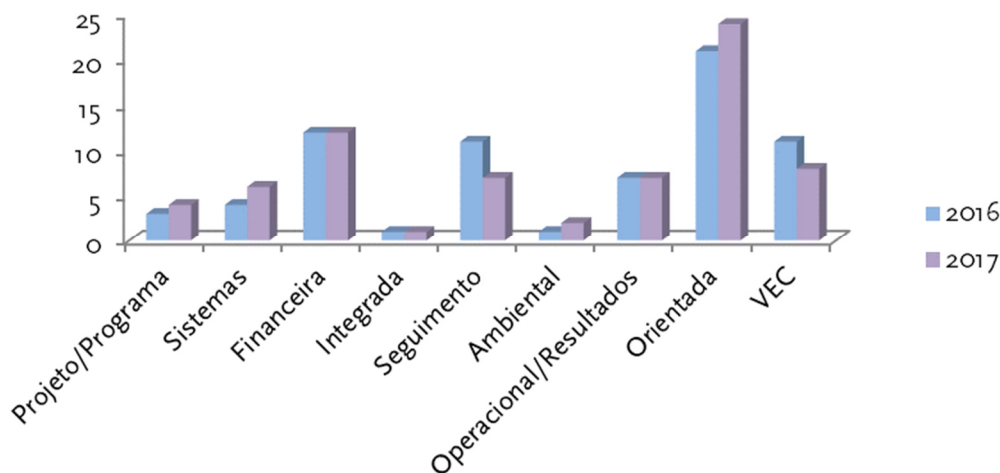


Auditorias e VEC concluídas – por tipologia

Áreas de atuação	2015				2016				2017			
	Sede	SRA	SRM	Total	Sede	SRA *	SRM	Total	Sede	SRA *	SRM *	Total
Projeto ou programa	3			3	3			3	4			4
Sistemas	6			6	4			4	6			6
Financeira	7	2		9	9	1	2	12	11		1	12
Integrada	2	1		3		1		1	1			1
Seguimento	12		1	13	8		3	11	5	1	1	7
Ambiental	1			1	1			1	2			2
Operacional ou de resultados	7	8		15	7			7	5	2		7
Orientada **	9	2	5	16	4	11	6	21	10	9	5	24
Verificação externa de contas	4		4	8	5	3	3	11	3	2	3	8
Total	51	13	10	74	41	16	14	71	47	14	10	71

* Inclui parecer sobre a conta da Assembleia Legislativa Regional.

** Nas Seções Regionais Inclui auditorias para apuramento de responsabilidades financeiras.



Verifica-se que maioritariamente foram desenvolvidas auditorias orientadas (33,8%), financeiras (16,9%) e verificações externas de contas (11,3%).

Seguidamente, apresentam-se as auditorias concluídas em 2017, com indicação das recomendações formuladas em cada relatório.

LISTA DE AUDITORIAS/VEC/PARECERES CONCLUÍDOS/N.º RECOMENDAÇÕES

N.º relat.	Área/O bjecto da Auditoria/VEC/Parecer	N.º	
		Recom. I	Recom. II (a)
Execução dos orçamentos do Estado, da Segurança Social e das Regiões Autónomas			
04/2017-2.ªS	Auditoria à atividade dos Fundos de Estabilização Tributário e Aduaneiro	7	10
05/2017-2.ªS	Auditoria à atividade do Fundo de Resolução	6	6
06/2017-2.ªS	Auditoria à implementação do SNC-AP -Relatório intercalar II	5	5
08/2017-2.ªS	Auditoria à utilização de dinheiros públicos (nacionais e comunitários) na formação e as necessidades do mercado de trabalho: Formação profissional secundária e pós-secundária não superior	6	11
22/2017-2.ªS	Auditoria à implementação do SNC-AP e consolidação de contas (CGE) - Relatório intercalar III	6	6
23/2017-2.ªS	Auditoria à implementação da Entidade Contabilística Estado - 1.º relatório intercalar	6	6
(b)	Controlo Global da Receita da Administração Central	-	-
(b)	Controlos Específicos da Receita da Administração Central	-	-
(b)	Controlos da Receita Cessante por Benefícios Fiscais	-	-
(b)	Controlo do Património Imobiliário da Administração Central	-	-
(b)	Controlo da Unidade da Tesouraria do Estado	-	-
(b)	Controlo da Prestação de Contas de Organismos do Ministério das Finanças	-	-
(b)	Auditoria orientada à Área das Pensões atribuídas pela Segurança Social	-	-
(b)	Auditoria orientada ao regime excepcional de regularização de dívida de natureza contributiva à Segurança Social	-	-
(b)	Acompanhamento das recomendações do Tribunal formuladas no Parecer sobre a CGE - Prescrição de dívida de contribuintes - Recomendações 74-PCGE/2014 e 75-PCGE/2014	-	-
(b)	Acompanhamento das recomendações do Tribunal formuladas no Parecer sobre a CGE - Prestações sociais a repor - Inconsistências entre os dados residentes no SIC e no SIF- Recomendação 76-PCGE/2014 e 75-PCGE/2014	-	-
(b)	Acompanhamento das recomendações do Tribunal formuladas no Parecer sobre a CGE - Dívida de há longos anos - Recomendação 79-PCGE/2014 e Auditoria ao controlo pela Administração Regional direta das subvenções públicas concedidas	-	-
03/2017-SRA	Auditoria aos sistemas de informação de gestão orçamental e financeira da Administração Regional	4	12
08/2017-SRA	Auditoria às operações extra-orçamentais da Administração Regional direta	1	1
09/2017-SRA	Auditoria às operações extra-orçamentais da Administração Regional direta	3	3
03/2017-SRM	Auditoria às receitas dos Serviços da Administração Regional Direta integrados na Secretaria Regional de Educação	2	2
VEC 11/2017-SRM	Verificação Externa à Conta do Tesouro do Governo Regional - exercício de 2016	1	1
PCGE	Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2016	75	79
PCRAA	Parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores de 2016	23	23
PCRAM	Parecer sobre a Conta da Região Autónoma da Madeira de 2016	9	9
Funções económicas, sociais (habitação e serviços coletivos) e Fundos comunitários			
12/2017-2.ªS	Auditoria ao Financiamento Público do "Instituto do Território, Associação" e aos contratos celebrados com o Estado	11	20
13/2017-2.ªS	Auditoria à liquidação e cobrança das quotizações sobre o açúcar e a isoglucose	4	4
19/2017-2.ªS	Auditoria ao controlo da execução dos contratos de contrapartidas pela Direção-Geral das Atividades Económicas	2	3
20/2017-2.ªS	Auditoria aos apoios à investigação e à inovação	3	9
24/2017-2.ªS	Auditoria à aplicação do Programa para o Ambiente e a Ação Climática (LIFE) em Portugal	17	17
25/2017-2.ªS	Auditoria a Fundos Ambientais - Fundo Português de Carbono, Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos e Fundo de Intervenção Ambiental	6	6
31/2017-2.ªS	Auditoria Financeira ao Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas - exercício de 2014	10	10
03/2018-2.ªS	Auditoria sobre eficiência energética em edifícios públicos	13	16
04/2018-2.ªS	Auditoria aos sistemas de controlo do IAPMEI e AICEP no âmbito dos incentivos comunitários	12	27
05/2018-2.ªS	Auditoria ao Programa Operacional Inclusão Social e Emprego - Iniciativa Emprego Jovem (IEJ)	8	8
12/2017-SRM	Auditoria para apuramento de responsabilidades financeiras no âmbito da emissão de prestação de contas da empresa Moinho Renta-Car, Lda. (2015)	1	1

(cont.)

(cont.)

N.º relat.	Área/O bjecto da Auditoria/VEC/Parecer	N.º Recom. I	N.º Recom. II (a)
Funções gerais de soberania			
21/2017-2.ªS	Auditoria à execução da Lei de Programação Militar em 2015	4	22
30/2017-2.ªS	Auditoria de seguimento das recomendações formuladas pelo Tribunal de Contas nos relatórios das auditorias à Autoridade Nacional de Proteção Civil (Relatório n.º 1/2016) e à Empresa de Meios Aéreos (Relatório n.º 12/2014)	8	33
02/2018-2.ªS	Auditoria financeira à Presidência da República - exercício de 2016	6	6
VEC 01/2017-2.ªS	Verificação externa da conta do OE -Sede do Tribunal de Contas -exercício de 2016	-	-
VEC 02/2017-2.ªS	Verificação externa da conta do Cofre - Sede do Tribunal de Contas - exercício de 2016	-	1
VEC 03/2017-2.ªS	Verificação externa da conta consolidada do Tribunal de Contas -exercício de 2016	-	-
ParecerAR	Parecer sobre a conta da Assembleia da República -exercício de 2016	-	-
VEC 02/2017-SRA	Verificação externa da conta da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas - OE -exercício de 2016	-	-
VEC 03/2017-SRA	Verificação externa da conta do Cofre da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas -exercício de 2016	-	-
ParecerAIRA	Parecer sobre a conta da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores -exercício de 2016	2	3
VEC 04/2017-SRM	Verificação Externa à Conta da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas (OE) -exercício de 2016	-	-
VEC 05/2017-SRM	Verificação Externa à Conta da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas (Cofre) -exercício de 2016	-	-
ParecerALRM	Parecer sobre a conta da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira -exercício de 2016	1	1
Ciência, tecnologia e ensino superior, educação, cultura e desporto			
09/2017-2.ªS	Auditoria ao Instituto Politécnico de Leiria -exercício de 2014	6	6
11/2017-2.ªS	Auditoria à Direção Geral das Artes -exercício de 2014	14	14
17/2017-2.ªS	Auditoria à Escola Náutica Infante D. Henrique -exercício de 2014	9	9
26/2017-2.ªS	Auditoria à implementação do POC-Educação nos 811 Agrupamentos de Escolas e Escolas não agrupadas e Modelos de informação orçamental e financeira	6	6
29/2017-2.ªS	Auditoria à Escola Superior de Enfermagem do Porto -exercício de 2015	5	5
01/2018-2.ªS	Auditoria à Escola Superior de Enfermagem de Lisboa -exercício de 2014	11	11
12/2017-SRA	Auditoria ao Endividamento bancário do Fundo Regional para a Ciência e Tecnologia	5	5
07/2017-SRM	Auditoria de seguimento aos apoios às instituições particulares de ensino (Relatório n.º 13/2008)	1	1
Saúde			
10/2017-2.ªS	Auditoria ao Centro Hospitalar Lisboa Norte EPE -exercício de 2014	20	20
14/2017-2.ªS	Auditoria aos acordos celebrados entre a Administração Regional de Saúde do Norte, IP, e a Santa Casa da Misericórdia do Porto	17	17
15/2017-2.ªS	Auditoria ao Acesso a Cuidados de Saúde no Serviço Nacional de Saúde	19	44
18/2017-2.ªS	Auditoria orientada à situação financeira da Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE	10	10
27/2017-2.ªS	Auditoria à Conta Consolidada do Ministério da Saúde - exercícios de 2015 e 2016	20	20
01/2017-SRA	Auditoria aos contratos-programa celebrados pelo Hospital Divino Espírito Santo de Ponta Delgada EPE	8	10

(cont.)

(cont.)

N.º relat.	Área/Objeto da Auditoria/VEC/Parecer	N.º	
		Recom. I	Recom. II (a)
Adm. in. istação local SPE autárquico			
02/2017-SRA	Auditoria à falta de prestação de contas consolidadas, relativas a 2014, pelo Município do Corvo	1	1
04/2017-SRA	Auditoria à falta de prestação de contas consolidadas, relativas a 2014, pelo Município da Povoação	2	2
05/2017-SRA	Auditoria à utilização de empréstimos pela Madalenagir, S.A.	-	-
06/2017-SRA	Auditoria à aquisição de serviços jurídicos pela Associação de Municípios da Ilha de São Miguel (AMISM)	1	1
07/2017-SRA	Auditoria ao recurso ao crédito pelas freguesias da Região Autónoma dos Açores	5	49
10/2017-SRA	Remunerações do Vice-Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande, no período entre 2006 e 2013	1	1
02/2017-SRM	Auditoria para apuramento de responsabilidades financeiras no âmbito da emissão de prestação das contas consolidadas da Câmara Municipal do Porto Santo (2014) e das contas da "Porto Santo Verde, Geoturismo e Gestão Ambiental, E.M." (2014)	2	2
06/2017-SRM	Auditoria às remunerações e outros subsídios abonados aos administradores da empresa municipal Santa Cruz XXI na sequência da factualidade enunciada no relatório do liquidatário	3	3
10/2017-SRM	Auditoria à Câmara Municipal do Porto Santo na sequência da factualidade enunciada num relatório da auditoria contratada pelo município aos processos de contratação pública	4	4
SPE da Adm. in. istação central regional Entidades reguladoras			
07/2017-2.ªS	Auditoria aos ajustes diretos no grupo Águas de Portugal	4	28
16/2017-2.ªS	Auditoria à anulação dos atos de adjudicação das subconcessões dos transportes públicos prestados pelo STCP e pela MDP	7	12
Total de recomendações em sede de fiscalização sucessiva das quais dos Pareceres sobre a Conta Geral do Estado e sobre as Contas das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira		443	642
		107	111

(a) Por cada recomendação dirigida a mais do que uma entidade, foram consideradas tantas recomendações quantas as entidades a quem se dirigiu.

(b) Auditorias que contribuem para o PCGE sem relatório autónomo.

LISTA DO VALOR FINANCEIRO DOS FACTOS DE AUDITORIA/VEC/PARECERES DETETADOS

Dep.	N.º relat./Parecer	Breve descrição dos factos de Auditoria/VEC/Pareceres	Montante (m €)
Execução dos orçamentos do Estado, da Segurança Social e das Regiões Autónomas			
DA I	PCGE 2016	A CGE 2016 sobrevaloriza a despesa dos serviços integrados por transferências de verbas para contas de SI e SFA a utilizar no ano orçamental seguinte Despesa em issa nos mapas 53 a 62 do Volume II CGE 2016 O Mapa 15 do Volume II da CGE 2016 apresenta erros na reclassificação da despesa de 2015, para efeitos da sua comparação com 2016 O Quadro 111 - Evolução da despesa consolidada da Administração Central do Relatário da CGE, do Relatório da Conta apresenta erros na reclassificação da despesa de 2015, para efeitos da sua comparação com 2016 Transferências entre entidades do mesmo programa orçamental que não estão consolidadas nos quadros 110 e 111 do Relatório da CGE, A CGE 2016: por erros de classificação económica subvaloriza a despesa orçamental e sobrevaloriza a receita e o défice A CGE 2015: não incluía dívida dos SFA (consolidada) Receitas dos SFA relativa a aumentos de capital (Comboios de Portugal, EDIA, Infraestruturas de Portugal, Paripública, Metropolitano de Lisboa, Transtejo, Wolfparts, Fundo de Apoio Municipal e diversas do sector da saúde) indevidamente classificada com o passivos financeiros	426.000 12.000 82.000 109.000 14.000 22.000 18.267.000 2.037.000
DA II	PCGE 2016	Limitação de âmbito: A Conta Geral do Estado não inclui a receita e a despesa de quatro organismos da administração central, o que subvaloriza a receita e a despesa global. Omissão - Fundo de Dívida e Garantias Omissão - Fundo de Capital e Quase Capital Omissão - Sistema de Indemnização dos Investidores Reserva: Omissão de € 1.272 milhões nas receitas do Estado (sobretudo in postus) contabilizados diretamente pelas entidades às quais o respetivo produto está consignado (v.g. Segurança Social, RTP, Infraestruturas de Portugal). Omissão - Receita Fiscal afeta à Segurança Social Omissão - Contribuição para o Audiovisual Omissão - Contribuição de Serviço Rodoviário Omissão - Outra Receita Orçamental Enfase: A CGE continua sem conter resultados quantitativos do combate à fraude e à evasão fiscais e o Relatório que, nesse âmbito, o Governo apresentou à Assembleia da República não discrimina os valores das liquidações adicionais e das coletas recuperadas por in postus com o exigido pela lei. Porém, segundo a informação prestada pela AT ao Tribunal neste âmbito, a respetiva receita fiscal totaliza € 491 milhões (mais € 252 milhões e 105,4% face a 2015). Omissão - Receita Fiscal por combate à fraude e à evasão Enfase: Omissão (€ 3.463 milhões) nos saldos da contabilidade orçamental face aos da contabilidade da tesouraria dos organismos da administração central, em virtude da não contabilização, em operações extra-orçamentais, dos fluxos que não tenham natureza orçamental. Omissão - Receita Extra-orçamental Reserva: Subavaliação da receita cessante por benefícios fiscais (€ 60 milhões em IRC, pelo menos € 89 milhões em in postus do Seb, até € 5.795 milhões em IVA, além de despesa fiscal por quantificar). Omissão - Despesa Fiscal em IRC Omissão - Despesa Fiscal em in postus do Seb Omissão - Despesa Fiscal em IVA Reserva: Falta de inventário do património mobiliário e sua devida valorização. As receitas e despesas relativas às operações mobiliárias estão afetadas por erros e por falta de validação (€ 273 milhões). Sem validação - Operações mobiliárias Erros - Operações mobiliárias Enfase: Omissão (€ 3.474 milhões) nos saldos da contabilidade da tesouraria face aos da contabilidade orçamental dos organismos da administração central, em virtude da omissão fora do Tesouro não ser objeto de relevação na primeira dessas contabilidades nem na conta dos fluxos financeiros. Omissão - Conta dos Fluxos Financeiros	176.616 146.900 11.237 218.939 175.907 162.974 714.529 491.176 3.462.904 60.029 89.366 5.794.539 270.677 2.842 3.473.936

(cont.)

(cont.)

Dep.	N.º relat./Parecer	Breve descrição dos factos de Auditoria/VEC/Pareceres	Montante (m €)
DA II (cont.)	PCGE 2016	Reserva: M ovin entação fora do Tesouro de parte relevante das disponibilidades dos organismos da adm inistração central das em presas públicas (saldos m édios de € 569 milhões; muitas entidades sem informação reportada) que continua a não ser registada na contabilidade da tesouraria. Não foi entregue ao Estado 86% (€ 99 milhões) dos juros auferidos, desde 2011, em incumprim ento da unidade de tesouraria.	
		Saldos m édios de disponibilidades fora do Tesouro	568.914
		Rendim entos fora do Tesouro não entregues ao Estado	99.039
		Enfase: Om issão de disponibilidades dos organismos da adm inistração central nos saldos da contabilidade orçamental, com destaque para o Fundo de Estabilização Tributário (€ 24 milhões de saldo com € 1.072 milhões de disponibilidades).	
		Om issão de disponibilidades	1.047.489
DA VII	PCGE 2016	O valor das prestações sociais registado com o pago inclui indevidamente prestações sociais devolvidas à segurança social no exercício, o que conduz a um a sobrevalorização da despesa.	5.936
		Subvalorização do saldo de disponibilidades devido a om issão de registo contabilístico, por dificuldades de identificação da origem e natureza do recebim ento.	7.919
		Im possibilidade de validação do valor relevado nas dem onstrações financeiras relativo a im óveis, por inexistência de docum entação com provativa em , pelo m enos, 58,8% do valorda am osta.	50.662
		Inconexões nas contas de im obilizad o e de am ortizações devido: à existência de bens m óveis e de im óveis por am ortizar; não relevação nas dem onstrações financeiras do valor de um a parcela de teneno e relevação de um im óvel por valor superior ao devido; à inclusão na parcela do teneno dos im óveis de valores provenientes de im obilizad o em curso; ao cálculo de am ortizações sobre a parcela do valor dos tenenos; inconeta atribuição de vida útil aos im óveis; om issão no cálculo de am ortizações extraordinárias em im óveis em mau estado de conservação; e om issão de abate de im óveis em ruínas.	8.862
		Redução do valor do saldo da dívida de contribuintes sem que tenha sido acautelada um a com paração segura entre o saldo das contas correntes de contribuintes e o valor relevado nas dem onstrações financeiras.	105.283
		Existência de saldos contranatura relativos a juros de mora em dívida do regim e de segurança social dos trabalhadores independentes e do regim e de segurança social de inscrição facultativa, o que projeta a existência de eventuais enos de pararm etrização de m ovin entos contabilísticos indexados a esta conta.	21.225
		O não cum prim ento do princípio da especialização do exercício relativam ente aos juros vencidos relativos a dívida constituída entre 01/01/2011 e 31/12/2016 im plicou um a subvalorização do valor da dívida de contribuintes, dos resultados transitados, dos proveitos e do resultado líquido do exercício.	580.187
		D ívidas por prestações sociais a repor contabilizadas por valor superior ao registado nas contas correntes dos beneficiários.	102.088
		Instauração de processos executivos relativam ente a valores pagos indevidam ente a beneficiários de prestações sociais em núm ero e volum e financeiro inferior ao devido (apenas foram instaurados processos para 4,3 % do valor em dívida), refletindo a ineficácia da segurança social na cobrança de valores indevidam ente abonados.	693.815
		Ausência de instauração de processos executivos relativos: a reembolso de im portâncias pagas por prestações de alim entos a m enores e de prestações de desem prego; contraordenações aplicadas a beneficiários e a estabelecim entos com e sem fins lucrativos; dívidas provenientes de rendas de im óveis; e de valores indevidam ente pagos a pessoal.	323.346
SRA	PCRAA 2016	· Falta de inclusão do saldo de anos findos da Adm inistração Regional direta nas alterações orçam entais realizadas no decurso do ano.	164
		· Indevida escrituração e contabilização, em operações orçam entais, com o receitas próprias da Adm inistração Regional direta, das im portâncias provenientes das retenções para a AD SE.	11.215
		· Relevação contabilística das transferências do Orçam ento do Estado, efetuadas ao abrigo do princípio da solidariedade, em receitas correntes.	179.915
		· Ausência de fundam entação para a contabilização, pela Adm inistração Regional direta, de verbas provenientes de fundos com unitários, com o operações orçam entais, em receitas de capital.	3.803
		· Contabilização indevida de verbas provenientes de devoluções de receita do Instituto de Financiament o da Agricultura e Pescas, I.P. (IFAP).	336
		· Não relevação contabilística oportuna de fundos com unitários.	165.911

(cont.)

(cont.)

Dep .	N .º relat./Parecer	Breve descrição dos factos de Auditoria/VEC/Pareceres	Montante (m €)
SRM	PCRAM 2016	O orçamento final do Governo Regional apresentou o saldo primário deficitário de 83,4 milhões de euros, não tendo sido observada a regra do equilíbrio orçamental estabelecida no n.º 2 do art.º 4.º da Lei de Enquadramento do Orçamento da RAM .	83.358
		Os pagamentos em atraso rondavam os 44,3 milhões de euros, dos quais 25,7 milhões de euros tiveram origem nas Entidades Públicas Reclassificadas.	44.296
		Os 15 contratos de SW AP ativos, detidos pelas Sociedades de Desenvolvimento, a Madeira Parques Empresariais, a Administração dos Portos da RAM e o Serviço de Saúde da RAM , segundo o Instituto de Gestão do Crédito Público, apresentam perdas potenciais acumuladas próximas dos 114,0 milhões de euros.	113.951
		A Região pagou cerca de 28 milhões de euros referentes a juros de mora pagos a fornecedores, contabilizados numa rubrica que se considerou desadequada mas que observava a disciplina uniforme e enxada da Direção Geral do Orçamento .	27.968
DA II	04/2017-2.ºS	Omissão, na prestação de contas do Fundo de Estabilização Tributária (FET), de uma conta bancária no Tesouro. Incumprimento das normas relativas à assunção, autorização e pagamento de despesas públicas pelo FET e pelo Fundo de Estabilização Aduaneira (FEA). Pagamento indevido de seguro de responsabilidade civil profissional aos trabalhadores da AT que recebem suplemento financiado pelo FET ou pelo FEA . Afectação indevida de receita do Estado ao FEA	121.957 83.794 344 1.238
	05/2017-2.ºS	Incumprimento das normas relativas à assunção, autorização e pagamento de despesas públicas relacionadas com a aquisição de serviços de assessoria jurídica e financeira no âmbito do processo de venda do Novo Banco .	9.671
SRM	11/2017 -SRM	Subavaliação da receita em 3.251,2 milhões de euros. Subavaliação da despesa em 3.366,6 milhões de euros. Sobreavaliação do saldo de tesouraria transitado para 2017 em 115,4 milhões de euros.	3.367
Funções económicas, sociais (habitação e serviços coletivos) e Fundos com unitários			
DA III	12/2017-2.ºS	Não preenchimento das condições de elegibilidade com o beneficiário do PO AT	250
		Vício de competência do ato de adesão a associação	1
		Violação de normas de participação em entidade de direito privado	9
		Violação de normas de contratação pública e de realização de despesas públicas	25
	13/2017-2.ºS	Não execução dos contratos-programa conforme os objetivos definidos - violação de normas de pagamento de despesas públicas	20
		Ausência de liquidação e cobrança de valores devidos	1.075
	19/2017-2.ºS	Violação de normas sobre constituição de garantias	67.279
		Não instauração de processos de execução fiscal	46
		Não execução do contrato de contrapartidas (previsão)	120.000
		Não publicação atempada de contratos no portal dos contratos públicos	425
20/2017-2.ºS	Violação de normas de contratação pública e de cabimento na assunção de compromissos	193	
	FEDER aprovado na prioridade de investimento 1.1 dos vários PO do PT 2020 "Reforço da infraestrutura de investigação e inovação (I&D)", sem execução a 31 de julho de 2016.	200.300	
25/2017 -2.ºS	Desvalorização dos investimentos efetuados pelo Fundo Português de Carbono	80.248	
	Violação de normas de contratação pública	389	
31/2017-2.ºS	Violação de normas sobre a prestação de trabalho extraordinário /suplementar	136	
	Violação de normas sobre a assunção de compromissos e cálculo dos fundos dispostos	463	
	Sobrevalorização dos fundos próprios	50.33	
	Sobrevalorização do ativo	80.646	
04/2018-2.ºS	Sobrevalorização do passivo	75.613	
	Elevado número e valor de devoluções de incentivos	262.653	
05/2018-2.ºS	Incentivos por recuperar	176.448	
	Custo da estrutura de apoio ao Curador do Beneficiário	409	
		Custos de estrutura de projeto suscetível de gerar ineligibilidade por enquadrados no Eixo 2 do PO ISE	1.328

(cont.)

(cont.)

Dep.	N.º relat./Parecer	Breve descrição dos factos de Auditoria/VEC/Pareceres	Montante (m €)
Funções gerais de soberania			
SRA	ParecerALR	Foi elaborado e aprovado o orçamento suplementar com um reforço das transferências, sem a necessária correspondência no Orçamento da Região Autónoma dos Açores. Os encargos para com a Caixa Geral de Aposentações referentes a retroativos das subvenções mensais vitalícias atribuídas a ex-titulares de cargos públicos não foram contabilizados com o tal.	1700
SRM	ParecerALR	O Conselho de Administração da Assembleia Legislativa da Madeira autorizou despesas de pessoal em montante superior aos que resultariam da aplicação subsidiária do D.L.n.º 11/2012, de 20 de janeiro. Falta de registo integral dos com promissos aquando da celebração dos contratos de aquisição de bens e prestação de serviços.	6 179
Ciência, tecnologia e ensino superior, educação, cultura e desporto			
DAV	01/2018-2.ªS	Autorização de despesas e de pagamentos ilegais no valor total de 70 3459, nos anos de 2013 a 2016, dos quais 12 993,72€ (a) são pagamentos indevidos (sendo 2 624,82€ relativos ao contrato n.º 4 e 10 368,90€, ao contrato n.º 7), relativos a serviços a mais, sem observância do regime de prestação destes serviços, e ao pagamento de horas e serviços extracontratuais, em condições não previstas no contrato, ou, em que inexistente evidência da realização efetiva de atividades com planeamentos.	70
SRA	12/2017-SRA	· Celebração de contrato de abertura de crédito, na modalidade de conta corrente, ultrapassando os limites legais da capacidade de endividamento. · Emissão de carta de conforto forte, implicando a assunção de com promissos em violação do regime de garantias em vigor na Região Autónoma dos Açores. · Execução de contrato de abertura de crédito, gerador de dívida pública fundada, sem que tenha sido submetido a fiscalização prévia do Tribunal de Contas. · Ineficiente contabilização dos juros e demais encargos associados a linha de crédito.	1200 1200 1200 1276
SRM	03/2017 -SRM	Em 31/12/2015, a dívida dos clientes da Direção Regional da Juventude e Desporto e do ex-Instituto do Desporto da RAM, relativas a taxas de utilização de instalações desportivas e a serviços de alojamento, atingia os 103,8 milhões.	104
Saúde			
DAVI	14/2017-2.ªS	A celebração dos contrato-programa relativos aos anos de 2013 e 2014 com encargos adicionais para o Estado/ARS do Norte no montante global de € 23,4 milhões foi considerada suscetível de gerar responsabilidade financeira sancionatória.	23400
SRA	01/2017-SRA	Incumprimento de contrato-programa.	159 195
Administração local SPE autárquico			
SRA	05/2017-SRA	Falta de submissão a fiscalização prévia do Tribunal de Contas dos seguintes contratos: · contrato de aquisição de serviços de coordenação e gestão de projetos de investimento; · contrato-promessa de compra e venda e contrato de compra e venda de prédio urbano.	799
SRA	06/2017-SRA	Assunção de despesas e realização de pagamentos de faturas em atraso com base em contratos que titulam a prestação de serviços a terceiras entidades.	16
SRA	07/2017-SRA	Inobservância do regime legal de recurso ao crédito por freguesias, incluindo: · Celebração e execução de contratos relativos a operações de crédito vedadas às freguesias, destacando-se a contratação de empréstimos de médio e longo prazos; · Contratualização de operações de crédito sem que tenha sido precedida de autorização da assembleia de freguesia; · Prestação de garantias legalmente proibidas; Inobservância dos limites legais de endividamento	1054
SRA	10/2017-SRA	Pagamento a vereador da totalidade da remuneração prevista para o exercício de funções em regime de permância, quando o mesmo acumulava o exercício das funções autárquicas com o exercício da atividade privada remunerada, o que implicava a redução de 50% do valor base da remuneração.	134

(cont.)

(cont.)

Dep.	N.º relat./Parecer	Breve descrição dos factos de Auditoria/VEC/Pareceres	Montante (m €)
SRM	06/2017-SRM	Pagamento indevido de subsídio de viagem e de outros abonos.	26
		Pagamento indevido da retribuição de férias de 2007.	1
		Pagamento indevido de parte da retribuição de férias de 2012.	1
		Pagamento indevido de um prémio de produtividade.	2
	10/2017-SRM	Pagamento indevido de subsídios ao investimento a em presas municipais	520
		Pagamento de montante superior ao das atividades contratadas no Contrato Programa	10
		Pagamento indevido de remunerações aos liquidatários	51
		Incumprimento da obrigação de realizar as transferências para equilíbrio das contas das em presas municipais	513
		Incumprimento da Lei dos Com prom issos e dos Pagamentos em Atazo	7
		Incumprimento da obrigação de obtenção do parecer prévio do órgão executivo para aquisição de serviços	12
Não aplicação da redução remuneratória de 10% num contrato de prestação de serviços	4		
Pagamento indevido de serviços de advocacia e de consultoria no âmbito do patrocínio judiciário a membros do executivo municipal que foram condenados	27		

LISTA DOS IMPACTOS FINANCEIROS CONHECIDOS NO ANO

Dep.	N.º Relat	Breve descrição do impacto	Montante (m il€)
Execução do orçamento do Estado e do orçamento da Segurança Social			
DA II	05/2017-2.ªS	Melhoria da gestão financeira pública, da transparência e da responsabilidade (incluindo não pagar despesa ilegal)	9.671
Funções económicas, sociais e fundos com unitários			
DA III	22/2016-2.ªS	Legislação/regulamentação publicada; Alteração de Circular DGO; Montantes poupados/recuperados e aumentos de receita; Clarificação da natureza de um ativo financeiro; Cumprimento de normas de concessão de apoios. Melhoria da gestão financeira pública, da transparência e da responsabilidade.	30.000
	12/2017-2.ªS	Cobrança coerciva em processo de execução fiscal Cumprimento de normas de divulgação de participação em entidades privadas	250
Ciência, tecnologia e ensino superior, educação, cultura e desporto			
DA V	09/2016-2.ªS	Melhoria do sistema de controlo interno, aplicado às áreas da receita própria e da tesouraria, designadamente quanto ao desenvolvimento de um conjunto de ações destinadas a melhorar os procedimentos existentes nas áreas da receita e disponibilidades, emissão, acompanhamento e controlo da faturação, interligação dos sistemas informáticos e elaboração de um regulamento para a prestação de serviços. Melhoria dos procedimentos de acompanhamento e controlo dos contratos/protocolos. · Recuperação e aumentos de receita, através do desenvolvimento de diligências junto dos alunos para a regularização de propinas em dívida tendo sido recuperado, em 2015, cerca de 55,1 milhões de euros, respeitantes a dívidas acumuladas até ao ano letivo de 2014/15. · Cumprimento dos normativos legais aplicáveis, designadamente quanto à elaboração do relatório de acompanhamento do PGRIC, à reconstituição do fundo de maneio com documentos e à não emissão de cheques em branco, à redução do recurso à utilização do fundo de maneio, à não atribuição de suplementos remuneratórios e processamento de alterações de posicionamento remuneratório com violação de lei, ao cumprimento do regime de prestação de trabalho suplementar, à cessação de todos os contratos de avença que consubstanciem trabalho subordinado, não Legislação/regulamentação publicada · Publicação do DL n.º 65/2016, de 21/10 (diploma que procede à confirmação do entendimento adotado pelas instituições de ensino superior politécnico quanto ao regime remuneratório dos presidentes e vice-presidentes das escolas superiores politécnicas não integradas e dos pró-presidentes dos institutos politécnicos).	55
	17/2016-2.ªS	Cumprimento da legalidade e da regularidade · Cumprimento do disposto no POC-Educação e melhoria da informação constante dos documentos de prestação de contas; · Cumprimento dos normativos legais e melhoria na atribuição e gestão dos fundos de maneio; · Cumprimento dos normativos legais quanto às deslocações em território nacional e ao estrangeiro. Melhoria da gestão financeira, da transparência e da responsabilidade, com a aprovação do plano anual do SCI. Melhoria da gestão financeira, através do adequado controlo da dívida de terceiros. · Aumentos de receita · Da dívida inicial de propinas por cobrar no montante de €499.391,77, até ao segundo trimestre de 2017, haviam sido cobrados €263.584,25 (53% do valor em dívida). Montantes recuperados · Relativamente ao pagamento de suplementos remuneratórios, pela sentença n.º 5/2018 - 3.ª S, foram os responsáveis condenados na reposição do montante de €44.979,91, acrescido dos juros legais. · Pelo pagamento de acréscimos remuneratórios a docentes, respeitantes a atividades que integravam a prestação de serviço docente, pela mesma sentença, foram os responsáveis condenados em pagamento de multa.	309

(cont.)

(cont.)

Dep.	N.º Relat	Breve descrição do impacto	Montante (m il€)
Saúde			
DA VI	12/2015-2.ªS 08/2016-2.ªS	A portaria prevista no art.º 16º, n.º 4, do Decreto-Lei n.º 7/2017 que estabelece a remuneração da atividade, foi publicada em 27.10.2017 (Port. 324/2017), produzindo efeitos a partir de 28.10.2017.	605
		Desde janeiro de 2016 que a RAM está a entregar os descontos à ADSE. A ADSE reconheceu contabilisticamente dívidas do Estado, em 2015 e 2016, relativas a:	25.491
	• Dívida do Estado relativa à execução pela ADSE da "política social" relativa à isenção de beneficiários titulares aposentados do pagamento do desconto • Dívida do Estado pelo financiamento da atividade da ADSE no âmbito do controlo de faltas dos trabalhadores; • Dívida do Estado relativa ao ressarcimento pelo pagamento efetuado a hospitais do Serviço Regional de Saúde da Madeira. • Dívida do Estado por encargos suportados com a assistência médica no estrangeiro; • Dívida do Estado por encargos suportados com a participação de medicamentos dispensados nas farmácias das Regiões Autónomas;	86.100	
	VEC 05/2016-2.ªS	Sentença n.º 3/2018 - Julgamento de conta. Condenação por infração sancionatória e reintegratória do Presidente da Entidade Reguladora da Saúde no período de 30.09.2010 a 14.06.2016.	21
Segurança Social			
DA VII	Auditoria à Área de Devedores (não contribuintes) à Segurança Social	Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral	5
Administração local Setor público em presarial autárquico			
DA VIII	20/2016-2.ªS	Verificou-se, a partir de 2014, um a maior fiabilidade das demonstrações financeiras do Município do Seixal, nas quais passaram a estar reconhecidas provisões para riscos e encargos.	2.056
SRM	02/2014-SRM	Adoção de medidas com vista à cobrança das taxas de uso privativo do domínio público	1.240
	03/2014-SRM	Redução de 22,0% na despesa corrente (com promissos do ano) em 2016, face a 2015;	4.292
		Aumento de 3,1% nas receitas correntes em 2016, face a 2015; Redução de 17,7% na dívida total em 31/12/2016, face a 31/12/2015, e cumprimento do limite da dívida total em 2016;	579 4.603
	01/2015-SRM	Melhoria do processo de controlo das medidas do Programa de Saneamento Financeiro; Prazo médio de pagamentos de 0 dias em 31/12/2016; Redução da dívida total de operações orçamentais de 7,2% em 2016, face a 2015, e cumprimento do limite da dívida total para 2016; Não possui pagamentos em atraso em 2016; Registo das dívidas com consequente reflexo nas contas da autarquia; Extinção da empresa municipal deliberada pelo executivo a 23/07/2015 e pela Assembleia Municipal a 27/07/2015.	214
06/2016-SRM	Sustentabilidade em matéria de suficiência de capitais próprios; Em 2015, as receitas operacionais cobriram os custos de funcionamento, atingindo um resultado operacional positivo; Cumprimento dos normativos legais aplicáveis ao Setor Empresarial Local.	279	

VERIFICAÇÃO INTERNA DE CONTAS

O controlo sucessivo engloba igualmente a verificação interna de contas das entidades sujeitas à jurisdição do Tribunal e não isentas da sua apresentação.

	Contas entradas no ano									
	Prestação eletrónica					Suporte de papel - validação de montantes				
	Adm . Central	Adm . Local	Adm . Regional	SPE	Total	Adm . Central	Adm . Local	Adm . Regional	SPE	Total
Sede	1509	3816		306	5.631	595	10			605
SRA	8	267	168	42	485	3	1	9		13
SRM	7	63	76	42	188	1	4		9	14
Total	1524	4146	244	390	6.304	599	15	9	9	632

Entraram 6 936 contas no decurso do ano, tendo 90,9% sido apresentadas eletronicamente e 9,1% em suporte de papel. As contas apresentadas em suporte de papel provêm predominantemente da administração central com 28,2%.

Foi proferida decisão de homologação (com e sem recomendações) e de recusa de homologação relativamente a 732 contas, tendo-se verificado um acréscimo face ao ano anterior.

Verificação interna de contas

	Contas homologadas		das quais com recomendações	Recusa de homologação		Entidades a que respeitam as contas com decisão		Volume financeiro	
	N.º	%		N.º	%	N.º	%	Montante	%
	Sede	576	79,7%	130	9	100,0%	519	84,5%	213.839.918
SRA	29	4,0%	24			24	3,9%	2.181.673	1,0%
SRM	118	16,3%	4			71	11,6%	1.240.797	0,6%
Total	723	100,0%	158	9	100,0%	614	100,0%	217.262.388	100,0%

Unidade: m€

Verificação interna de contas – por origem

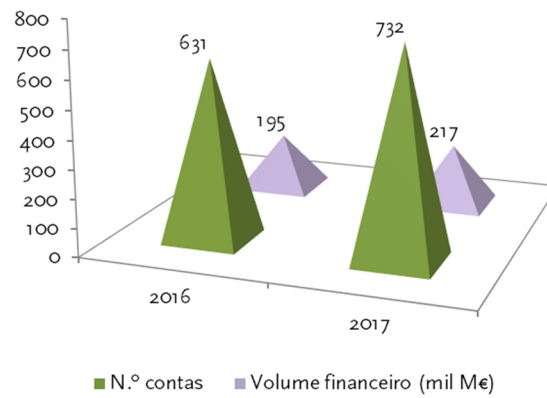
	Contas homologadas		das quais com recomendações	Recusa de homologação		Entidades a que respeitam as contas		Volume financeiro	
	N.º	%		N.º	%	N.º	%	Montante	%
	Adm .Central	402	55,6%	53	1	11,1%	364	59,3%	207.452.650
Adm .Local	195	27,0%	85	8	88,9%	175	28,5%	7.171.136	3,3%
Adm .Regional	126	17,4%	20		0,0%	75	12,2%	2.638.602	1,2%
Total	723	100,0%	158	9	100,0%	614	100,0%	217.262.388	100,0%

Unidade: m€

Verificação interna de contas - evolução

Unidade: m€

	2016		2017	
	N.º contas	Volun e fin.	N.º contas	Volun e fin.
Sede	550	192.007.214	585	213.839.918
SRA	20	1.224.273	29	2.181.673
SRM	61	1.426.166	118	1.240.797
Total	631	194.657.653	732	217.262.388
			16%	12%



Foram apurados os valores financeiros dos seguintes factos:

Dep.	N.º relat./Parecer	Breve descrição dos factos	Montante (m €)
Administração local e SPE autárquico			
DVIC	Município Borba, 2011	Pagamentos irregulares a uma funcionaria, enquanto aposentada e	62
		Gerência de 2008: Diferença por justificar de € 80.414,01, verificada entre o saldo certificado pela CGD à data de 31.12.2008 e o valor constante do Resumo Diário de Tesouraria da mesma data, atendendo a que não foram remetidos quaisquer documentos	80
		Diferença por justificar de € 7.144,92, verificada entre o saldo certificado pela CGD à data de 31.12.2008 e o valor constante do Resumo Diário de Tesouraria da mesma data, atendendo a que não foram remetidos quaisquer documentos comprovativos dos movimentos a abater e a somar descritos na "Conciliação de Saldos Bancários", designadamente cheques e transferências datadas de 31.12.2007.	7
	Freguesia de Marrazes, 2008 e 2009	Gerência de 2009 (de 01.01 a 03.11): Diferenças por justificar verificadas entre os saldos certificados pela CCAM e pela CGD à data de 03.11.2009 e os valores constantes do Resumo Diário de Tesouraria da mesma data, atendendo a que não foram remetidos quaisquer documentos comprovativos dos movimentos a abater e a somar descritos nas "Reconciliações Bancárias". Gerência de 2009 (de 04.11 a 31.12): O saldo de abertura da presente gerência (€ 47.772,42) não coincide com o saldo de encerramento da gerência parcial de 01.01 a 03.11.2009 (€ 42.290,00), pelo facto de a Autarquia considerar que o saldo inicial a 04.11.2009 não deveria corresponder ao saldo final da gerência de 01.01 a 03.11.2009, mas ao saldo realmente por ela apurado; a freguesia não remeteu documentação justificativa das diferenças verificadas entre os saldos certificados pelas instituições de crédito e os contantes nos Resumos Diários de Tesouraria à data de 31.12.2008 e de 03.11.2009, não se considerando justificados os saldos de abertura e de encerramento constantes do mapa de Fluxos de Caixa.	10
SRM	153/2013 - Câmara Municipal de Snata Cruz	A Câmara não respeitou as regras previsionais aplicáveis à elaboração do orçamento da receita para 2013, ultrapassando o limite estabelecido pela alínea a) do ponto 3.3.1 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais. A comparação do mapa do controlo orçamental da despesa (que evidencia a disponibilidade orçamental para a assunção de compromissos) com as rubricas do Balanço que identificam as dívidas da autarquia a fornecedores indicia a existência de encargos sem o correspondente crédito orçamental, no montante global de 22.884.626,23€, contrariando os princípios e regras consagrados nas alíneas d) e e) do ponto 2.3.4.2. do Plano	1 306
		A Câmara não respeitou as regras previsionais aplicáveis à elaboração do orçamento da receita para 2014, ultrapassando o limite estabelecido pela alínea a) do ponto 3.3.1 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais. Os mapas que integram o orçamento inicial não corporizam o cumprimento do Princípio do equilíbrio consagrado na alínea e) do ponto 3.1.1 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, visto ter sido prevista uma receita, no montante de 6 100,00€ proveniente da aplicação de uma taxa de derrama que não foi aprovada pela Assembleia Municipal e me.	6
	173/2014 - Câmara Municipal do Porto Santo	O mapa do Controlo Orçamental da Despesa e o Balanço encontravam-se deficientemente elaborados na medida em que a - Não inscreveu, no primeiro mapa, qualquer montante na coluna relativa aos exercícios futuros; - omitiu, no segundo mapa, dívidas a fornecedores no montante de 700 828,14€ e não desagregou corretamente as Dívidas a terceiros em função do seu prazo de exigibilidade - Curto prazo e Médio e longo prazos.	6
		Em 2014 não foi respeitado o princípio do equilíbrio orçamental estabelecido na alínea e) do ponto 3.1.1 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, de acordo com o qual "o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes", bem como a regra do equilíbrio orçamental, definida no n.º 2 do art.º 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece que "a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos".	1 263
	149/2014 - Câmara Municipal de Snata Cruz	O mapa do Balanço não desagregou as dívidas a fornecedores corretamente em função do seu prazo de exigibilidade - Curto prazo e Médio e longo prazos.	8 675
154/2014 - Câmara Municipal de Machico	As dotações iniciais das rubricas "01 - Impostos diretos", "02 - Impostos indiretos" e "04 - Taxas, multas e outras penalidades", do orçamento de 2015, ultrapassaram em 344 807,96€, o limite estabelecido pela alínea a) do ponto 3.3.1 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, que dispõe que "as importâncias relativas aos impostos, taxas e tarifas a inscrever no orçamento não podem ser superiores a metade das cobranças efectuadas nos últimos 24 meses que precedem o mês da sua elaboração (...)".	1 108	
			345

ENTIDADES OBJETO DE CONTROLO

Sede - Em ações de auditoria, verificação externa de contas, APP e outras ações de controlo (1)

Tutela \ Entidade	Área de Responsabilidade									Total
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	
Ambiente	0	0	3	0	0	0	0	0	0	3
Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.			1							
Fundo de Intervenção Ambiental			1							
Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos			1							
Administração Interna	1	0	1	1	0	2	0	0	0	5
Autoridade Nacional de Proteção Civil				1						
Departamento de Saúde e Assistência na Doença da Polícia de Segurança Pública						1				
Direção de Saúde e Assistência na Doença - Guarda Nacional Republicana						1				
Direção-Geral das Autarquias Locais	1									
Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna			1							
Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	0	0	5	0	0	0	0	0	0	5
Direção-Geral de Alimentação e Veterinária			1							
Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração-Geral			1							
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.			1							
Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P.			1							
Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P.			1							
Autarquias Locais	0	0	0	0	0	0	0	6	0	6
Freguesia das Avenidas Novas - Lisboa								1		
Freguesia de Belém - Lisboa								1		
Freguesia de Benfica - Lisboa								1		
Freguesia de Carnide - Lisboa								1		
Freguesia de Santa Clara - Lisboa								1		
Freguesia dos Olivais - Lisboa								1		
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	0	0	2	0	6	0	0	0	0	8
Agência Nacional para a Gestão do Programa Erasmus + Educação e Formação			1							
Escola Superior de Enfermagem de Lisboa					1					
Escola Superior de Enfermagem do Porto					1					
Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.			1							
Instituto Politécnico de Leiria					1					
Instituto Superior de Agronomia - Universidade de Lisboa					1					
Universidade Aberta - Reitoria					1					
Universidade da Beira Interior - Reitoria					1					
Cultura	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Direção-Geral das Artes					1					
Defesa Nacional	0	0	0	5	0	1	0	0	2	8
Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas						1				
Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional				1						
EID - Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Eletrónica, S. A.									1	
EMPORDEF - Empresa Portuguesa de Defesa - SGPS, S. A. - Em Liquidação									1	
Força Aérea				1						
Instituto Hidrográfico (Marinha)				1						
Marinha				1						
Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional				1						
Economia	1	1	4	0	0	0	0	0	0	6
Direção-Geral das Atividades Económicas			1							
Direção-Geral de Energia e Geologia			1							
Fundo de Contragarantia Mútuo		1								
IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I. P.			1							
Instituto do Turismo de Portugal, I. P.	1									

Tutela \ Entidade	Área de Responsabilidade									Total
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	
Território, IT - Instituto do Território, Rede Portuguesa para o Desenvolvimento do			1							
Educação	4	0	2	0	0	0	0	0	0	6
Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P.	1									
Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência	1									
Gabinete do Ministro da Educação	1									
Instituto de Gestão Financeira da Educação, I. P.	1									
Instituto Politécnico de Coimbra			1							
Universidade de Évora			1							
Encargos Gerais do Estado	0	0	0	9	0	0	0	0	0	9
Assembleia da República				1						
Cofre da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas				1						
Cofre da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas				1						
Cofre do Tribunal de Contas				1						
Grupo Público - Tribunal de Contas				1						
Presidência da República				1						
Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas				1						
Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas				1						
Tribunal de Contas				1						
Finanças	7	23	4	3	0	0	2	0	0	27 *
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E.	1	1	1							
Autoridade Tributária e Aduaneira		1	1							
Banco de Portugal	1									
BPN - Participações Financeiras, SGPS, Lda.	1									
Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas		1								
Direção-Geral do Orçamento	1	1	1	1			1			
Direção-Geral do Tesouro e Finanças	1	1		1						
Direção-Geral do Tesouro e Finanças - Despesas Excecionais (Capítulo 60.º)		1								
Entidade Contabilística «Ação Governativa» - Ministério das Finanças		1								
Entidade Contabilística «Gestão Administrativa e Financeira» - Ministério das Finanças		1								
Entidade Contabilística do Estado		1								
Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P.	1	1								
Fundo de Acidentes de Trabalho		1								
Fundo de Estabilização Aduaneira		1								
Fundo de Estabilização Tributário		1								
Fundo de Garantia Automóvel		1								
Fundo de Garantia de Depósitos		1								
Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo		1								
Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial		1								
Fundo de Resolução		1								
Fundo Português de Carbono			1							
Gabinete do Ministro das Finanças	1			1			1			
Secretaria-Geral do Ministério das Finanças		1								
Serviços Sociais da Administração Pública		1								
Sistema de Indemnização aos Investidores		1								
Unidade de Implementação da Lei de Enquadramento Orçamental		1								
Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos		1								
Justiça	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Gabinete da Ministra da Justiça							1			
Mar	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2
Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos			1							
Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.			1							
Negócios Estrangeiros	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Agência para o Investimento e o Comércio Externo de Portugal, E.P.E.			1							
Planeamento e das Infraestruturas	3	0	11	0	0	0	0	0	2	14 *

Tutela \ Entidade	Área de Responsabilidade									Total
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	
Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P.	1		1							
Autoridade Nacional de Aviação Civil									1	
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.									1	
Gabinete do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas	1									
Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P.			1							
Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I. P.			1							
PORTUGAL 2020 - Estrutura de Missão do Programa Operacional Capital Humano	1		1							
PORTUGAL 2020 – Estrut. de Missão do Progr. Operacional Competitividade e			1							
PORTUGAL 2020 - Estrutura de Missão do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego			1							
PORTUGAL 2020 – Estrutura de Missão do Programa Operacional Regional de Lisboa			1							
PORTUGAL 2020 – Estrutura de Missão do Programa Operacional Regional do Alentejo			1							
PORTUGAL 2020 – Estrutura de Missão do Programa Operacional Regional do Algarve			1							
PORTUGAL 2020 – Estrutura de Missão do Programa Operacional Regional do Centro			1							
PORTUGAL 2020 – Estrutura de Missão do Programa Operacional Regional do Norte			1							
Presidência do Conselho de Ministros	1	0	0	2	0	0	0	0	0	2
Gabinete da Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa				1						
Instituto Nacional de Estatística, I. P.	1			1						
Saúde	0	0	0	0	0	14	0	0	0	14
Administração Central do Sistema de Saúde, I. P.						1				
Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.						1				
Administração Regional de Saúde do Alentejo, I. P.						1				
Administração Regional de Saúde do Algarve, I. P.						1				
Administração Regional de Saúde do Centro, I. P.						1				
Administração Regional de Saúde do Norte, I. P.						1				
Centro Hospitalar da Cova da Beira, E.P.E. - Covilhã						1				
Centro Hospitalar de São João, E.P.E. - Porto						1				
Centro Hospitalar do Médio Tejo, E.P.E. - Torres Novas						1				
Centro Hospitalar Lisboa Norte, E.P.E. - Lisboa						1				
Centro Hospitalar Universitário do Algarve, E.P.E. - Faro						1				
Hospital de Garcia de Orta, E.P.E. - Almada						1				
SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.						1				
Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E.P.E. - Viana do Castelo						1				
Secretaria Regional da Inclusão e Assuntos Sociais	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM							1			
Secretaria Regional da Solidariedade Social	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Instituto da Segurança Social dos Açores, I. P. R. A.							1			
Setor Empresarial do Estado	3	0	0	0	0	1	0	0	14	18
ANA - Aeroportos de Portugal, S. A.									1	
Caixa Geral de Depósitos, S. A.									1	
Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S. A.									1	
COSEC - Companhia de Seguro de Créditos, S. A.	1									
CTT - Correios de Portugal, S. A.									1	
EDISOFT - Empresa de Serviços e Desenvolvimento de Software, S. A.									1	
EGF - Empresa Geral do Fomento, S. A.									1	
EID - Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Eletrónica, S. A.									1	
EMPORDEF - Empresa Portuguesa de Defesa - SGPS, S. A. - Em Liquidação									1	
ENVC - Sociedade Imobiliária, S. A.									1	
GALP Gás Natural, S. A.									1	
Infraestruturas de Portugal, S. A.									1	
Lusíadas - Parcerias Cascais, S. A.						1				
PARPÚBLICA - Participações Públicas (SGPS), S. A.									1	
PARUPS, S. A.	1									
PARVALOREM, S. A.	1									
TAP - Transportes Aéreos Portugueses, S. A.									1	
TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S. A.									1	

Tutela \ Entidade	Área de Responsabilidade									Total	
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX		
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	2	0	1	1	0	1	11	0	0	13	*
Caixa Geral de Aposentações, I. P.							1				
Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social							1				
Fundo de Garantia Salarial - Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P.							1				
Fundo de Socorro Social - Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P.							1				
Fundo Especial de Segurança Social dos Profissionais da Banca e dos Casinos							1				
Gabinete do Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	1			1			1				
Inspeção-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social							1				
Instituto da Segurança Social, I. P.							1				
Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I. P.							1				
Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P.							1				
Instituto de Informática, I. P. - Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social							1				
Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P.	1		1								
Santa Casa da Misericórdia do Porto						1					
Total	22	24	36	21	7	19	16	6	18	151	*

Entidade objeto de controlo por mais que uma Área de Responsabilidade

Este total não inclui as duplicações resultantes do controlo por mais que uma Área de Responsabilidade *

Sede - Em ações de verificação interna de contas

Tutela \ Entidade	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Tot.
Autarquias locais										161
Freguesia de Abade de Vermoim - Vila Nova de Famalicão								1		
Freguesia de Aboadela - Amarante								1		
Freguesia de Alcântara - Lisboa								1		
Freguesia de Alfena - Valongo								1		
Freguesia de Algés - Oeiras								1		
Freguesia de Armação de Pera - Silves								1		
Freguesia de Benedita - Alcobaça								1		
Freguesia de Charneca da Caparica - Almada								1		
Freguesia de Cruz Quebrada - Dafundo - Oeiras								1		
Freguesia de Madalena - Vila Nova de Gaia								1		
Freguesia de Marrazes - Leiria								1		
Freguesia de Massarelos - Porto								1		
Freguesia de Parque das Nações - Lisboa								1		
Freguesia de Real - Castelo de Paiva								1		
Freguesia de Sertã - Sertã								1		
Freguesia de Torgueda - Vila Real								1		
Freguesia de Trafaria - Almada								1		
Freguesia de Tremês - Santarém								1		
Freguesia de Vila Boa do Bispo - Marco de Canaveses								1		
Município da Amadora								1		
Município da Batalha								1		
Município da Lousã								1		
Município da Maia								1		
Município da Marinha Grande								1		
Município da Mealhada								1		
Município da Pampilhosa da Serra								1		
Município da Sertã								1		
Município de Aguiar da Beira								1		
Município de Albergaria-a-Velha								1		
Município de Alcobaça								1		
Município de Alcochete								1		
Município de Alfândega da Fé								1		
Município de Aljustrel								1		
Município de Almada								1		
Município de Almeirim								1		
Município de Almodôvar								1		
Município de Alter do Chão								1		
Município de Amarante								1		

Tutela \ Entidade

	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Tot.
Município de Amares								1		
Município de Ansião								1		
Município de Arcos de Valdevez								1		
Município de Armamar								1		
Município de Arouca								1		
Município de Arruda dos Vinhos								1		
Município de Aveiro								1		
Município de Azambuja								1		
Município de Baião								1		
Município de Bombarral								1		
Município de Borba								1		
Município de Cabeceiras de Basto								1		
Município de Caldas da Rainha								1		
Município de Cantanhede								1		
Município de Cascais								1		
Município de Castro Marim								1		
Município de Castro Verde								1		
Município de Celorico de Basto								1		
Município de Chaves								1		
Município de Cinfães								1		
Município de Covilhã								1		
Município de Elvas								1		
Município de Espinho								1		
Município de Estarreja								1		
Município de Fafe								1		
Município de Ferreira de Alentejo								1		
Município de Figueiró dos Vinhos								1		
Município de Fornos de Algodres								1		
Município de Góis								1		
Município de Gouveia								1		
Município de Guimarães								1		
Município de Idanha-a-Nova								1		
Município de Ílhavo								1		
Município de Lagoa								1		
Município de Lagos								1		
Município de Lamego								1		
Município de Lisboa								1		
Município de Loulé								1		
Município de Loures								1		
Município de Lourinhã								1		

Tutela \ Entidade	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Tot.
Município de Mafra								1		
Município de Mangualde								1		
Município de Manteigas								1		
Município de Melgaço								1		
Município de Mértola								1		
Município de Miranda do Douro								1		
Município de Mirandela								1		
Município de Mogadouro								1		
Município de Monção								1		
Município de Monforte								1		
Município de Montemor-o-Velho								1		
Município de Mora								1		
Município de Murtosa								1		
Município de Oeiras								1		
Município de Oleiros								1		
Município de Oliveira de Azeméis								1		
Município de Oliveira do Hospital								1		
Município de Ourém								1		
Município de Ourique								1		
Município de Palmela								1		
Município de Paredes de Coura								1		
Município de Pedrógão Grande								1		
Município de Penamacor								1		
Município de Penela								1		
Município de Peniche								1		
Município de Ponte da Barca								1		
Município de Ponte de Lima								1		
Município de Ponte de Sor								1		
Município de Porto								1		
Município de Resende								1		
Município de Ribeira de Pena								1		
Município de Sabrosa								1		
Município de Salvaterra de Magos								1		
Município de Santa Maria da Feira								1		
Município de Santarém								1		
Município de São Pedro do Sul								1		
Município de Seixal								1		
Município de Sernancelhe								1		
Município de Setúbal								1		
Município de Sever do Vouga								1		

Tutela \ Entidade

	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Tot.
Município de Sintra								1		
Município de Sintra - Serviços Municipalizados								1		
Município de Soure								1		
Município de Tábua								1		
Município de Tabuaço								1		
Município de Tarouca								1		
Município de Tavira								1		
Município de Terras de Bouro								1		
Município de Tomar								1		
Município de Tomar - Serviços Municipalizados								1		
Município de Tondela								1		
Município de Torre de Moncorvo								1		
Município de Torres Novas								1		
Município de Trancoso								1		
Município de Valongo								1		
Município de Vendas Novas								1		
Município de Viana do Castelo								1		
Município de Vidigueira								1		
Município de Vieira do Minho								1		
Município de Vila do Bispo								1		
Município de Vila do Conde								1		
Município de Vila Franca de Xira								1		
Município de Vila Nova de Cerveira								1		
Município de Vila Nova de Famalicão								1		
Município de Vila Velha de Ródão								1		
Município de Vila Viçosa								1		
Município de Viseu								1		
Município do Alandroal								1		
Município do Alvito								1		
Município do Cadaval								1		
Município do Cartaxo								1		
Município do Crato								1		
Município do Vimioso								1		
Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora								1		
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora								1		
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município das Caldas da Rainha								1		
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Alcobaca								1		
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Almada								1		
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Vila Franca de Xira								1		

Tutela \ Entidade	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Tot.
Serviços Municipalizados de Saneamento Básico do Município de Viana do Castelo								1		
Serviços Municipalizados do Município de Aveiro								1		
Serviços Municipalizados do Município de Viseu								1		
União das Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça - Torres Vedras								1		
Ambiente										4
Conselho Nacional da Água			1							
Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos			1							
Gabinete do Secretário de Estado da Energia			1							
Insp.-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território			1							
Ambiente e Mar										1
Gabinete do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural			1							
Ambiente e do Ordenamento do Território										1
Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território			1							
Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Regional										8
Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo			1							
Direção-Geral de Alimentação e Veterinária			1							
Gabinete de Planeamento e Políticas			1							
Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Agricultura			1							
Instituto da Vinha e do Vinho, I. P.			1							
Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P.			1							
QCA III - Gestor do Prog. de Iniciativa Comunit. URBAN II - Amadora/Damaia - Buraca			1							
QCA III - Gestor do Programa Operacional das Pescas			1							
Cultura										9
Academia Nacional de Belas Artes					1					
Academia Portuguesa de História					1					
Direção Regional de Cultura do Alentejo					1					
Direção Regional de Cultura do Algarve					1					
Direção-Geral das Artes					1					
Fundo de Fomento Cultural					1					
Fundo de Salvaguarda do Património Cultural					1					
Gabinete do Secretário de Estado da Cultura					1					
OPART - Organismo de Produção Artística, E.P.E.					1					
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior										24
Academia das Ciências de Lisboa					1					
Escola Superior de Enfermagem do Porto					1					
Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril - Estoril					1					
Faculdade de Medicina - Universidade de Lisboa					1					
Gabinete do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior					1					

Tutela \ Entidade	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Tot.
Instituto de Ciências Sociais - Universidade de Lisboa					1					
Instituto de Higiene e Medicina Tropical - Universidade Nova de Lisboa					1					
Instituto Politécnico de Coimbra					1					
Instituto Politécnico de Leiria					1					
Instituto Politécnico de Santarém					1					
Instituto Politécnico de Setúbal					1					
Instituto Superior de Engenharia do Porto - Instituto Politécnico do Porto					1					
Serviços de Ação Social - Instituto Politécnico de Guarda					1					
Serviços de Ação Social - Instituto Politécnico de Leiria					1					
Serviços de Ação Social - Instituto Politécnico de Setúbal					1					
Serviços de Ação Social - Instituto Politécnico de Viana do Castelo					1					
Serviços de Ação Social - Universidade de Évora					1					
Serviços de Ação Social - Universidade de Lisboa					1					
Serviços de Ação Social - Universidade do Minho					1					
UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento, I. P.					1					
Universidade da Beira Interior - Reitoria					1	1				
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - Reitoria					1					
Universidade do Minho - Reitoria					1					
Universidade do Porto - Reitoria					1					
Defesa Nacional										5
Direção-Geral de Política de Defesa Nacional				1						
Estado-Maior-General das Forças Armadas				1						
Inspeção-Geral da Defesa Nacional				1						
Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos - Exército				1						
Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional				1						
Educação										59
Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P.					1					
Agrupamento de Escola N. 1 de Loures - Lisboa (172029)					1					
Agrupamento de Escolas D. Lourenço Vicente, Lourinhã - Lisboa (121381)					1					
Agrupamento de Escolas de Afonso de Paiva - Castelo Branco (161111)					1					
Agrupamento de Escolas de Airães - Felgueiras - Porto (151439)					1					
Agrupamento de Escolas de Anselmo de Andrade - Almada - Setúbal (172212)					1					
Agrup. de Escolas de António Feijó, Ponte de Lima - Viana do Castelo (152651)					1					
Agrupamento de Escolas de Aveiro - Aveiro (160933)					1					
Agrupamento de Escolas de Bemposta - Portimão (145531)					1					
Agrupamento de Escolas de Carregal do Sal - Viseu (161706)					1					
Agrupamento de Escolas de Cego do Maio, Póvoa de Varzim - Porto (152250)					1					
Agrupamento de Escolas de Cristelo - Paredes - Porto (150770)					1					
Agrupamento de Escolas de Cuba - Beja (135045)					1					

Tutela \ Entidade	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Tot.
Agrupamento de Escolas de D. Afonso III - Faro (145087)					1					
Agrupamento de Escolas de Gondomar - Porto (151968)					1					
Agrup. de Escol. José Sanches e S. Vicente da Beira - Alcains (160763)					1					
Agrupamento de Escolas de Lima de Freitas - Setúbal (172169)					1					
Agrupamento de Escolas de Luisa Todi, Setúbal (171256)					1					
Agrupamento de Escolas de Mafra - Lisboa (171505)					1					
Agrupamento de Escolas de Mangualde - Viseu (161895)					1					
Agrupamento de Escolas de Martim de Freitas - Coimbra (161329)					1					
Agrupamento de Escolas de Massamá - Sintra - Lisboa (172236)					1					
Agrupamento de Escolas de Mealhada - Aveiro (161007)					1					
Agrupamento de Escolas de Ourém - Santarém (120960)					1					
Agrupamento de Escolas de Paço de Sousa, Penafiel - Porto (152535)					1					
Agrupamento de Escolas de Pegões Canha e Santo Isidro, Pegões-Montijo (170100)					1					
Agrupamento de Escolas de Pinhal de Frades, Palmela - Setúbal (170847)					1					
Agrupamento de Escolas de Seia - Guarda (161925)					1					
Agrupamento de Escolas de Valbom - Gondomar (151970)					1					
Agrupamento de Escolas de Vialonga, Vila Franca de Xira - Lisboa (170800)					1					
Agrupamento de Escolas do Cadaval - Lisboa (170549)					1					
Agrup. de Escolas do Dr. Ferreira da Silva, Cucujães - Oliveira de Azemeis - Aveiro					1					
Agrupamento de Escolas do Professor Lindley Cintra - Lisboa (171177)					1					
Agrupamento de Escolas Finisterra, Febres - Cantanhede - Coimbra (160180)					1					
Agrup. de Escolas Gen. Humberto Delgado, St. Ant. dos Cavaleiros - Loures (172042)					1					
Agrupamento de Escolas Moinhos da Arroja, Odivelas - Lisboa (171852)					1					
Agrupamento Vertical de Escolas de Portela e Moscavide, Portela - Loures (171141)					1					
Conselho Nacional de Educação					1					
Conservatório de Música de Calouste Gulbenkian - Braga (404251)					1					
Direção Regional da Economia do Algarve					1					
Escola Portuguesa de Moçambique - Centro de Ensino e Língua Portuguesa					1					
Escola Prof. de Agricultura e Desenvol. Rural de Carvalhais/Mirandela (404263)					1					
Escola Sec. c/ 3.º Ciclo do Ens. Básico D. Sancho I - Vila Nova de Famalicão (401377)					1					
Escola Sec. c/ 3.º Ciclo do Ensino Básico de Dr. António Granjo, Chaves (401407)					1					
Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Garcia de Orta - Porto (401845)					1					
Escola Sec. com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Jorge Peixinho, Montijo (401948)					1					
Escola Sec. com 3.º Ciclo do Ensino Básico de José Régio, Vila do Conde (401997)					1					
Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Paredes - Porto (402424)					1					

Tutela \ Entidade	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Tot.
Alfândega de Peniche - Leiria		1								
Alfândega do Freixo - Matosinhos		1								
Alfândega Marítima de Lisboa - Lisboa		1								
Delegação Aduaneira da Covilhã - Alfândega de Aveiro		1								
Delegação Aduaneira da Figueira da Foz - Alfândega de Aveiro		1								
Delegação Aduaneira de Bragança - Alfândega de Braga		1								
Delegação Aduaneira de Elvas - Alfândega de Setúbal		1								
Delegação Aduaneira de Peso da Régua - Alfândega de Braga		1								
Delegação Aduaneira de Portimão - Alfândega de Faro		1								
Delegação Aduaneira de Sines - Alfândega de Setúbal		1								
Delegação Aduaneira de Vilar Formoso - Alfândega de Aveiro		1								
Delegação Aduaneira do Aeroporto de Faro - Alfândega de Faro		1								
Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas		1								
Direção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo		1								
Fundo de Acidentes de Trabalho		1								
Fundo de Garantia de Depósitos		1								
Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo		1								
Fundo de Regularização da Dívida Pública	1									
Fundo de Resolução		1								
QCA III - Gestor do Prog. de Iniciativa Comunit. p/ Coop. Transfront. (INTERREG III)			1							
QCA III - Gestor do Programa Operacional da Administração Pública (GGPOAP)			1							
QCA III - Gestor do Programa Operacional de Assistência Técnica			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças da Loja do Cidadão - Braga		1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças da Loja do Cidadão - Coimbra		1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças da Loja do Cidadão - Odivelas - Lisboa		1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças da Loja do Cidadão 1 - Laranjeiras		1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Alenquer - Lisboa		1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Almodôvar - Beja		1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Alpiarça - Santarém		1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Alvaiázere - Leiria		1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Amares - Braga		1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Arruda dos Vinhos - Lisboa		1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Baião - Porto		1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Batalha - Leiria		1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Benavente - Santarém		1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Cabeceiras de Basto - Braga		1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Campo Maior - Portalegre		1								
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Cantanhede - Coimbra		1								

Tutela \ Entidade	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Tot.
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Pedrógão Grande - Leiria	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Penalva do Castelo - Viseu	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Pinhel - Guarda	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Pombal - Leiria	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Ponte da Barca - Viana do Castelo	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Portel - Évora	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Porto Moniz - Funchal	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Póvoa de Lanhoso - Braga	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Resende - Viseu	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Ribeira de Pena - Vila Real	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Rio Maior - Santarém	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Sabrosa - Vila Real	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Santa Comba Dão - Viseu	1									
Secç. de Tesouraria do Serv. de Finanças de Santa Cruz da Graciosa	1									
Secç. de Tesouraria do Serv. de Finanças de Seixal 2 - Cruz de Pau - Amora - Seixal	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Sernancelhe - Viseu	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Sesimbra - Setúbal	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Setúbal 1 - Setúbal	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Sever do Vouga - Aveiro	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Sines - Setúbal	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Sintra 2 - Algueirão - Sintra - Lisboa	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Sousel - Portalegre	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Tarouca - Viseu	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Tavira - Faro	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Tomar - Santarém	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Trofa - Porto	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Vale de Cambra - Aveiro	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Valença - Viana do Castelo	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Vila Nova da Barquinha - Santarém	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Vila Nova de Cerveira	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Vila Nova de Famalicão 1 - Braga	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Vila Nova de Foz de Côa - Guarda	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Vila Nova de Gaia 2 - Porto	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Vila Nova de Paiva - Viseu	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Vila Nova de Poiares - Coimbra	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Vila Velha de Rodão - Castelo Branco	1									

Tutela \ Entidade	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Tot.
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Vinhais - Bragança	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Vouzela - Viseu	1									
Serviços Sociais da Administração Pública	1									
Finanças; Ambiente										1
Fundo Português de Carbono	1									
Justiça										7
Gab. do Secretário de Estado da Admin. Patrim. e Equipamentos do Min. da Justiça				1						
Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça				1						
Tribunal Central Administrativo Norte - Porto				1						
Tribunal Central Administrativo Sul - Lisboa				1						
Tribunal da Relação de Coimbra				1						
Tribunal da Relação de Évora				1						
Tribunal da Relação de Lisboa				1						
Mar										1
Direção-Geral de Política do Mar			1							
Negócios Estrangeiros										43
Centro Cultural Port. em Luxemburgo - Camões – Inst. da Coop. e da Língua, I. P.				1						
Centro Cult. Port. Madrid - Polo de Vigo - Camões – Instit. da Coop. e da Língua, I. P.				1						
Centro Cult. Português em Maputo - Camões – Instit. da Coop. e da Língua, I. P.				1						
Consulado de Portugal em Belo Horizonte - Brasil				1						
Consulado de Portugal em New Bedford - Estados Unidos da América				1						
Consulado-Geral de Portugal em Barcelona - Espanha				1						
Consulado-Geral de Portugal em Caracas - Venezuela				1						
Consulado-Geral de Portugal em Dusseldórfia - Alemanha				1						
Consulado-Geral de Portugal em Genebra - Suíça				1						
Consulado-Geral de Portugal em Hamburgo - Alemanha				1						
Consulado-Geral de Portugal em São Paulo - Brasil				1						
Deleg. de Portugal junto da Organiz. do Trat. do Atlântico Norte (DELNATO)				1						
Embaixada de Portugal em Atenas - Grécia				1						
Embaixada de Portugal em Berna - Suíça				1						
Embaixada de Portugal em Bruxelas - Bélgica				1						
Embaixada de Portugal em Harare - Zimbabué				1						
Embaixada de Portugal em Luanda - Angola				1						
Embaixada de Portugal em Maputo - Moçambique				1						
Embaixada de Portugal em Nicósia - Chipre				1						
Embaixada de Portugal em Pretória - África do Sul				1						
Embaixada de Portugal em Roma - Itália				1						
Embaixada de Portugal em Santiago do Chile - Chile				1						

Tutela \ Entidade	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Tot.
Embaixada de Portugal em São Tomé e Príncipe - São Tomé e Príncipe				1						
Embaixada de Portugal em Telavive - Israel				1						
Embaixada de Portugal em Tóquio - Japão				1						
Embaixada de Portugal em Trípoli - Líbia				1						
Embaixada de Portugal na Cidade da Praia - Cabo Verde				1						
Entidade Contabilística «Ação Governativa» - Ministério dos Negócios Estrangeiros				1						
Ent. Contabilística «Gestão Administrativa e Financeira» - Min. dos Neg. Estrangeiros				1						
Estrutura de Coordenação do Ensino Português no Estrangeiro - Canadá				1						
Estrutura de Coordenação do Ensino Português no Estrangeiro - Espanha e Andorra				1						
Estrutura de Coordenação do Ensino Português no Estrangeiro - Suíça				1						
Gabinete da Secretária de Estado dos Assuntos Europeus				1						
Gabinete da Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação				1						
Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros				1						
Gabinete do Secretário de Estado da Internacionalização				1						
Gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas				1						
Missão Permanente de Portugal junto da União Europeia (REPER) - Bruxelas - Bélgica				1						
Missão Perm. de Portugal j/ dos Org.mos e Organizações Intern. em Genebra (NUOI)				1						
Missão Temporária de Portugal em Sarajevo - Bósnia e Herzegovina				1						
Represent. Perm. de Portugal j/ da Org. p/ Seg.ça e Coop. na Europa (OSCE) - Viena				1						
Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros				1						
Vice-Consulado de Portugal em Vigo - Espanha				1						
Planeamento e Infraestruturas										4
Autoridade Nacional de Aviação Civil									1	
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve			1							
Laboratório Nacional de Engenharia Civil			1							
PORTUGAL 2020 - Estrutura de Missão para o Programa Operacional Mar 2020			1							
Presidência do Conselho de Ministros										8
Academia Internacional de Cultura Portuguesa					1					
Agência para a Modernização Administrativa, I. P.				1						
Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género				1						
Gabinete para os Meios de Comunicação Social				1						
Instituto Nacional de Estatística, I. P.				1						
Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros				1						
Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa				1						
Serviço de Inform. de Segurança - Sistema de Informações da República Portuguesa				1						
Saúde										21

Tutela \ Entidade	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Tot.
Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.						1				
Administração Regional de Saúde do Alentejo, I. P.						1				
Administração Regional de Saúde do Algarve, I. P.						1				
Administração Regional de Saúde do Norte, I. P.						1				
Centro de Histocompatibilidade do Norte						1				
Centro Hospitalar de São João, E.P.E. - Porto						1				
Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E. - Setúbal						1				
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E. - Lordelo - Vila Real						1				
Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, E.P.E. - Penafiel						1				
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E. - Coimbra						1				
Hospital de Garcia de Orta, E.P.E. - Almada						1				
Hospital de São Marcos - Braga						1				
Hospital do Espírito Santo de Évora, E.P.E.						1				
Hospital do Visconde de Salreu - Estarreja						1				
Hospital Dr. Francisco Zagalo - Ovar						1				
Instituto Português de Oncologia do Porto Francisco Gentil, E.P.E. - P						1				
Secretaria-Geral do Ministério da Saúde						1				
SUCH - Serviço de Utilização Comum dos Hospitais						1				
Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E. - Guarda						1				
Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E.P.E.- Beja						1				
Unidade Local de Saúde do Nordeste, E.P.E. - Bragança						1				
Solidariedade, Emprego e Segurança Social										1
QCA III - Gestor do Progr. Operacional de Emprego, Formação e Desenv. Social			1							
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social										23 *
Autoridade para as Condições do Trabalho							1			
Caixa de Previdência do Pessoal dos Telefones de Lisboa e Porto							1			
Casa Pia de Lisboa, I. P.							1			
Centro de Formação Profissional da Indústria da Madeira e Mobiliário							1			
Centro de Formação Profissional da Indústria da Ourivesaria e Relojoaria do Norte							1			
Centro de Form. Prof. da Indústria Eletrónica, Energia, Telecom. e Tec. da Informação							1			
Centro de Form. Prof. da Indústria Têxtil, Vestuário, Confeção e Lanifícios (MODATEX)							1			
Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar, FOR-MAR							1			
Centro de Formação Profissional para a Indústria da Cortiça do Norte							1			
Centro de Formação Profissional para a Indústria de Cerâmica							1			
Centro de Formação Profissional para o Setor da Indústria do Calçado							1			
Centro de Reabilitação Profissional de Gaia							1			
Direção-Geral da Segurança Social							1			
Fundação INATEL							1			

Tutela \ Entidade	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Tot.
Fundo de Certificados de Reforma							1			
Fundo de Compensação do Trabalho							1			
Fundo de Garantia Salarial - Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P.							1			
Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I. P.							1			
Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P.						1				
Instituto de Informática, I. P. – Min. da Solidariedade, Emprego e Segurança Social						1	1			
Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P.						1				
Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P.							1			
Secretaria-Geral do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social							1			
Total	2	114	30	66	100	25	21	161	2	519 *

Entidade objeto de controlo por mais que uma Área de Responsabilidade

* Este total não inclui as duplicações resultantes do controlo por mais que uma Área de Responsabilidade

Secção Regional dos Açores - Em ações de auditoria, verificação externa de contas, APP e outras ações de controlo

Tutela \ Entidade	DAT.1	DAT.2	DAT.3	EPA	Total
Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores	0	0	1	0	1
Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores			1		
Autarquias Locais	20	31	5	24	71 *
Associação de Municípios da Ilha de S. Miguel	1				
Freguesia de Água de Alto - Vila Franca do Campo				1	
Freguesia de Água de Pau - Lagoa				1	
Freguesia da Água Retorta - Povoação	1				
Freguesia da Agualva - Praia da Vitória			1		
Freguesia de Ajuda da Bretanha - Ponta Delgada		1			
Freguesia de Calhetas - Ribeira Grande		1			
Freguesia de Caveira - Santa Cruz das Flores				1	
Freguesia de Cinco Ribeiras - Angra do Heroísmo				1	
Freguesia de Doze Ribeiras - Angra do Heroísmo				1	
Freguesia de Fajã Grande - Lajes das Flores				1	
Freguesia de Fajãzinha - Lajes das Flores				1	
Freguesia de Feteira - Angra do Heroísmo		1			
Freguesia de Feteira - Horta		1			
Freguesia de Fontinhas - Praia da Vitória		1			
Freguesia de Lajedo - Lajes das Flores				1	
Freguesia de Lajes - Praia da Vitória		1			
Freguesia de Lajes das Flores - Lajes das Flores		1			
Freguesia de Lomba - Lajes das Flores				1	
Freguesia da Luz - Santa Cruz da Graciosa	1	1			
Freguesia de Maia - Ribeira Grande		1			
Freguesia da Madalena - Madalena do Pico				1	
Freguesia de Mosteiros - Ponta Delgada		1			
Freguesia de Norte Grande - Velas		1			
Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios - Povoação		1			
Freguesia de Pico da Pedra - Ribeira Grande		1			
Freguesia da Piedade - Lajes do Pico		1			
Freguesia de Porto Formoso - Ribeira Grande		1			
Freguesia de Porto Martins - Praia da Vitória		1			
Freguesia da Prainha - São Roque do Pico		1		1	
Freguesia da Relva - Ponta Delgada	1				
Freguesia da Ribeirinha - Lajes do Pico				1	
Freguesia de Ribeirinha - Ribeira Grande		1			
Freguesia de Ribeira das Tainhas - Vila Franca do Campo				1	
Freguesia de Ribeira Seca - Vila Franca do Campo				1	

Tutela \ Entidade	DAT.1	DAT.2	DAT.3	EPA	Total
Freguesia de Rosais - Velas		1			
Freguesia das Lajes do Pico - Lajes do Pico		1			
Freguesia de Rosto do Cão (Livramento) - Ponta Delgada	1				
Freguesia de São Mateus - Madalena do Pico				1	
Freguesia de São Mateus da Calheta - Angra do Heroísmo				1	
Freguesia de S. Roque do Pico - São Roque do Pico				1	
Freguesia de S. Vicente Ferreira - Ponta Delgada	1				
Freguesia de Santa Luzia - São Roque do Pico				1	
Freguesia do Faial da Terra - Povoação	1				
Freguesia do Mosteiro - Lajes			1	1	
Freguesia de Ponta Garça - Vila Franca do Campo				1	
Freguesia de Santa Cruz - Lagoa		1			
Freguesia de Santa Cruz da Graciosa - Santa Cruz da Graciosa		1			
Freguesia de Santo Amaro - São Roque do Pico				1	
Freguesia de São Caetano - Madalena				1	
Freguesia de São Pedro - Ponta Delgada		1			
Freguesia de Sé - Angra do Heroísmo				1	
Freguesia de Terra Chã - Angra do Heroísmo				1	
Freguesia de Topo - Calheta		1			
Freguesia de Urzelina - Velas		1			
Município da Calheta (São Jorge)	1				
Município da Horta	1				
Município da Lagoa (Açores)	1	1			
Município da Madalena do Pico	1	1			
Município da Povoação		1	1		
Município da Praia da Vitória		1			
Município da Ribeira Grande	1				
Município das Lajes das Flores	1				
Município das Lajes do Pico			1		
Município das Velas	1				
Município de Ponta Delgada	1	1			
Município de Santa Cruz das Flores	1				
Município de Vila Franca do Campo	1				
Município do Corvo			1		
Município do Nordeste	1	1			
Serviços Municipalizados do Município de Angra do Heroísmo	1				
Serviços Municipalizados do Município de Ponta Delgada	1				
Encargos Gerais do Estado	0	0	2	0	2
Cofre da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas			1		
Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas			1		

Tutela \ Entidade	DAT.1	DAT.2	DAT.3	EPA	Total
Secretaria Regional da Agricultura e Florestas	1	0	2	0	3
Secretaria Regional da Agricultura e Florestas	1		1		
Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente			1		
Secretaria Regional da Educação e Cultura	3	1	3	0	6 *
Direção Regional da Cultura		1			
Direcção Regional de Educação	1		1		
Escola Básica e Secundária das Flores	1				
Escola Básica e Secundária de Vila Franca do Campo			1		
Escola Básica Integrada da Maia	1				
Escola Secundária Vitorino Nemésio			1		
Secretaria Regional da Saúde	4	0	2	0	5 *
Direção Regional da Saúde	1		1		
Direcção Regional da Habitação			1		
Unidade de Saúde da Ilha de S. Jorge	1				
Unidade de Saúde da Ilha de S. Miguel	1				
Unidade de Saúde de Ilha das Flores	1				
Secretaria Regional da Solidariedade Social	0	0	1	0	1
Secretaria Regional da Solidariedade Social			1		
Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo	0	0	1	0	1
Direção Regional do Turismo			1		
Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas	1	0	1	1	2 *
Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas	1		1		
Secretaria Regional do Turismo e Transportes				1	
Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia	0	1	0	0	1
Fundo Regional para a Ciência e Tecnologia		1			
Setor Empresarial Autárquico	4	12	1	0	15 *
Azores Parque - Sociedade de Desenvolvimento e Gestão de Parques Empresariais, E. M., S. A.		1			
Cidade em Ação - Sociedade de Desenvolvimento e Gestão de Equipamentos Urbanos, S. A.	1	1			
Coliseu Micaelense – Soc. de Promoção e Dinamização de Eventos Culturais, Sociais e Recreativos, SA		1			
DNHS - Empresa de Desenvolvimento de Habitação Social do Nordeste, SA		2			
EIRSU - Empresa Intermunicipal de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos da Ilha de S. Miguel - EIM SA	1				
Empresa Municipal Praia Ambiente, EM		1			
Gedernor – Construção e Gestão de Equip. Desportivos, Recreativos e Turísticos do Nordeste, SA		1			
Madalenagir, SA	1				
Nordeste Ativo, E.M., S.A.	1	1			
Occidentalmais-Empr. Púb. Munic. de Gestão e Equip. Económicos, Cult., Desport. e de Lazer, E.M.			1		
Ponta Delgada Social - Construção, Explor. e Gest. de Equip. Sociais, Soc. Unip. por Quotas		1			
Praia em Movimento, E. M.		1			

Tutela \ Entidade	DAT.1	DAT.2	DAT.3	EPA	Total	
S.D.C.P.V. - Sociedade de Desenvolvimento do Concelho da Praia da Vitória, SA		1				
TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM		1				
Setor Empresarial Regional	3	2	3	1	8	*
Empresa de Transportes Colectivos de Santa Maria, Lda.			1			
Hospital Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, E.P.E.R.			1			
Ilhas de Valor, S.A.		1		1		
Instituto Regional de Ordenamento Agrário (IROA), S.A.	1					
SATA Air Açores - Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos, S. A.	1					
SATA Internacional - Azores Airlines, S.A.	1					
SAUDAÇOR - Sociedade Gestora de Recursos e Equipamentos da Saúde dos Açores, S. A.			1			
Sociedade de Indústrias Agrícolas Açorianas (SINAGA), S.A.		1				
Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial	1	1	3	1	5	*
Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial	1	1	1	1		
Direção Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade			1			
Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico			1			
Associações, fundações e cooperativas	1	0	0	0	1	
Fundação Gaspar Frutuoso, F. P.	1					
Total	38	48	25	27	122	*

Entidade objeto de controlo por mais que uma DAT

Este total não inclui as duplicações resultantes do controlo por mais que uma DAT

Secção Regional dos Açores – Em ações de verificação interna de contas

Tutela \ Entidade	DAT.3	EPA	Total
Autarquias Locais	3	0	3
Associação de Municípios da Ilha do Pico	1		
Município de Vila Franca do Campo	1		
Freguesia de Candelária	1		
Ministério das Finanças	1	0	1
Alfândega de Ponta Delgada	1		
Secretaria Regional da Educação e Cultura	8	0	8
Direção Regional de Educação	1		
Fundo Escolar da EBI de Água de Pau	1		
Fundo Escolar da EBI Roberto Ivens	1		
Fundo Escolar da Escola Básica e Secundária das Flores	1		
Fundo Escolar da Escola Secundária da Ribeira Grande	1		
Fundo Escolar da Escola Secundária Manuel de Arriaga	1		
Fundo Escolar da Escola Secundária Vitorino Nemésio	1		
Gabinete do Secretário Regional da Educação e Cultura	1		
Secretaria Regional da Saúde	2	0	2
Gabinete do Secretário Regional da Saúde	1		
Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores	1		
Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo	3	0	3
Direção Regional do Ambiente	1		
Direção Regional do Turismo	1		
Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores	1		
Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia	1	0	1 *
Direção Regional das Pescas	1		
Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas	2	0	2
Direção Regional das Obras Públicas e Comunicações	1		
Direção Regional dos Transportes	1		
Secretaria Regional da Solidariedade Social	1	0	1
Direção Regional da Solidariedade Social	1		
Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial		3	3
Tesouraria da Horta		1	
Tesouraria de Angra do Heroísmo		1	
Tesouraria de Ponta Delgada		1	
Total	21	3	24

* A entidade Direção Regional das Pescas repete nas ações: 16-426VIC3 e 17-425VIC3

Secção Regional da Madeira - Em ações de auditoria, verificação externa de contas, APP e outras ações de controlo

Tutela \ Entidade	DAT.1	DAT.2	DAT.3	Total
Assembleia Legislativa da Madeira			1	1
Autarquias Locais	2	0	4	5 *
Município de Santa Cruz	1		1	
Município de São Vicente			1	
Município do Funchal			1	
Município do Machico	1			
Município do Porto Santo			1	
Encargos Gerais do Estado	0	0	2	2
Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas			1	
Cofre Privativo da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas			1	
Presidência do Governo Regional	1	4	0	4 *
Secretaria Regional de Educação	1	1		
Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira		1		
Secretaria Regional dos Equipamentos e Infraestruturas		1		
Secretaria Regional do Turismo e Cultura		1		
Secretaria Regional do Turismo e Cultura	0	3	1	4
Moinho Rent-a-car			1	
Diretor Regional da Inovação, Valorização e Empreendedorismo		1		
Direção Regional do Turismo		1		
Direção Regional da Cultura		1		
Secretaria Regional da Inclusão e Assuntos Sociais	1	0	1	1 *
Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM	1		1	
Secretaria Regional da Saúde	3	0	0	3
Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, I. P.-RAM	1			
Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.P.E.	1			
Serviço Regional de Proteção Civil, I. P. - RAM	1			
Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública	0	1	0	1
Direção Regional do Orçamento e Tesouro		1		
Secretaria Regional dos Equipamentos e Infraestruturas		2		2
Direção Regional de Estradas		1		
Direção Regional de Planeamento, Recursos e Gestão de Obras Públicas		1		
Secretaria Regional de Educação	0	4	1	4 *
Direção Regional de Educação		1		
Direção Regional de Planeamento, Recursos e Infraestruturas		1		
Direção Regional da administração da justiça		1		
Direção Regional da Juventude e Desporto		1	1	
Setor Empresarial Regional Autárquico	0	0	2	2
Porto Santo Verde - Geoturismo E Gestão Ambiental E.M.			1	
Santa Cruz XXI - Gestão de Equipamentos Municipais e Prestação de serviços, E.M.			1	
Setor Empresarial Regional	0	0	2	2
Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S. A.			1	
Pólo Científico e Tecnológico da Madeira, Madeira Tecnopolo, S.A.			1	
Vice-Presidência do Governo	1	4	0	5
Vice-Presidência do Governo Regional		1		
Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão - Região Autónoma da Madeira	1			
Tesoureiro do GR		1		
Direção Regional do Orçamento e Tesouro		1		
Direção Regional do Património e de Gestão dos Serviços Partilhados		1		
Total	8	18	14	36 *

Entidade objeto de controlo por mais que uma DAT

Este total não inclui as duplicações resultantes do controlo por mais que uma DAT *

Secção Regional da Madeira - Em ações de verificação interna de contas

Tutela \ Entidade	T
Autarquias Locais	10
Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira	
IPM - Iluminação Pública da Madeira - Associação de Municípios	
Município da Calheta	
Município da Ponta do Sol	
Município da Ribeira Brava	
Município de Câmara de Lobos	
Município de Santa Cruz	
Município do Machico	
Município do Porto Moniz	
Município do Porto Santo	
Encargos Gerais do Estado	1
Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma da Madeira	
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	2
Serviços de Ação Social - Universidade da Madeira	
Universidade da Madeira	
Ministério das Finanças	1
Alfândega do Funchal - Funchal	
Presidência do Governo	1
Direção Regional para a Administração Pública do Porto Santo	
Sec Regional dos Equipamentos e Infraestruturas	1
Laboratório Regional de Engenharia Civil, I. P. - RAM	
Secretaria Regional da Inclusão e Assuntos Sociais	3
Conselho Económico e Social	
Instituto de Emprego da Madeira, I. P. - RAM	
Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM	
Secretaria Regional da Saúde	2
Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, I. P. -RAM	
Serviço Regional de Proteção Civil, I. P. - RAM	
Secretaria Regional de Agricultura e Pescas	1
Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira, I. P.-RAM	
Secretaria Regional de Educação	44
Conservatório - Escola Profissional das Artes da Madeira - Eng.º Luíz Peter Clode	
Direção Regional de Administração da Justiça	
Direção Regional de Qualificação Profissional	
Direção Regional de Qualificação Profissional - Fundo de Gest. p/ Progr. de Form. Profissional	
Escola Básica do Porto da Cruz	
Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos de Santo António	
Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos da Torre - Câmara de Lobos	
Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos do Estreito de Câmara de Lobos	
Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos dos Louros - Funchal	
Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos Dr. Alfredo Ferreira Nóbrega Júnior - Camacha	
Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos Dr. Horácio Bento de Gouveia - Funchal	
Escola Básica e Secundária Bispo D. Manuel Ferreira Cabral - Santana	
Escola Básica e Secundária da Calheta	
Escola Básica e Secundária de Machico	
Escola Básica e Secundária de Ponta do Sol	
Escola Básica e Secundária de Santa Cruz	
Escola Básica e Secundária do Porto Moniz	
Escola Profissional Dr. Francisco Fernandes	
Fundo Escolar da Escola Básica 123/PE do Curral das Freiras	
Fundo Escolar da Escola Básica de Santo António - Funchal	
Fundo Escolar da Escola Básica do 123/PE Bartolomeu Perestrelo	
Fundo Escolar da Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos Dr. Eduardo Brazão de Castro	
Fundo Escolar da Escola Básica do Porto da Cruz	
Fundo Escolar da Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos Cónego João Jacinto Gonçalves Andrade - Campanário	
Fundo Escolar da Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos da Torre - Câmara de Lobos	
Fundo Escolar da Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de São Jorge, Cardeal D.Teodósio de Gouveia	
Fundo Escolar da Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos do Caniçal	
Fundo Escolar da Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos do Caniço	
Fundo Escolar da Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos do Estreito de Câmara de Lobos	
Fundo Escolar da Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos dos Louros - Funchal	

Tutela \ Entidade

T

Fundo Escolar da Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos Dr. Alfredo Ferreira Nóbrega Júnior - Camacha	
Fundo Escolar da Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos Dr. Horácio Bento de Gouveia - Funchal	
Fundo Escolar da Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos Prof. Francisco Manuel Santana Barreto - Fajã da Ovelha	
Fundo Escolar da Escola Básica e Secundária Bispo D. Manuel Ferreira Cabral - Santana	
Fundo Escolar da Escola Básica e Secundária D. Lucinda Andrade - S. Vicente	
Fundo Escolar da Escola Básica e Secundária da Calheta	
Fundo Escolar da Escola Básica e Secundária de Gonçalves Zarco - Funchal	
Fundo Escolar da Escola Básica e Secundária de Ponta do Sol	
Fundo Escolar da Escola Básica e Secundária de Santa Cruz	
Fundo Escolar da Escola Básica e Secundária do Machico	
Fundo Escolar da Escola Básica e Secundária do Porto Moniz	
Fundo Escolar da Escola Básica e Secundária Dr. Luís Maurílio da Silva Dantas	
Fundo Escolar da Escola Secundária de Jaime Moniz - Funchal	
Fundo Escolar da Escola Secundária Dr. Ângelo Augusto da Silva - Funchal	
Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais	1
Parque Natural da Madeira	
Vice-Presidência do Governo	4
Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão - Região Autónoma da Madeira	
Fundo de Estabilização Tributário da Região Autónoma da Madeira	
Instituto do Desenvolvimento Empresarial da Madeira	
Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM	
Total	71

RELATÓRIOS DE ÓRGÃOS DE CONTROLO INTERNO

Nos termos da LOPTC, os serviços de controlo interno, nomeadamente as inspeções-gerais ou quaisquer outras entidades de controlo ou auditoria dos serviços e organismos da Administração Pública, bem como das entidades que integram o Setor Público Empresarial, estão sujeitos a um especial dever de colaboração com o Tribunal, o qual compreende o envio dos relatórios das suas ações, por decisão do ministro ou do Órgão competente para os apreciar, sempre que contenham matéria de interesse para a ação do Tribunal, concretizando as situações geradoras de eventuais responsabilidades com indicação documentada dos factos.

Foram recebidos relatórios nomeadamente da Inspeção-geral de Finanças, Inspeção-geral das Atividades em Saúde, Inspeção-geral de Defesa Nacional, Inspeção-geral da Educação e Ciência, Inspeção-geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território e Inspeção Regional de Finanças.

Relatórios de órgãos de controlo interno

	Transitados	Entrados	Concluídos	Remetidos ao M P	A transitar
Adm .Central	43	23	29	21	37
Adm .Local	20	8	19	14	9
Adm .Regional	6	10	5	5	11
SPE	1				1
Total	70	41	53	40	58

Relatórios de órgãos de controlo interno - evolução

	2016			2017		
	Concluídos	em curso	Rem et.M P	Concluídos	em curso	Rem et.M P
Sede	110	50	48	35	42	22
SRA	5	17	5	15	8	15
SRM	5	3	5	3	3	3
Total	120	70	58	53	53	40

PARTICIPAÇÕES, EXPOSIÇÕES, QUEIXAS E DENÚNCIAS

As participações, exposições, queixas e denúncias recebidas no Tribunal são analisadas e, sempre que tenham factualidade pertinente dão origem ao desenvolvimento das diligências consideradas necessárias, podendo levar à realização de ações de fiscalização por parte do Tribunal.

Participações, exposições, queixas e denúncias – por origem

	Transitados *	Entrados	Concluídos	Remetidos ao MP	A transitar
Adm. Central	35	181	167	1	49
Adm. Local	128	142	169	10	101
Adm. Regional	4	17	15	7	6
SPE	1	5	6	2	0
Total	168	345	357	20	156

* Efetuada a reclassificação de 5 processos quanto à sua origem.

Participações, exposições, queixas e denúncias – evolução

	2016			2017		
	Concluídos	em curso	Remet. MP	Concluídos	em curso	Remet. MP
Sede	328	152		318	97	2
SRA	14	1		13	7	2
SRM	8	15	10	26	14	16
Total	350	168	10	357	118	20

VI – EFETIVAÇÃO DE RESPONSABILIDADES

Quando os relatórios das ações de controlo do Tribunal, ou os relatórios dos órgãos de controlo interno, evidenciem factos constitutivos de responsabilidade financeira, são remetidos ao Ministério Público, a quem compete, embora não exclusivamente, requerer o julgamento para efetivação de responsabilidades financeiras.

Uma das competências primordiais do Tribunal de Contas é a de efetivar as responsabilidades pela prática de infrações financeiras, a qual compete à 3.ª Secção.

A responsabilidade financeira pode ser reintegratória ou sancionatória, traduzindo-se a primeira pela obrigação de repor as importâncias correspondentes aos danos causados e a segunda pela aplicação de uma sanção pecuniária (multa).

O Tribunal pode ainda sancionar outras infrações, nos termos do artigo 66.º da LOPTC, competindo a sua aplicação, bem como a relevação, às 1.ª e 2.ª Secções e às Secções Regionais.

Nos termos do n.º 3 do artigo 65.º e da alínea d) do n.º 2 do artigo 69.º da LOPTC, o responsável indiciado pode proceder ao pagamento da multa em fase anterior à de julgamento, pelo valor mínimo da multa, extinguindo-se desta forma o procedimento por responsabilidades sancionatórias.

De igual forma, a responsabilidade financeira reintegratória extingue-se pelo pagamento da quantia a repor, em qualquer momento, nos termos do n.º 1 do art.º 69.º da LOPTC.

RESPONSABILIDADE FINANCEIRA SANCIONATÓRIA

Multas do art.º 65 – guias emitidas para pagamento voluntário

	2015			2016			2017		
	N.º de	N.º de	M ontante	N.º de	N.º de	M ontante	N.º de	N.º de	M ontante
	Processos	Dem andados		Processos	Dem andados		Processos	Dem andados	
No âmbito do controlo prévio	4	6	13.080	2	4	8.925			
No âmbito do controlo concom itante									
No âmbito do controlo sucessivo							2	5	27.540
Em processos de O rgãos de controlo interno									
Total	4	6	13.080	2	4	8.925	2	5	27.540

Estas multas são remetidas ao Ministério Público quando na primeira fase não são pagas voluntariamente, procedendo este, antes da instauração do processo de efetivação de responsabilidades, à notificação dos responsáveis para, querendo, procederem ao pagamento voluntário da multa.

Dos 11 processos nestas circunstâncias, 4 (Sede) tiveram origem em processos de órgãos de controlo interno, 3 (2 na Sede e 1 na SRM) em sede de fiscalização sucessiva, 2 (1 na Sede e 1 na SRM) no âmbito do controlo concomitante e 2 (Sede) em sede de fiscalização prévia.

Multas do art.º 65 – guias emitidas para pagamento voluntário após notificação do MP

	2015			2016			2017		
	N.º de Processos	N.º de Demandados	Montante	N.º de Processos	N.º de Demandados	Montante	N.º de Processos	N.º de Demandados	Montante
No âmbito do controlo prévio	4	4	15.300	3	11	27.026	2	9	22.950
No âmbito do controlo concomitante	1	1	1.530				2	3	6.630
No âmbito do controlo sucessivo	3	5	9.690	3	7	29.580	3	6	15.300
Em processos de Oções de Controlo	8	15	31.950	7	8	27.030	4	7	25.500
Total	16	25	58.470	13	26	83.636	11	25	70.380

De acordo com o n.º 8 do artigo 65.º da LOPTC, o Tribunal pode relevar a responsabilidade por infração financeira apenas passível de multa.

Foi relevada a responsabilidade sancionatória em 19 processos, 10 na Sede, 2 na SRA e 7 na SRM.

Multas do art.º 65 - relevação de responsabilidade sancionatória

	2015		2016		2017		
	N.º de Processos	N.º de Demandados	N.º de Processos	N.º de Demandados	N.º de Processos	N.º de Demandados	Montantes (em €)
No âmbito do controlo prévio	7	29	13	42	8	24	59.160
No âmbito do controlo concomitante	2	1	5	8	2	5	12.750
No âmbito do controlo sucessivo	10	16	9	47	9	226	1.567.230
Total	19	46	27	97	19	255	1.639.140

O artigo 66.º da LOPTC, estabelece ainda a aplicação de multas por outras infrações, como por exemplo, pela falta injustificada de remessa de contas, pela inobservância dos prazos legais de remessa dos processos relativos a atos ou contratos que produzam efeitos antes do visto.

Multas do art.º 66 – guias emitidas

	2015			2016			2017		
	N.º de Processos	N.º de Demandados	Montante (euro)	N.º de Processos	N.º de Demandados	Montante (euro)	N.º de Processos	N.º de Demandados	Montante (euro)
No âmbito do controlo prévio	2	2	1.020	5	5	2.856	1	1	510
No âmbito do controlo concomitante	5	5	25.160	5	5	3.060	3	3	2.040
No âmbito do controlo sucessivo	23	35	28.316	25	43	37.962	21	45	28.916
Total	30	42	54.496	35	53	43.878	25	49	31.466

Das 25 multas aplicadas neste âmbito, 21 tiveram origem na Sede, 1 na SRA e 3 na SRM.

Verificou-se igualmente a relevação da responsabilidade sancionatória (n.º 8 do artigo 65.º da LOPTC) e a dispensa de penas (artigo 74.º do Código Penal, aplicável por força do artigo 80.º da LOPTC) neste tipo de multas relativamente a 21 processos, todos na Sede.

Multas do art.º 66 - relevação e dispensa de penas

	2015		2016		2017		
	N.º de Processos	N.º de Demandados	N.º de Processos	N.º de Demandados	N.º de Processos	N.º de Demandados	Montantes (em €)
No âmbito do controlo prévio	6	6	6	6	4	4	2.040
No âmbito do controlo concomitante	1	1	11	11	8	8	4.080
No âmbito do controlo sucessivo	11	21	1	3	9	24	16.320
Total	18	28	18	20	21	36	22.440

Nota: Em 2014 os processos no âmbito do controlo sucessivo são exclusivamente relativos a dispensa de pena.

RESPONSABILIDADE FINANCEIRA – 3.ª SECÇÃO E SECÇÕES REGIONAIS

Dos processos em que o Ministério Público requereu julgamento para efetivação de responsabilidades financeiras existentes, em 2016, na 3.ª Secção e nas Secções Regionais, foram julgados 13 processos, 8 dos quais com sentença condenatória e 5 com sentença absolutória.

Efetivação de responsabilidades financeiras

	Transitados *	Distribuídos no ano	Findos antes de julgamento			Julgados		Remetidos ao arquivo	Em curso **
			Indefinido Liminar	Pagamento voluntário	Outras situações	Sentença condenatória	Sentença absolutória		
Julgamento de contas	4	1	0	0	0	0	1	4	1
Art. 59.º e 60.º da Lei 98/97	1							1	0
Art. 59.º, 60.º e 65.º da Lei 98/97		1							1
Art. 65.º da Lei 98/97	3						1	3	0
Julgamento de resp. financeira	31	20	0	3	2	8	4	24	27
Art. 59.º e 60.º da Lei 98/97	2	1				1		1	2
Art. 59.º, 60.º e 65.º da Lei 98/97	14	9			2	1	2	9	14
Art. 65.º da Lei 98/97	15	10		3		6	2	14	11
Total	35	21	0	3	2	8	5	28	28

Processos em curso = Transitado+distribuído-arquivado

* Dados corrigidos face aos apresentados nos processos em curso no Relatório de Atividades de 2016

** Incluídos processos a aguardar julgamento e os processos já julgados ainda não remetidos ao arquivo.

Efetivação de responsabilidades financeiras - origem

	Transitados *	Distribuídos no ano	Findos antes de julgamento		Julgados		Remetidos ao arquivo	Em curso **
			Pagamento voluntário	Outras situações	Sentença condenatória	Sentença absolutória		
3.ª Secção	18	13	3	2	6	1	13	18
Secção Regional dos Açores	3	2				1	2	3
Secção Regional da Madeira	14	6			2	3	13	7
Total	35	21	3	2	8	5	28	28

Processos em curso = Transitado+distribuído-arquivado

* Dados corrigidos face aos apresentados nos processos em curso no Relatório de Atividades de 2016

** Incluídos processos a aguardar julgamento e os processos já julgados ainda não remetidos ao arquivo.

Em plenário da 3.ª Secção foram apreciados os recursos interpostos, tendo sido proferidos 17 acórdãos em processos de julgamento de contas, de julgamento de responsabilidades financeiras e de multas aplicadas.

Recursos ordinários – Plenário 3.ª Secção

	Transitados *	Distribuídos no ano	Findos antes de julgam ento	Julgados		Rem etidos à 1.ª instância	Em curso **
				Procedentes	In procedentes		
Em matéria de resp. financeira	17	7	0	9	4	16	8
<i>Julgam ento de contas</i>	0	0	0	0	0	0	0
Art. 59.º e 60.º da Lei98/97							0
Art. 59.º, 60.º e 65.º da Lei98/97							0
Art. 65.º da Lei98/97							0
<i>Julgam ento de resp. financeira</i>	17	7	0	9	4	16	8
Art. 59.º e 60.º da Lei98/97	1	1		1		1	1
Art. 59.º, 60.º e 65.º da Lei98/97	9	4		6	2	9	4
Art. 65.º da Lei98/97	7	2		2	2	6	3
Em matéria em olum entar							0
Dem ultas	2	3	0	4	0	5	0
Aplicadas pela 1.ª Secção		1		1		1	0
Aplicadas pela 2.ª Secção							0
Aplicadas pela SRA	1	2		3		3	0
Aplicadas pela SRM	1					1	0
Total	19	10	0	13	4	21	8

Processos em curso = Transitado+distribuído+arquivado

* Dados corrigidos face aos apresentados nos processos em curso no Relatório de Atividades de 2016

** Inclui os processos a aguardar julgam ento e os processos já julgados ainda não rem etidos ao arquivo.

Nos termos do n.º 1 do art. 101.º da LOPTC, se, no domínio da mesma legislação, em processos diferentes nos plenários das 1.ª ou 3.ª Secções, forem proferidas duas decisões, em matéria de concessão ou recusa de visto e de responsabilidade financeira, que, relativamente à mesma questão fundamental de direito, assentem sobre soluções opostas, pode ser interposto recurso extraordinário da decisão proferida em último lugar para fixação de jurisprudência.

Recursos extraordinários – Plenário 3.ª Secção

O rigem	Transitados	Distribuídos no ano	Julgados	Em curso
3.ª Secção		1		1
Secção Regional dos Açores				0
Secção Regional da Madeira				0
Total	0	1	0	1

Evolução da distribuição processual

	Distribuídos no ano		Variação %
	2016	2017	
Plenário da 3.ª Secção:	20	11	-45,0%
Em matéria de resp. financeira	16	7	-56,3%
<i>Julgam ento de contas</i>	0	0	
<i>Julgam ento de resp. financeira</i>	16	7	-56,3%
Em matéria em olum entar	0	0	0,0%
Dem ultas	4	3	-25,0%
Recursos extraordinários		1	
1.ª Instância:	15	21	40,0%
<i>Julgam ento de contas</i>	2	1	-50,0%
<i>Julgam ento de resp. financeira</i>	13	20	53,8%
Total	35	32	-8,6%

Em resultado dos processos de efetivação de responsabilidade financeira foram ordenadas reposições por pagamentos indevidos e aplicadas multas, tendo sido igualmente efetuados pagamentos voluntários de multas e reposições antes de julgamento.

Multas e reposições

	2016					2017				
	3.ª Secção	SRA	SRM	Total	N.º resp.	3.ª Secção	SRA	SRM	Total	N.º resp.
Reposições ordenadas	40.000	225.370	28.361	293.731	14	17.293	0	0	17.293	1
Por pagamentos indevidos	40.000	225.370	28.361	293.731		17.293			17.293	
Por alances				0					0	
Outros				0					0	
<i>Das quais em relatórios de Órgãos de Controlo Interno</i>				0		17.293			17.293	
Multas aplicadas	37.902	52.080	117.300	207.282	13	2.550		9.690	12.240	4
<i>Das quais em relatórios de Órgãos de Controlo Interno</i>				0					0	
Sanções e reposições pagas voluntariamente antes de julgamento	3.060			3.060	10	6.793			6.793	3
<i>Das quais em relatórios de Órgãos de Controlo Interno</i>	1.530			1.530	3	2.550			2.550	1

EFETIVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE – ART. 66.º - PROCESSOS AUTÓNOMOS DE MULTA

A partir da entrada em vigor da Lei n.º 48/2006, a 1.ª, 2.ª Secção e Secções Regionais do Tribunal passaram também a dispor de competência para a efetivação de responsabilidades sancionatórias processuais, competindo-lhe aplicar as multas previstas no artigo 66.º da LOPTC.

A aplicação dessa multa é da competência do juiz relator, nos termos do disposto da alínea e) do n.º 4 do artigo 78.º da LOPTC.

	Transitados *	Distribuídos no ano	Fintos antes de julgamento		Julgados			Remetidos ao arquivo	Em curso **
			Pagamento voluntário	Arquivamento	Sentença condenatória	Sentença absolutória	Relevação de responsabilidade		
Sede	70	28	7	10	13	0	11	35	63
1.ª Secção	12	5	2	2	3		4	11	6
2.ª Secção	58	23	5	8	10		7	24	57
Secção Regional dos Açores	9	3	1		2			10	2
Secção Regional da Madeira		1			1				1
Total	79	32	8	10	16	0	11	45	66

Processos em curso = Transitado+distribuído-arquivado

* Dados corrigidos face aos apresentados nos processos em curso no Relatório de Atividades de 2016

** Inclui processos a aguardar julgamento e os processos já julgados ainda não remetidos ao arquivo.

VII – O MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO DO TRIBUNAL DE CONTAS

O MINISTÉRIO PÚBLICO

Ao Ministério Público compete, embora não exclusivamente, requerer, perante a 3.ª Secção e as Secções Regionais, o julgamento para efetivação de responsabilidades financeiras.

Processos remetidos ao MP com infrações evidenciadas (art. 57.º da LOPTC)

Tipologia dos processos	Transitados *	Participados no ano	Decisão				Em curso
			Não requer procedimento jurisdicional (a)	Extinção da responsabilidade por pagamento voluntário de multa	Requer Procedimento jurisdicional	Arquivamento por não conter evidência de infração financeira (relatórios TdC)	
Controlo prévio e concomitante	6	4	2	1	5	0	2
Relatórios para apuramento de responsabilidade financ.	5	2	2		4		1
Relatórios de auditoria de fiscalização concomitante	1	2		1	1		1
Controlo sucessivo	22	23	8	2	12	0	23
Relatórios de acompanhamento de execução orçamental							0
Relatórios de auditoria de fiscalização sucessiva	22	15	8	2	9		18
Relatórios de verificação externa de contas		7			2		5
Relatórios de verificação interna de contas		1			1		0
Relatórios de órgãos de controlo interno	33	4	11	5	1		20
Total	61	31	21	8	18	0	45

(a) Engloba os processos em que o MP arquiva, designadamente por falta de requisitos legais, diferente qualificação jurídica da efetuada no relatório, por não se verificar o elemento subjetivo da infração ou por prescrição do procedimento.

* Dados corrigidos face aos apresentados nos processos em curso no Relatório de Atividades de 2016

Processos remetidos ao MP sem infrações evidenciadas (art. 29.º da LOPTC)

Tipologia dos processos	Transitados	Participados no ano	Decisão				Em curso
			Não requer procedimento jurisdicional (a)	Extinção da responsabilidade por pagamento voluntário de multa	Requer Procedimento jurisdicional	Arquivamento por não conter evidência de infração financeira	
Controlo prévio e concomitante	0	8	0	0	0	8	0
Relatórios para apuramento de responsabilidade financ.		1				1	0
Relatórios de auditoria de fiscalização concomitante		7				7	0
Controlo sucessivo	4	76	23	0	0	49	8
Relatórios de acompanhamento de execução orçamental		4				4	0
Relatórios de auditoria de fiscalização sucessiva	4	31	4			31	0
Relatórios de verificação externa de contas		9	2			7	0
Relatórios de verificação interna de contas		32	17			7	8
Relatórios de órgãos de controlo interno	8	24	20			4	8
Total	12	108	43	0	0	61	16

(a) Engloba os processos em que o MP arquiva, designadamente por falta de requisitos legais, diferente qualificação jurídica da efetuada no relatório, por não se verificar o elemento subjetivo da infração ou por prescrição do procedimento.

Origem dos processos remetidos ao MP

	Sede	SRA	SRM	Total
Processos notificados ao MP no ano	60	48	25	133
Despacho MP:				
Não requer procedimento jurisdicional	24	38	2	64
Extinção de responsabilidade por pagamento voluntário de multa	6		2	8
Requer procedimento jurisdicional	12		6	18
Arquivamento por não conter evidência de infração financeira	43		18	61

Mapa comparativo da evolução processual

	2015	2016	2017
Processos notificados ao M P no ano	25	151	133
Despacho M P:			
Requer procedim ento jurisdicional	14	15	18
Extinção de responsabilidade por pagam ento voluntário de multa	2	7	8
Não requer procedim ento jurisdicional	1	101	64
Arquiva m ento por não conter evidência de infração financeira	16	46	61

PARTICIPAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO A OUTRAS JURISDIÇÕES

O Ministério Público participa, ou dá conhecimento, a outras jurisdições de factos conhecidos em relatórios do Tribunal de Contas, dos órgãos de controlo interno, em acórdãos do Tribunal de Contas e em denúncias.

O Ministério Público fez 3 participações referentes a denúncias às seguintes entidades: Ministério Público da Comarca de Évora- Instância Local de Estremoz, Ministério Público do Porto-Instância Local de Santo Tirso-Secção Criminal e Ministério Público da Comarca de Lisboa Oeste- Unidade Central de Sintra.

IX. ELEMENTOS COMPLEMENTARES DA CONTA CONSOLIDADA





Tribunal de Contas

Direção - Geral

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

Relatório de gestão consolidado

Índice

1. Fontes de financiamento e execução orçamental.....	2
1.1. Fontes de Financiamento	2
1.2. Execução Orçamental	2
1.2.1. Receita.....	2
1.2.1.1. Receita Emolumentar.....	4
1.2.1.2. Evolução do Saldo de Gerência	4
1.2.2. Despesa	5
1.2.2.1. Taxa de Cobertura e Saldo da Gerência.....	7
2. Demonstrações financeiras	8
2.1. Balanço	8
2.1.1. Ativo Líquido	9
2.1.2. Fundos Próprios e Passivo	10
2.2. Demonstração de Resultados	11
2.3. Outras Observações.....	12
2.3.1. Dívidas de Terceiros	12
2.3.2. Especialização de Proveitos	13
2.3.3. Evolução de Custos com Fornecimentos e Serviços Externos	13
2.3.4. Evolução de Custos com Pessoal	14



Tribunal de Contas

Direção - Geral

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

1. FONTES DE FINANCIAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

1.1. Fontes de Financiamento

De acordo com o disposto no quadro n.º I, o **montante global do financiamento** do Tribunal de Contas (TdC) para 2017 ascendeu a 48.379.315 euros, dos quais 56,95% respeitaram a receitas do Cofre Privativo e os restantes 43,05% a receitas gerais provenientes do Orçamento do Estado.

QDR I (em euros)

FONTES DE FINANCIAMENTO	2015 (1)	%	2016 (2)	%	Δ 2015 / 2016		2017 (5)	%	Δ 2017 / 2016	
					(+/-)	%			(+/-)	%
					(3)=(2)-(1)	(4)=(3)/(1)			(6)=(5)-(2)	(7)=(6)/(2)
Orçamento do Estado (a)	20.500.000	44,93%	20.369.210	42,37%	-130.790	-0,64%	20.828.139	43,05%	458.929	2,25%
Cofre Privativo	25.126.570	55,07%	27.709.434	57,63%	2.582.864	10,28%	27.551.176	56,95%	-158.258	-0,57%
Total	45.626.570	100,00%	48.078.644	100,00%	2.452.074	5,37%	48.379.315	100,00%	300.671	0,63%
Cofre Privativo	25.126.570		27.709.434		2.582.864	10,28%	27.551.176		-158.258	-0,57%
Receitas correntes e de capital	5.692.122	22,65%	6.272.436	22,64%	580.314	10,20%	5.927.736	21,52%	-344.700	-5,50%
Saldo da gerência anterior	19.434.448	77,35%	21.436.998	77,36%	2.002.550	10,30%	21.623.440	78,48%	186.442	0,87%

No global, o financiamento do exercício de 2017 é superior em 0,63% (300.671 euros) ao verificado em 2016.

As dotações do Orçamento do Estado em 2017 ascenderam a 20.828.139 euros, o que representa um acréscimo de 2,25% relativamente ao exercício de 2016, correspondente a 458.929 euros.

No que respeita ao orçamento do Cofre Privativo, incluindo o saldo da gerência, verifica-se, que o ano de 2017 apresenta uma diminuição de 0,57% (-158.258 euros) em comparação com o ano anterior.

O saldo da gerência de 2016 e integrado no orçamento de 2017 apresenta um acréscimo de 186.442 euros (0,87%), face ao saldo de gerência integrado no exercício de 2016, representando 78,48% do total do orçamento do Cofre Privativo.

1.2. Execução Orçamental

1.2.1. Receita

O quadro n.º II permite analisar os valores da receita cobrada pelo Cofre Privativo em 2017 por classificação económica de receita, conferindo, igualmente, uma noção do seu peso



Tribunal de Contas

Direção Geral

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

relativo por tipologia, em relação ao total de receita efetivamente cobrada, bem como oferece uma perspetiva da sua evolução no período compreendido entre 2015 e 2017.

QDR II

CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA	Receita Cobrada 2015 (1)	Receita Cobrada 2016 (2)	△ 2016/2015		Receita *			△ 2017/2016		Orçamento Inicial (9)	Orçamento Corrigido (10)	(em euros) Grau de (11)=(6)/(10)
			Absoluta (3)=(2)-(1)	% (4)=(3)/(1)	Liquidadada 2017 (5)	Cobrada 2017 (6)	% (7)=(6)-(2)	Absoluta (7)=(6)-(2)	% (8)=(7)/(2)			
RECEITAS CORRENTES												
Taxas de Justiça	0	0	0	0,00%	0	0	0,0%	0	0,00%	1.000	1.000	0,00%
Emolumentos do Tribunal de Contas	6.746.757	6.681.112	-65.645	-0,97%	7.014.139	6.944.964	96,56%	263.852	3,95%	5.838.161	5.813.161	119,47%
Juros de Mora	293	582	289	98,39%	1.840	1.850	0,03%	1.268	217,81%	1.100	1.100	168,22%
Juros - IGCP	24.559	11.398	-13.161	-53,59%	24.034	24.034	0,33%	12.636	110,87%	20.000	20.000	120,17%
Edições do Tribunal de Contas	932	736	-196	-21,02%	1.120	859	0,01%	123	16,67%	2.000	2.000	42,95%
Venda de Bens Diversos	1.579	1.586	7	0,46%	1.256	1.256	0,02%	-330	-20,83%	2.000	2.000	62,78%
Reembolsos - Serv. Soc. Min. Justiça	0	165	165	0,00%	0	0	0,00%	-165	-100,00%	500	500	0,00%
Venda de Bens e Serviços - Outros	0	0	0	0,00%	0	0	0,00%	0	0,00%	0	0	0
Outras Receitas Correntes	56.089	62.555	6.467	11,53%	102.839	75.519	1,05%	12.964	20,72%	59.875	59.875	126,13%
Total das receitas correntes	6.830.208	6.758.135	-72.073	-1,06%	7.145.227	7.048.482	98,00%	290.347	4,30%	5.924.636	5.899.636	119,47%
RECEITAS DE CAPITAL												
A alienação de bens de mobilizado	25.450	0	-25.450	-100,00%	0	0	0,00%	0	0,00%	500	500	0,00%
Outr. Receiã. Cap. - Indemnizações	0	0	0	0,00%	18.712	18.712	0,26%	18.712	0,00%	1.500	25.000	74,85%
Reposições não abatidas	995	1.754	759	76,27%	8.715	7.519	0,10%	5.765	328,71%	1.100	2.600	289,19%
Total das receitas de capital	26.445	1.754	-24.691	-93,37%	27.426	26.231	0,36%	24.477	1395,61%	3.100	28.100	93,35%
Transf. Correntes - A. C. SFA(**)	0	0	0	0,00%	116.153	117.840	1,64%	117.840	0,00%	0	205.076	57,46%
	0	0	0	0,00%	116.153	117.840	1,64%	117.840	0,00%	0	205.076	57,46%
TOTAL DA RECEITA	6.856.653	6.759.888	-96.765	-1,41%	7.288.806	7.192.552	100,0%	432.664	6,40%	5.927.736	6.132.812	117,28%

* Deduzida de anulações e restituições

Em 2017, o **orçamento de receita** inicial do Cofre Privativo correspondeu a 5.927.736 euros, repartindo-se em receitas correntes (5.924.636 euros) e receitas de capital (3.100 euros).

O orçamento corrigido reflete o crédito especial no valor de 203.389 euros relativo ao Projeto Pro- PALOP-TL-ISC, decorrentes da assinatura, em 22 de dezembro de 2016, da Carta de Acordo entre o Tribunal de Contas (TdC) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no âmbito da implementação do reforço das capacidades técnicas e funcionais das Instituições Superiores de Controlo (ISC), Parlamentos Nacionais e Sociedade Civil para o controlo das finanças públicas nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste.

O orçamento corrigido reflete ainda o reforço de 1.687 euros referente ao Programa de apoio à governação democrática em Timor-Leste, por forma a regularizar os valores de receita por cobrar em anos anteriores.

Relativamente à receita corrente liquidada, o exercício de 2017 encerrou com um total de 7.145.227 euros, o que corresponde a um desvio positivo de 1.245.591 euros face ao orçamento corrigido, tendo sido liquidados mais 1.175.978 euros de receita emolumentar que o orçamentado.

Em termos globais, o volume de receita corrente cobrada cresceu 4,30% (290.347 euros) face ao ano anterior, e que resultou, essencialmente, do aumento verificado ao nível da receita emolumentar, que correspondeu a 263.852 euros (3,95%) face ao volume de cobrança de 2016.

Da análise da estrutura de execução das receitas próprias, verifica-se que a receita cobrada no exercício de 2017 relativamente ao total do orçamento corrigido (em que se inclui a receita proveniente das reposições não abatidas e das transferências correntes relativas ao Programa

W7



Tribunal de Contas

Direção - Geral

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

de apoio à governação democrática em Timor-Leste e ao Projeto Pro-PALOP-TL-ISC), correspondeu a 117,28% (7.192.552 euros), o que denota uma variação positiva face ao inicialmente orçamentado, tendo-se cobrado mais 1.264.816 euros do que o estimado em sede de preparação do orçamento para o ano de 2017 (5.927.736 euros).

Quando comparada com o montante total de receitas cobradas no exercício, a receita emolumentar apresenta um peso de 96,56 %, fator por si só indicativo da extrema relevância desta tipologia de receita no orçamento do Cofre Privativo, representando as restantes tipologias de receita valores residuais.

1.2.1.1. Receita Emolumentar

Atendendo ao peso da receita emolumentar no volume das receitas correntes do Tribunal de Contas, elaborou-se o quadro n.º III, que evidencia o volume de liquidações desta tipologia de receita e a correspondente variação.

QDR III (em euros)

TIPOLOGIA DE EMOLUMENTOS	2015		2016		Variação 2016/2015		2017		Variação 2017/2016	
	Emissão	%	Emissão	%	Absoluta	%	Emissão	%	Absoluta	%
Fiscalização prévia e concomitante	2.975.309,68	44,7%	2.745.391,76	40,37%	-229.917,92	-7,73%	3.237.499,86	46,30%	492.108,10	17,92%
Verificação interna de contas	3.044.051,70	45,7%	3.242.715,54	47,68%	198.663,84	6,53%	3.043.511,48	43,53%	-199.204,06	-6,14%
Auditorias / VEC	635.062,23	9,5%	812.487,03	11,95%	177.424,80	27,94%	711.238,36	10,17%	-101.248,67	-12,46%
TOTAL DO ANO	6.654.423,61	100,0%	6.800.594,33	100,00%	146.170,72	2,20%	6.992.249,70	100,00%	191.655,37	2,82%

A receita emolumentar liquidada (deduzida de anulações e restituições) apresenta um crescimento de 2,82% face à liquidada no ano de 2016 (191.655,37 euros).

Observa-se que este acréscimo decorre exclusivamente do crescimento da receita relativa à fiscalização prévia e concomitante (17,92%) uma vez que as restantes tipologias de receita apresentam variações negativas

1.2.1.2. Evolução do Saldo de Gerência

QDR IV (em euros)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Saldo p/ gerência seguinte (31.12.ano-n)	17.082.377	16.501.841	18.087.424	19.156.128	21.262.828	22.714.761	26.077.111	25.869.419	23.272.024	19.786.705	21.436.996	21.623.438	23.044.550
Recurso ao saldo da gerência anterior	1.284.545	217.866	31.896	127.195	217.742	237.902	217.203	339.901	2.454.740	3.002.219	0	58.233	0
1. Insuficiência do Orçamento do Estado	728.930	217.866	58.296	154.187	336.369	444.391	573.928	724.703	4.880.985	4.827.981	772.322	1.658.751	1.185.214
2. Insuficiência de receitas próprias	555.511	0	0	0	0	0	0	0	0	8.407	0	0	0

Conforme pode ser observado no quadro n.º IV, no período de 2006 a 2011 a execução orçamental do Cofre Privativo caracteriza-se por um aumento sucessivo dos saldos de



Tribunal de Contas

Direção - Geral

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

gerência gerados, não obstante o facto de as disponibilidades financeiras terem colmatado as situações de insuficiência das dotações do orçamento do Estado.

Em 2012 interrompeu-se esta tendência, verificando-se uma redução no saldo de gerência situação que se manteve até 2014.

No ano de 2015, é invertida a situação observando-se um acréscimo no valor do saldo de gerência de 1.650.291 euros. Em 2016, apesar do aumento da insuficiência do Orçamento do Estado, manteve-se esta tendência apurando-se um saldo para a gerência seguinte de 21.623.438 euros, valor que reflete um aumento de 186.442 euros.

No ano de 2017 o saldo de gerência do ano situa-se nos 23.044.550 euros verificando-se um aumento no saldo de 1.421.112 euros.

Importa referir que, no processo de regularização das verbas pendentes relativas ao Programa de apoio à governação democrática em Timor-Leste, se procedeu à restituição do valor de 12.046,03 euros ao Instituto Camões. I.P., relativas a verbas recebidas em anos anteriores.

Relativamente à Secção Regional dos Açores, a insuficiência das verbas do Orçamento do Estado não pôde ser colmata, na sua totalidade, pelo orçamento do Cofre Privativo, através do seu saldo de gerências anteriores, pelo que, à semelhança de anos transatos, esta insuficiência teve de ser suprimida, na sua totalidade, por um reforço proveniente das dotações do Tribunal de Contas (Sede), no valor de 385.000 euros, com vista a possibilitar o pagamento das despesas com o pessoal, respeitantes a parte do mês de outubro e à totalidade dos meses de novembro e dezembro.

1.2.2. Despesa

A observação do quadro n.º V permite obter uma perspetiva integrada da execução orçamental de 2017, quer através da análise do grau de realização apresentado por cada um dos agrupamentos económicos de despesa, quer pela determinação do seu peso relativo no total de despesa realizada, quer ainda pela repartição por fonte de financiamento.

QDR V (em euros)

FONTE DE FINANCIAMENTO	2015		2016				2017				2017		
	Despesa Realizada	%	Despesa Realizada	%	Variação 2016 - 2015		Despesa Realizada	%	Variação 2017 - 2016		Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido - Congel.	Taxa de Execução
	(1)		(2)		(3)=(2)-(1)		(4)		(5)=(4)-(2)		(6)	(7)=(4)/(6)	
COFRE PRIVATIVO													
Despesas com pessoal	2.669.820	51,26%	3.633.894	55,28%	964.074	36,11%	3.151.734	54,61%	-482.161	-13,27%	2.392.166	8.047.898	39,16%
Bens e serviços correntes	2.210.508	42,44%	2.344.622	35,67%	134.115	6,07%	2.386.065	41,34%	41.442	1,77%	3.148.867	4.113.550	58,00%
Bens de Capital	327.762	6,29%	594.928	9,05%	267.166	81,51%	233.641	4,05%	-361.287	-60,73%	386.703	717.500	32,56%
TOTAL	5.208.090	100,00%	6.573.445	100,00%	1.365.355	26,22%	5.771.439	100,00%	-802.006	-12,20%	5.927.736	12.878.948	44,81%
O. E.													
Despesas com pessoal	19.906.917	99,87%	19.628.731	99,97%	-278.187	-1,40%	20.397.922	100,00%	769.191	3,92%	20.172.881	20.480.598	99,60%
Bens e serviços correntes	25.455	0,13%	5.011	0,03%	-20.444	-80,31%	419	0,00%	-4.592	-91,63%	515.258	507.541	0,08%
Bens de Capital	0	0,00%	135	0,00%	135	100,00%	0	0,00%	-135	-100,00%	320.000	20.000	0,00%
TOTAL	19.932.373	100,00%	19.633.877	100,00%	-298.496	-1,50%	20.398.341	100,00%	764.464	3,89%	21.008.139	21.008.139	97,10%
COFRE PRIVATIVO + O. E.													
Despesas com pessoal	22.576.738	89,80%	23.262.625	88,76%	685.888	3,04%	23.549.655	89,99%	287.030	1,23%	22.565.047	28.528.496	82,55%
Bens e serviços correntes	2.235.963	8,89%	2.349.634	8,97%	113.670	5,08%	2.386.484	9,12%	36.850	1,57%	3.664.125	4.621.091	51,64%
Bens de Capital	327.762	1,30%	595.064	2,27%	267.301	81,55%	233.641	0,89%	-361.422	-60,74%	706.703	737.500	31,68%
TOTAL	25.140.463	100,00%	26.207.322	100,00%	1.066.859	4,24%	26.169.780	100,00%	-37.542	-0,14%	26.935.875	33.887.087	77,23%



Tribunal de Contas

Direção - Geral

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

O orçamento corrigido do Tribunal de Contas reflete os seguintes factos:

- ◆ Cativação de verbas ao orçamento, efetuada nos termos definidos pelo Decreto-Lei n.º 25/17, de 3 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 55/2017, de 5 de junho, diploma que estabeleceu as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2017;
- ◆ Recurso ao mecanismo previsto no art.º 25 da Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 91/2001);
- ◆ O crédito especial referente ao Projeto Pro- PALOP-TL-ISC, no valor de 203.389 euros.

Em termos globais, o exercício de 2017 encerrou com um volume de despesa inferior a 2016 em 0,14%, correspondente a -37.542 euros e com uma taxa de execução de 77,23%.

Este decréscimo decorre da diminuição verificada ao nível das despesas de capital (-60,74%).

Nos exercícios de 2015 a 2017 as **dotações do Orçamento do Estado** suportaram quase exclusivamente despesas com o pessoal, cuja representatividade corresponde a 99,87%, 99,97% e 100,00% respetivamente, da despesa total, apresentando o exercício de 2017 um volume de despesa superior a 2016 em 3,89% correspondente a 764.464 euros.

Esta variação resulta, essencialmente, do aumento de 769.191 euros (3,92%) nas despesas com pessoal.

Refira-se que as dotações do Orçamento do Estado, à semelhança de exercícios anteriores, foram insuficientes para o pagamento integral das despesas com o pessoal, tendo os Cofres Privativos suportado parte das remunerações certas e permanentes, num total de 1.185.214 euros.

No que diz respeito ao total de despesa efetuada por conta do **orçamento do Cofre Privativo**, a mesma ascende a 5.771.439 euros, em que 3.151.734 euros correspondem a despesas com o pessoal, 2.386.065 euros a aquisição de bens e serviços correntes e 233.641 euros a aquisição de bens de capital.

A variação negativa de 12,20% (802.006 euros) justifica-se, essencialmente, pela diminuição das despesas com o pessoal face ao exercício anterior, decorrente do decréscimo do valor da insuficiência das receitas do Orçamento do Estado e despesas com bens de capital.



Tribunal de Contas

Direção Geral

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

O orçamento do Cofre Privativo suportou ainda a totalidade dos encargos associados às demais despesas, entre as quais, deslocações em serviço de efetivos do Tribunal de Contas e seus Serviços de Apoio, não só no território nacional como no estrangeiro.

Refira-se ainda que, no exercício de 2017, foram efetuados pagamentos, que totalizaram 362.789,42 euros, relativos a compromissos assumidos, transitados do exercício de 2016 e por outro lado, a despesa efetiva de 2017 não reflete o total de 484.911,87 euros relativos a compromissos assumidos e não pagos que transitaram para o exercício de 2018.

1.2.2.1. Taxa de Cobertura e Saldo da Gerência

O quadro n.º VI revela a taxa de cobertura da receita cobrada no exercício relativamente ao total de despesa realizada.

QDR VI (em euros)

ANO	Receita Exercício (1)	Despesa Realizada (2)	Saldo (3)=(1)-(2)	Taxa de Cobertura (4)=(1)/(2)	Encargos OE
2014	5.961.292	9.446.644	-3.485.352	0,63	
2015	6.856.653	5.208.089	1.648.564	1,32	
2016	6.759.888	6.573.445	186.443	1,03	
2017	7.192.552	5.771.439	1.421.112	1,25	
	Sem encargos transferidos do Orçamento do Estado				
2014	5.961.292	4.618.663	1.342.629	1,29	4.827.981
2015	6.856.653	4.435.767	2.420.886	1,55	772.322
2016	6.759.888	4.914.694	1.845.194	1,38	1.658.751
2017	7.192.552	4.586.225	2.606.326	1,57	1.185.214

Da observação do quadro, verifica-se que o indicador relativo à taxa de cobertura no exercício de 2017 é superior a 1 tendo a receita cobrada sido superior ao total de despesa realizada em 1.421.112 euros.

No entanto, excluindo-se desta análise os encargos que o Cofre Privativo, por insuficiência das dotações do Orçamento do Estado suportou, e que conforme referido anteriormente ascenderam a 1.185.214 euros, a taxa de cobertura situar-se-ia em 1,57, correspondendo a um saldo positivo de 2.606.326 euros.

Após análise da gestão orçamental relativa ao ano económico de 2017, onde se procedeu à caracterização e estudo da evolução do financiamento do TdC, bem como à análise da execução dos orçamentos da receita e despesa associados, pretende-se agora evidenciar a situação financeira e patrimonial através da análise do Balanço e da Demonstração de Resultados.



Tribunal de Contas

Direção - Geral

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Balanço

O Balanço do Tribunal de Contas referente a 31 de dezembro de 2017, que se encontra exposto no quadro n.º VII, evidencia, para além da situação patrimonial do Tribunal naquela data, a variação ocorrida na composição e valor do património através da comparação com o balanço reportado a 31 de dezembro de 2016.

QDR VII

(em euros)

CÓDIGO de CONTAS	DESIGNAÇÃO	2017			2016		CÓDIGO de CONTAS	DESIGNAÇÃO	2017	2016
		ATIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES / PROVISÕES	ATIVO LÍQUIDO	ATIVO LÍQUIDO					
	ATIVO									
	IMOBILIZADO						FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO			
	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS						FUNDOS PRÓPRIOS			
433	Propriedade Industrial e Outros Direitos	704.300,78	667.759,94	36.540,84	28.452,75	51	Património	18.961.949,76	18.961.949,76	
		704.300,78	667.759,94	36.540,84	28.452,75	575	Subsídio	0,00	0,00	
	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					576	Doações	71.620,72	71.743,65	
421	Terrenos e Recursos Naturais	2.953.036,82	0,00	2.953.036,82	2.953.036,82	577	Reservas Dec. Transf. Ativos	0,00	0,00	
422	Edifícios e Outras Construções	15.045.012,32	7.602.214,89	7.442.797,43	7.787.234,03	579	Outras	0,00	0,00	
423	Equipamento Básico	4.005.511,32	3.691.487,45	314.023,87	407.348,80	59	Resultados Transitados	14.427.914,93	14.426.104,58	
424	Equipamento de Transporte	122.426,07	119.880,29	2.545,78	5.940,16	88	Resultado Líquido do Exercício	413.341,68	1.810,35	
425	Ferramentas e Utensílios	7.812,75	7.812,75	0,00	0,00		TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS	33.874.827,09	33.461.608,34	
426	Equipamento Administrativo	3.167.203,84	3.066.684,83	100.519,01	91.036,14		PASSIVO			
429	Outras Imob. Corpóreas	1.250.316,58	94.027,55	1.156.289,03	1.156.775,89	29	Provisões para Riscos e Encargos	7.096,00	7.096,00	
442	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00			7.096,00	7.096,00	
		26.551.319,70	14.582.107,76	11.969.211,94	12.401.371,84		DIVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO			
4141	Terrenos e Recursos Naturais	23.692,90	0,00	23.692,90	23.692,90	221	Fornecedores C/C	109.546,07	115.568,71	
4142	Edifícios e Outras Construções	71.078,70	26.450,39	44.628,31	45.522,37	228	Fornecedores - Facturas em Recepção e Conf.	100.214,05	67.105,32	
		94.771,60	26.450,39	68.321,21	69.215,27	2611	Fornecedores de Imobilizado C/C	0,00	0,00	
	CIRCULANTE					24	Estado e outros Entes Públicos	322.631,88	23.959,22	
	EXISTÊNCIAS					262	Remunerações a Pagar	0,00	0,00	
36	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	103.523,84	60.463,81	43.060,03	46.192,23	267	Consultores, Assessores	0,00	3.269,75	
32	Mercadorias	9.230,22	9.230,22	0,00	5.777,45	268	Outros credores diversos	22.779,59	25.673,95	
		112.754,06	69.694,03	43.060,03	51.969,68		ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS			
	DIVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO					273	Acréscimos de custos	3.395.704,02	3.363.965,18	
211	Cientes C/C	10.339,46	0,00	10.339,46	45,87	274	Proveitos diferidos	1.824.081,93	1.849.416,40	
212	Contribuintes C/C	876.995,84	0,00	876.995,84	843.551,80		TOTAL DO PASSIVO	5.782.053,54	5.456.054,53	
218	Cientes, Cont. e Utentes de cobrança duvidosa	73.976,50	73.976,50	0,00	0,00					
221	Fornecedores C/C	0,00	0,00	0,00	0,00					
229	Adiantamento a fornecedores	375,30	0,00	375,30	321,94					
24	Estado e outros Entes Públicos	4.149,44	0,00	4.149,44	4.149,44					
262	Pessoal - Outras Operações	2.103,94	0,00	2.103,94	1.159,60					
268	Outros Devedores Diversos	30.505,80	0,00	30.505,80	9.346,51					
		998.446,28	73.976,50	924.469,78	858.575,16					
	TÍTULOS NEGOCIÁVEIS									
153	Títulos da Dívida Pública	0,00	0,00	0,00	0,00					
		0,00	0,00	0,00	0,00					
	CONTA NO TESOURO, DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E CAIXA									
13	Contas no Tesouro	23.378.099,89	0,00	23.378.099,89	21.647.843,11					
12	Depósitos em Instituições Financeiras	2.933,83	0,00	2.933,83	5.541,24					
11	Caixa	0,00	0,00	0,00	3.174,54					
		23.381.033,72	0,00	23.381.033,72	21.656.558,89					
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS									
271	Acréscimos de proveitos	3.126.352,86	0,00	3.126.352,86	3.743.714,18					
272	Custos diferidos	107.890,25	0,00	107.890,25	107.805,10					
		3.234.243,11	0,00	3.234.243,11	3.851.519,28					
	TOTAL DE AMORTIZAÇÕES		15.276.318,09							
	TOTAL DAS PROVISÕES		143.670,53							
	TOTAL DO ATIVO	55.076.869,25	15.419.988,62	39.656.880,63	38.917.662,87		TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	39.656.880,63	38.917.662,87	

Da observação do balanço pode concluir-se que as **Disponibilidades** existentes na conta do Tesouro, em depósitos em instituições financeiras e em caixa, no total de 23.381.033,72 euros



Tribunal de Contas

Direção-Geral

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

o **Imobilizado**, que ascende a 12.074.073,99 euros e os **Acréscimos e Diferimentos**, no total de 3.234.243,11 euros correspondem à quase totalidade do ativo líquido, cujo montante ascende a 39.656.880,63 euros.

Ao nível das **Existências**, foram constituídas provisões para depreciação de existências num total de 69.694,03 euros, em que 9.230,22 euros correspondem à provisão relativa à Revista do Tribunal de Contas e 60.463,81 euros dizem respeito à provisão associada aos bens adquiridos e destinados a consumo interno.

Para melhor compreensão e análise da evolução do património verificada no período 2017-2016 foram elaborados os quadros n.º VIII - *Comparação do ativo líquido* e n.º IX - *Comparação dos fundos próprios e passivo* onde se apresenta, em termos absolutos e percentuais, a variação referida anteriormente.

2.1.1. Ativo Líquido

QDR VIII		(em euros)			
CÓDIGO de CONTAS	DESIGNAÇÃO	2017 ATIVO LÍQUIDO	2016 ATIVO LÍQUIDO	VARIAÇÃO	
				ABS.	%
ATIVO					
IMOBILIZADO					
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS					
433	Propriedade Industrial e Outros Direitos	36.540,84	28.452,75	8.088,09	28,43%
		36.540,84	28.452,75	8.088,09	28,43%
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					
421	Terrenos e Recursos Naturais	2.953.036,82	2.953.036,82	0,00	0,00%
422	Edifícios e Outras Construções	7.442.797,43	7.787.234,03	-344.436,60	-4,42%
423	Equipamento Básico	314.023,87	407.348,80	-93.324,93	-22,91%
424	Equipamento de Transporte	2.545,78	5.940,16	-3.394,38	-57,14%
425	Ferramentas e Utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00%
426	Equipamento Administrativo	100.519,01	91.036,14	9.482,87	10,42%
429	Outras Imob. Corpóreas	1.156.289,03	1.156.775,89	-486,86	-0,04%
442	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00%
		11.969.211,94	12.401.371,84	-432.159,90	-3,48%
INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
4141	Terrenos e Recursos Naturais	23.692,90	23.692,90	0,00	0,00%
4142	Edifícios e Outras Construções	44.628,31	45.522,37	-894,06	-1,96%
		68.321,21	69.215,27	-894,06	-0,02
CIRCULANTE					
EXISTÊNCIAS					
36	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	43.060,03	46.192,23	-3.132,20	-6,78%
32	Mercadorias	0,00	5.777,45	-5.777,45	-100,00%
		43.060,03	51.969,68	-8.909,65	-17,14%
DIVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO					
211	Clientes C/C	10.339,46	45,87	10.293,59	22440,79%
212	Contribuintes C/C	876.995,84	843.551,80	33.444,04	3,96%
218	Clientes, Cont. e Utentes de cobrança duvidosa	0,00	0,00	0,00	0,00%
221	Fornecedores C/C	0,00	0,00	0,00	0,00%
229	Adiantamento a fornecedores	375,30	321,94	53,36	16,57%
24	Estado e outros Entes Públicos	4.149,44	4.149,44	0,00	0,00%
262	Pessoal - Outras Operações	2.103,94	1.159,60	944,34	81,44%
268	Outros Devedores Diversos	30.505,80	9.346,51	21.159,29	226,39%
		924.469,78	858.575,16	65.894,62	7,67%
TÍTULOS NEGOCIÁVEIS					
153	Títulos da Dívida Pública	0,00	0,00	0,00	0,00%
		0,00	0,00	0,00	0,00%
CONTA NO TESOURO, DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E CAIXA					
13	Contas no Tesouro	23.378.099,89	21.647.843,11	1.730.256,78	7,99%
12	Depósitos em Instituições Financeiras	2.933,83	5.541,24	-2.607,41	-47,05%
11	Caixa	0,00	3.174,54	-3.174,54	-100,00%
		23.381.033,72	21.656.558,89	1.724.474,83	7,96%
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS					
271	Acréscimos de proveitos	3.126.352,86	3.743.714,18	-617.361,32	-16,49%
272	Custos diferidos	107.890,25	107.805,10	85,15	0,08%
		3.234.243,11	3.851.519,28	-617.276,17	-16,03%
TOTAL DO ATIVO					
		39.656.880,63	38.917.662,87	739.217,76	1,90%

Da análise do quadro n.º VIII constata-se que o ativo líquido aumentou 739.217,76 euros (1,90%), comparativamente ao apurado no exercício de 2016, no qual está incluído o



Tribunal de Contas

Direção - Geral

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

montante de 299.334,00 euros, que pese embora conste do ativo, refere-se ao valor das retenções do IRS relativo ao processamento das remunerações de dezembro, o qual se encontrava na posse do serviço para posterior entrega até ao dia 10 de janeiro. Assim, excluindo-se o valor das retenções observar-se-ia um aumento no ativo líquido de 439.883,76 euros (1,12%).

Relativamente ao **Imobilizado**, verifica-se um acréscimo de 28,43% no valor do Imobilizado incorpóreo e um decréscimo de 3,48% no Imobilizado corpóreo. No que concerne a este último a variação resulta da redução registada na grande maioria dos bens que o compõem, de onde se destacam as referentes ao *Equipamento de Transporte* (-57,14%) e *Equipamento de Básico* (-22,91%).

A variação positiva (28,43%), verificada ao nível do imobilizado incorpóreo, decorre, fundamentalmente, da aquisição da nova imagem do TdC e respetiva registo no Instituto de Propriedade Industrial.

O exercício de 2017 reflete ainda processos de abate ao ativo imobilizado do Tribunal de Contas, num total de 314.775,34 euros. De referir que o valor líquido dos bens abatidos se cifrava em 262,72 euros.

2.1.2. Fundos Próprios e Passivo

Como resulta da observação do quadro n.º IX, os **Fundos Próprios** correspondem a 33.874.827,09 euros e o **Passivo** a 5.782.053,54 euros, dos quais 555.171,59 euros são relativos a **Dívidas a Terceiros** e 5.219.785,95 euros referem-se a **Acréscimos e Diferimentos**.

QDR IX		(em euros)			
CÓDIGO de CONTAS	DESIGNAÇÃO	2017	2016	ABS.	%
FUNDOS PRÓPRIOS					
51	Património	18.961.949,76	18.961.949,76	0,00	0,00%
575	Subsídio	0,00	0,00	0,00	0,00%
576	Doações	71.620,72	71.743,65	-122,93	-0,17%
577	Reservas Dec. Transf. Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00%
579	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00%
59	Resultados Transilados	14.427.914,93	14.426.104,58	1.810,35	0,01%
88	Resultado Líquido do Exercício	413.341,68	1.810,35	411.531,33	22732,14%
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS		33.874.827,09	33.461.608,34	413.218,75	1,23%
PASSIVO					
29	Provisões para Riscos e Encargos	7.096,00	7.096,00	0,00	0,00%
		7.096,00	7.096,00	0,00	0,00%
DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO					
221	Fornecedores C/C	109.546,07	115.568,71	-6.022,64	-5,21%
228	Fornecedores - Facturas Recep. e Conf.	100.214,05	67.105,32	33.108,73	49,34%
2611	Fornecedores de Imobilizado C/C	0,00	0,00	0,00	0,00%
24	Estado e outros Entes Públicos	322.631,88	23.969,22	298.672,66	1246,59%
262	Remunerações a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00%
267	Consultores, Assesores	0,00	3.269,75	-3.269,75	-100,00%
268	Outros credores diversos	22.779,59	25.673,95	-2.894,36	-11,27%
		555.171,59	235.576,95	319.594,64	136,66%
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS					
273	Acréscimos de custos	3.395.704,02	3.363.965,18	31.738,84	0,94%
274	Provelhos diferidos	1.824.081,93	1.849.416,40	-25.334,47	-1,37%
		5.219.785,95	5.213.381,58	6.404,37	0,12%
TOTAL DO PASSIVO		5.782.053,54	5.456.054,53	325.999,01	5,97%
TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO		39.656.880,63	38.917.662,87	739.217,76	1,90%



Tribunal de Contas

Direção - Geral

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

Para o aumento dos fundos próprios (413.218,75 euros) contribuiu, o aumento do resultado líquido do exercício no montante de 411.531,33 euros.

Refira-se que, a variação de 25.334,47 euros, verificada ao nível dos proveitos diferidos, refletem, essencialmente, as amortizações do ano do Edifício Sede da Secção Regional da Madeira, que foi adquirido com recurso a verba do Capítulo 50 –PIDDAC.

2.2. Demonstração de Resultados

O quadro n.º X evidencia os custos e proveitos segundo a sua natureza, tendo por finalidade o apuramento dos resultados do exercício económico em análise, bem como a sua comparação com o exercício de 2017.

QDR X (em euros)

CÓDIGO de CONTAS	DESIGNAÇÃO	EXERCÍCIOS			
		2017		2016	
CUSTOS E PERDAS					
61	Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	80.751,76	80.751,76	98.134,19	98.134,19
62	Fornecimentos e Serviços Externos		2.445.412,61		2.219.187,03
64	Custos com o Pessoal				
641 + 642	Remunerações do pessoal	19.084.829,68		18.997.500,97	
643	Pensões	8.737,22		8.737,29	
645	Encargos sobre Remunerações	4.262.933,21		4.255.856,92	
646	Seguros de Acidentes de Trabalho	5.790,84		4.017,89	
647	Encargos Sociais Voluntários			0,00	
648	Outros Custos com o Pessoal	16.540,93	23.378.831,88	20.757,61	23.286.870,68
63	Transferências Correntes Concedidas Prestações Sociais		0,00	0,00	0,00
66	Amortizações de Exercício	657.932,17		648.979,06	
67	Provisões do Exercício	43.055,57	700.987,74	20.267,02	669.246,08
65	Outros Custos e Perdas Operacionais		29.799,18		42.049,11
	(A)		26.835.783,17		26.315.487,09
68	Custos e Perdas Financeiras		960,06		1.340,38
	(C)		26.636.743,23		26.316.827,47
69	Custos e Perdas Extraordinárias		600.135,71		371.976,72
	(E)		27.236.878,94		26.688.804,19
86	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício				0,00
	(G)		27.236.878,94		26.688.804,19
88	Resultado Líquido do Exercício		413.341,68		1.810,35
			27.650.220,62		26.690.614,54
PROVEITOS E GANHOS					
71	Vendas e Prestações de Serviços	1.119,82	1.119,82	628,94	628,94
72	Impostos e Taxas	6.858.068,59		6.670.907,71	
73	Proveitos Suplementares	193.130,81		35.248,41	
74	Transferências e Subsídios Correntes Obtidos:			0,00	
741	Transferências - Tesouro			0,00	
742	Transferências Correntes Obtidas	20.398.340,47		19.633.741,28	
76	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	28.705,33	27.478.245,20	26.872,24	26.366.769,64
	(B)		27.479.365,02		26.367.398,58
78	Proveitos e Ganhos Financeiros		32.340,50		14.600,53
	(D)		27.511.705,52		26.381.999,11
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários		138.515,10		308.615,43
	(F)		27.650.220,62		26.690.614,54
Resumo:					
Resultados operacionais: (B) - (A) =			843.581,85		51.911,49
Resultados financeiros: (D) - (B) - (C) - (A) =			31.380,44		13.260,15
Resultados correntes: (D) - (C) =			874.962,29		65.171,64
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =			413.341,68		1.810,35
Resultado líquido do exercício (F) - (G) =			413.341,68		1.810,35

Da análise da demonstração de resultados conclui-se que o total dos **Custos e Perdas** em 2017 ascendeu a 27.236.878,94 euros, dos quais 26.635.783,17 euros dizem respeito a custos e perdas operacionais, 960,06 euros são de natureza financeira e os restantes 600.135,71 euros de natureza extraordinária.



Tribunal de Contas

Direção-Geral

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

Relativamente aos **Custos e perdas operacionais**, destacam-se os **Custos com o Pessoal** que correspondem a 87,77% do seu total (23.378.831,88 euros). As remunerações do pessoal (19.084.829,68 euros) correspondem à quase totalidade dos custos com o pessoal, tendo sofrido um aumento de 87.328,71 euros face ao montante apurado no ano anterior.

Os **Custos e Perdas Extraordinários**, no total de 600.135,71 euros, englobam as perdas apuradas em existências e imobilizado, as correções relativas a exercícios anteriores e outros custos e perdas extraordinários, entre os quais a redução de proveitos especializados em sede de verificação interna de contas.

Os **Proveitos e Ganhos** de 2017, superiores em 3,60% (959.606,08 euros) ao apurado no exercício anterior, correspondem a 27.650.220,62 euros dos quais 27.479.365,02 euros respeitam a proveitos e ganhos operacionais e 32.340,50 euros a proveitos e ganhos de natureza financeira, relativos aos juros recebidos pelas aplicações em Certificados Especiais de Dívida emitidos pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, IGCP-E.P.E.

O montante de 138.515,10 euros relativo a **Proveitos Extraordinários** é, essencialmente, justificado pela redução de provisões anteriormente constituídas ao nível de bens de consumo e de clientes, pela regularização da especialização efetuada em anos anteriores no âmbito de despesas com pessoal.

A conjugação dos fatores referenciados, contribuiu para o apuramento de um **Resultado Líquido** de 413.341,68 euros.

2.3. Outras Observações

2.3.1. Dívidas de Terceiros

QDR XI (em euros)

DÍVIDA DE TERCEIROS	Anteriores a 2015		2015		2016		2017		TOTAL	
		%		%		%		%		%
Emolumentos	77.490,27	99,90%	42.236,26	100,00%	67.420,54	99,89%	773.732,01	99,88%	960.879,08	99,88%
Fiscalização prévia e concomitante	26.563,01	34,25%	3.635,46	8,61%	627,82	0,93%	260.093,86	33,57%	290.920,15	30,24%
Verificação interna de contas	47.752,29	61,56%	37.890,33	89,71%	44.812,28	66,39%	484.742,22	62,57%	615.197,12	63,95%
Auditorias / VEC	0,00	0,00%	0,00	0,00%	19.738,60	29,24%	25.479,81	3,29%	45.218,41	4,70%
Outros	3.174,97	4,09%	710,47	1,68%	2.241,84	3,32%	3.416,12	0,44%	9.543,40	0,99%
Outras tipologias	75,95	0,10%	0,00	0,00%	77,01	0,11%	957,65	0,12%	1.110,61	0,12%
TOTAL DA DÍVIDA	77.566,22	100,00%	42.236,26	100,00%	67.497,55	100,00%	774.689,66	100,00%	961.989,69	100,00%
		8,06%		4,39%		7,02%		80,53%		100,00%

Do total da dívida de terceiros a 31 de dezembro, 80,53% resulta da liquidação de receita no exercício em análise, existindo ainda 7,02% de receita por cobrar do exercício de 2016, 4,39% do exercício de 2015 e os restantes 8,06% constituem dívida de receita reconhecida em anos anteriores.

Do total da dívida de terceiros resultante da atividade de fiscalização do Tribunal, 63,95% resulta da verificação interna de contas, com um total de 615.197,12 euros de receita emolumentar por cobrar.



2.3.2. Especialização de Proveitos

QDR XII (em euros)

Código	Designação	Saldo Inicial 01-01-2017	Aumento	Redução	Saldo Final 31-12-2017
2.7.1.1.	Acréscimo de proveitos - Juros a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
2.7.1.2.2	Acréscimo de proveitos - Impostos e taxas	3.740.796,28	1.536.917,84	2.159.628,85	3.118.085,27
2.7.1.3.	Acréscimo de proveitos - Proveitos suplementares	1.562,39	30.600,32	29.362,11	2.800,60
2.7.1.6.	Acréscimo de proveitos - Outros Proveitos Ganhos Operacionais	867,06	5.466,99	867,06	5.466,99
2.7.1.9.	Acréscimo de proveitos - Outros extraordinários	488,45	0,00	488,45	0,00
Total		3.743.714,18	1.572.985,15	2.190.346,47	3.126.352,86

As demonstrações financeiras do Tribunal apresentam em especialização de proveitos a 31.12.2017 um saldo de 3.126.352,86 euros, sendo que o montante de 3.118.085,27 euros encontra-se associado a processos que podem dar origem à fixação de emolumentos.

2.3.3. Evolução de Custos com Fornecimentos e Serviços Externos

QDR XIII (em euros)

CUSTOS RECONHECIDOS	2015		2016		2016 / 2015		2017		2017 / 2016	
	Custos reconhecidos (1)	%	Custos reconhecidos (2)	%	Abs. (3) = (2) - (1)	% (4) = (3)/(1)	Custos reconhecidos (5)	%	Abs. (6) = (5) - (2)	% (7) = (6)/(2)
Deslocações e estadas	194.400,36	8,63%	227.481,75	10,25%	33.081,39	17,02%	297.510,66	12,17%	70.028,91	30,78%
Transportes - nacional	98.742,70		111.808,96		13.066,26	13,23%	126.898,53		15.089,57	13,50%
Transportes - estrangeiro	67.395,69		61.946,19		-5.449,50	-8,09%	113.821,11		51.874,92	83,74%
Alojamento - nacional	13.133,65		27.769,60		14.635,95	111,44%	27.690,65		-78,95	-0,28%
Alojamento - estrangeiro	15.128,32		25.957,00		10.828,68	71,58%	29.100,37		3.143,37	12,11%
Comunicações	142.452,62	6,33%	133.174,96	6,00%	-9.277,66	-6,51%	126.129,50	5,16%	-7.045,46	-5,29%
Fixas	36.499,42		32.125,46		-4.373,96	-11,98%	28.354,69		-3.770,77	-11,74%
Móveis	15.381,95		14.988,12		-393,83	-2,56%	13.491,69		-1.496,43	-9,98%
De dados	22.800,94		22.161,02		-639,92	-2,81%	20.741,24		-1.419,78	-6,41%
Correios	41.230,69		36.209,85		-5.020,84	-12,18%	36.389,64		179,79	0,50%
Outras	26.539,62		27.690,51		1.150,89	4,34%	27.152,24		-538,27	-1,94%
Conservação e reparação	524.485,06	23,29%	495.289,73	22,32%	-29.195,33	-5,57%	492.640,68	20,15%	-2.649,05	-0,53%
Edifícios	65.614,65		46.924,55		-18.690,10	-28,48%	36.497,92		-10.426,63	-22,22%
Equipamento básico e administrativo	345.501,46		339.402,56		-6.098,90	-1,77%	351.065,98		11.663,42	3,44%
Viaturas	6.279,04		3.075,83		-3.203,21	-51,01%	1.845,87		-1.229,96	-39,99%
Outras	107.089,91		105.886,79		-1.203,12	-1,12%	103.230,91		-2.655,88	-2,51%
Encargos das instalações	659.679,12	29,29%	722.920,62	32,58%	63.241,50	9,59%	700.209,26	28,63%	-22.711,36	-3,14%
Electricidade	169.599,14		163.860,76		-5.738,38	-3,38%	158.497,42		-5.363,34	-3,27%
Água	13.245,10		14.041,09		795,99	6,01%	26.021,55		11.980,46	85,32%
Segurança	248.953,18		314.400,85		65.447,67	26,29%	272.210,49		-42.190,36	-13,42%
Limpeza	227.881,70		230.617,92		2.736,22	1,20%	243.479,80		12.861,88	5,58%
Trabalhos especializados	401.797,98	17,84%	356.230,98	16,05%	-45.567,00	-11,34%	481.119,95	19,67%	124.888,97	35,06%
Formação	57.365,65	2,55%	26.460,88	1,19%	-30.904,77	-53,87%	25.439,30	1,04%	-1.021,58	-3,86%
Rendas - Outros bens	75.275,78	3,34%	67.666,52	3,05%	-7.609,26	-10,11%	94.637,00	3,87%	26.970,48	39,86%
Outros fornecimentos e serviços externos	196.689,77	8,73%	189.961,59	8,56%	-6.728,18	-3,42%	227.726,26	9,31%	37.764,67	19,88%
TOTAL	2.252.146,34	100,00%	2.219.187,03	100,00%	-32.959,31	-1,46%	2.445.412,61	100,00%	226.225,58	10,19%

Em termos globais, os custos com o fornecimento de bens e serviços apresenta um aumento de 10,19 % face ao exercício de 2016, correspondente ao montante de 226.225,58 euros, sendo que esta variação decorre essencialmente do aumento com os custos das deslocações e estadas (30,78%), dos custos com trabalhos especializados (35,06%) e rendas (39,86%).

Refira-se, ainda, que o aumento verificado ao nível das deslocações e estadas reflete os custos relativos à execução do Projeto Pro- PALOP-TL-ISC no montante de 45.659,63 euros, abrangendo este valor custos com deslocações (42.061,63 euros) e estadas (3.598,00 euros).



Tribunal de Contas

Direção - Geral

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

A execução do Projeto Pro- PALOP-TL-ISC, implicou, igualmente, a realização de ações de formação no montante de 9.000,00 euros.

Importa referir que estes valores foram integralmente suportados por verbas do referido Projeto, conforme o mencionado no ponto 1.2.1..

A variação observada ao nível dos custos com o fornecimento de água, decorre da alteração de contabilização das taxas associadas a este fornecimento, as quais passaram a ser consideradas como tipologia idêntica.

Os trabalhos especializados representam 19,67% da totalidade dos custos (481.119,95 euros), apresentando um acréscimo de 35,06% face ao ano transato. Tal decorre essencialmente do aumento verificado com os serviços de informática, devido à alteração de classificação económica das licenças de *software*, tendo passado a ser contabilizadas como aquisição de bens e serviços.

Verifica-se que os encargos com as instalações são as que apresentam o maior peso, correspondendo a 28,63% do total dos custos reconhecidos neste período.

2.3.4. Evolução de Custos com Pessoal

CUSTOS RECONHECIDOS	2015		2016		2016 / 2015		2017		2017 / 2016	
	Custos reconhecidos (1)	%	Custos reconhecidos (2)	%	Variação		Custos reconhecidos (5)	%	Variação	
					Abs.	%			Abs.	%
					(3) = (2) - (1)	4) = (3)/(1)			(6) = (5) - (2)	(7) = (6)/(2)
Remunerações	16.931.909,80	74,25%	17.355.955,32	74,53%	424.045,52	2,50%	17.410.283,10	74,47%	54.327,78	0,31%
Remuneração base	13.882.124,82	60,88%	14.309.324,03	61,45%	427.199,21	3,08%	14.311.763,73	61,22%	2.439,70	0,02%
Subsídio de refeição	485.282,83	2,13%	481.834,09	2,07%	-3.448,74	-0,71%	503.726,85	2,15%	21.892,76	4,54%
Subsídio de férias e de Natal	2.418.652,99	10,61%	2.417.703,63	10,38%	-949,36	-0,04%	2.441.715,12	10,44%	24.011,49	0,99%
Trabalho extraordinário	81.179,53	0,36%	81.182,21	0,35%	2,68	0,00%	76.076,98	0,33%	-5.105,23	-6,29%
Maternidade e paternidade	14.878,50	0,07%	17.882,52	0,08%	3.004,02	20,19%	19.886,25	0,09%	2.003,73	11,20%
Representação	49.791,13	0,22%	48.028,84	0,21%	-1.762,29	-3,54%	57.114,17	0,24%	9.085,33	18,92%
Encargos sociais	4.174.313,91	18,31%	4.255.019,37	18,27%	80.705,46	1,93%	4.259.939,99	18,22%	4.920,62	0,12%
ADSE	8,52	0,00%	0,00	0,00%	-8,52	-100,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Caixa Geral de Aposentações	3.992.629,07	17,51%	4.033.319,67	17,32%	40.690,60	1,02%	4.014.052,63	17,17%	-19.267,04	-0,48%
Segurança Social	181.676,32	0,80%	221.699,70	0,95%	40.023,38	22,03%	245.887,36	1,05%	24.187,66	10,91%
Outros custos com o pessoal	1.697.312,61	7,44%	1.675.895,99	7,20%	-21.416,62	-1,26%	1.708.608,79	7,31%	32.712,80	1,95%
Ajudas de custo - Nacional	36.014,61	0,16%	41.253,06	0,18%	5.238,45	14,55%	56.440,83	0,19%	15.187,77	36,82%
Ajudas de custo - Estrangeiro	33.618,19	0,15%	24.768,72	0,11%	-8.849,47	-26,32%	44.603,13	0,19%	19.834,41	80,08%
Despesas de Saúde	2.374,96	0,01%	2.897,07	0,01%	522,11	21,98%	1.680,32	6,56%	-1.216,75	-42,00%
Sub. compensação e supl. disponibilidade permanente	1.538.851,33	6,75%	1.551.453,72	6,66%	12.602,39	0,82%	1.533.578,43	6,56%	-17.875,29	-1,15%
Outros custos	86.453,52	0,38%	55.523,42	0,24%	-30.930,10	-35,78%	72.306,08	0,31%	16.782,66	30,23%
TOTAL	22.803.536,32	100,00%	23.286.870,68	100,00%	483.334,36	2,12%	23.378.831,88	100,00%	91.961,20	0,39%

Os custos com o pessoal sofreram um aumento de 0,39% face a ano transato.

Tal como o referido anteriormente, o aumento verificado ao nível das ajudas de custo reflete os custos relativos à execução do Projeto Pro- PALOP-TL-ISC no montante de 30.568,42 euros.

Lisboa, em 21 de Março de 2018.

O Diretor-Geral,

CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA CONSOLIDADO

Período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2017

(em euros)

Prg	Med	Act./ Proj.	Classificação Económica		Dotações Corrigidas	Cativos ou Congelamentos	Compromissos assumidos		Despesas Pagas				Diferenças			Grau de exec. orçamental das despesas	
			Código	Descrição			Ano	Anos Ant.	Ano	Anos Ant.	RAPS	Total PG Liq.	Dotação não Comprometida	Saldo	Compromissos por pagar		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13) = (10) + (11) - (12)	(14) = (6) - (7) - (8) - (9)	(15) = (6)-(7) - (13)	(16) = (8) + (9) - (13)	(17) = (13) / (6-7) * 100	
001	001	264	D.01.01.01.00.00	TITULARES DE ÓRGÃOS	1.070.603,00	0,00	1.070.565,81	0,00	1.070.565,81	0,00	0,00	1.070.565,81	37,19	37,19	0,00	100,00	
001	001	264	D.01.01.03.00.00	PESSOAL DOS QUADROS-	16.918.585,00	0,00	12.700.795,16	0,00	12.702.916,20	0,00	2.121,04	12.700.795,16	4.217.789,84	4.217.789,84	0,00	75,07	
001	001	264	D.01.01.08.00.00	PES.AGUARDANDO APOS.	35.827,00	0,00	35.825,56	0,00	35.825,56	0,00	0,00	35.825,56	1,44	1,44	0,00	100,00	
001	001	264	D.01.01.09.00.00	PESSOAL EM QUALQUER	344.802,00	0,00	315.144,71	0,00	315.144,71	0,00	0,00	315.144,71	29.657,29	29.657,29	0,00	91,40	
001	001	264	D.01.01.11.00.00	REPRESENTAÇÃO	57.116,00	0,00	57.114,17	0,00	57.114,17	0,00	0,00	57.114,17	1,83	1,83	0,00	100,00	
001	001	264	D.01.01.12.00.00	SUPLEMENTOS E PRÉMIO	1.281.862,00	0,00	987.266,23	0,00	987.724,15	0,00	457,92	987.266,23	294.595,77	294.595,77	0,00	77,02	
001	001	264	D.01.01.13.00.00	SUBSIDIO DE REFEIÇÃO	506.021,00	0,00	503.896,67	0,00	504.645,01	0,00	748,34	503.896,67	2.124,33	2.124,33	0,00	99,58	
001	001	264	D.01.01.14.00.00	SUBSIDIO DE FERIAS E	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	
001	001	264	D.01.01.14.5F.00	SUBSIDIO FERIAS	1.245.864,00	0,00	1.245.860,29	0,00	1.245.860,29	0,00	0,00	1.245.860,29	3,71	3,71	0,00	100,00	
001	001	264	D.01.01.14.5N.00	SUBSIDIO NATAL	1.206.777,00	0,00	1.206.764,73	0,00	1.206.764,73	0,00	0,00	1.206.764,73	12,27	12,27	0,00	100,00	
001	001	264	D.01.01.15.00.00	REMUNERAÇÕES POR DOE	284.381,00	0,00	284.328,77	0,00	284.328,77	0,00	0,00	284.328,77	52,23	52,23	0,00	99,98	
001	001	264	D.01.02.02.00.00	HORAS EXTRAORDINÁRIA	30.500,00	0,00	28.037,19	0,00	28.037,19	0,00	0,00	28.037,19	2.462,81	2.462,81	0,00	91,93	
001	001	264	D.01.02.04.00.00	AJUDAS DE CUSTO	13.900,00	0,00	6.177,27	0,00	6.190,88	0,00	13,61	6.177,27	7.722,73	7.722,73	0,00	44,44	
001	001	264	D.01.02.04.A0.01	AJUDAS DE CUSTO- ANO	133.815,00	0,00	108.163,02	0,00	107.355,74	0,00	964,36	106.391,38	25.651,98	27.423,62	1.771,64	79,51	
001	001	264	D.01.02.04.A0.09	AJUDAS CUSTO-A.ANT	2.552,00	0,00	0,00	2.551,52	0,00	2.551,52	0,00	0,00	2.551,52	0,48	0,48	0,00	99,98
001	001	264	D.01.02.05.00.00	ABONO P/ FALHAS	5.760,00	0,00	3.933,89	0,00	3.947,25	0,00	13,36	3.933,89	1.826,11	1.826,11	0,00	68,30	
001	001	264	D.01.02.06.00.00	FORMAÇÃO	46.250,00	0,00	16.617,93	0,00	15.690,21	0,00	0,00	15.690,21	29.632,07	30.559,79	927,72	33,92	
001	001	264	D.01.02.08.00.00	SUBSÍDIOS E ABONOS D	613.904,00	0,00	523.759,00	0,00	524.048,33	0,00	289,33	523.759,00	90.145,00	90.145,00	0,00	85,32	
001	001	264	D.01.02.12.00.00	INDEMNIZAÇÕES POR CE	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	
001	001	264	D.01.02.12.A0.00	Ab dev cess rel Jur	5.065,00	0,00	5.063,22	0,00	5.063,22	0,00	0,00	5.063,22	1,78	1,78	0,00	99,96	
001	001	264	D.01.02.14.00.00	OUTROS ABONOS EM NUM	68.490,00	0,00	57.723,89	0,00	57.723,89	0,00	0,00	57.723,89	10.766,11	10.766,11	0,00	84,28	
001	001	264	D.01.02.14.A0.01	OUTROS ABONOS-ANO	43.718,00	0,00	12.331,77	0,00	11.579,75	0,00	0,00	11.579,75	31.386,23	32.138,25	752,02	26,49	
001	001	264	D.01.02.14.A0.09	OUTROS ABONOS-A.ANT	2.365,00	0,00	0,00	869,91	0,00	869,91	0,00	869,91	1.495,09	1.495,09	0,00	36,78	
001	001	264	D.01.03.01.00.00	ENCARGOS COM A SAÚDE	400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00	400,00	0,00	0,00	
001	001	264	D.01.03.01.80.00	DESPESAS SSMJ	900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	900,00	900,00	0,00	0,00	
001	001	264	D.01.03.02.A0.01	OUTROS ENC.SAÚDE-ANO	2.500,00	0,00	1.345,18	0,00	1.229,14	0,00	0,00	1.229,14	1.154,82	1.270,86	116,04	49,17	
001	001	264	D.01.03.02.A0.09	OUTROS ENC.SAÚDE-A.A	600,00	0,00	600,00	-600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00	0,00	0,00	
001	001	264	D.01.03.03.00.00	SUBSIDIO FAMILIAR A	17.775,00	0,00	17.769,12	0,00	17.769,12	0,00	0,00	17.769,12	5,88	5,88	0,00	99,97	
001	001	264	D.01.03.04.00.00	OUT PREST FAMILIARES	1.473,00	0,00	1.472,59	0,00	1.472,59	0,00	0,00	1.472,59	0,41	0,41	0,00	99,97	
001	001	264	D.01.03.05.A0.A0	CAIXA GERAL DE APOSE	4.133.281,00	0,00	4.013.674,75	0,00	4.013.674,75	0,00	0,00	4.013.674,75	119.606,25	119.606,25	0,00	97,11	
001	001	264	D.01.03.05.A0.B0	SEGURANCA SOCIAL	233.267,00	0,00	209.873,99	0,00	209.873,99	0,00	0,00	209.873,99	23.393,01	23.393,01	0,00	89,97	
001	001	264	D.01.03.05.A0.B1	SEGURANCA SOCIAL-ENC	50.680,00	0,00	31.436,95	0,00	30.527,83	0,00	0,00	30.527,83	19.243,05	20.152,17	909,12	60,24	
001	001	264	D.01.03.05.A0.B9	SEGURANCA SOCIAL-ANO	15.691,00	0,00	0,00	15.690,87	0,00	15.690,87	0,00	0,00	15.690,87	0,13	0,13	0,00	100,00
001	001	264	D.01.03.06.00.00	ACIDENTES EM SERVIÇO	1.263,00	0,00	662,87	0,00	662,87	0,00	0,00	662,87	600,13	600,13	0,00	52,48	
001	001	264	D.01.03.08.00.00	OUTRAS PENSÕES	12.000,00	0,00	8.737,22	0,00	8.737,22	0,00	0,00	8.737,22	3.262,78	3.262,78	0,00	72,81	
001	001	264	D.01.03.09.00.00	SEGUROS	600,00	0,00	178,99	0,00	178,99	0,00	0,00	178,99	421,01	421,01	0,00	29,83	
001	001	264	D.01.03.10.DO.00	DOENÇA	1.845,00	0,00	1.836,55	0,00	1.836,55	0,00	0,00	1.836,55	8,45	8,45	0,00	99,54	
001	001	264	D.01.03.10.GO.00	CONTRIBUIÇÕES P/ SS	9.530,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.530,00	9.530,00	0,00	0,00	
001	001	264	D.01.03.10.P0.00	Parentalidade	38.079,00	0,00	38.077,95	0,00	38.077,95	0,00	0,00	38.077,95	1,05	1,05	0,00	100,00	
001	001	264	D.02.01.02.00.00	COMBUSTÍVEIS E LUBRI	2.000,00	0,00	715,11	0,00	860,11	0,00	145,00	715,11	1.284,89	1.284,89	0,00	35,76	
001	001	264	D.02.01.02.A0.01	COMBUSTÍV E LUB-ANO	16.193,00	0,00	13.330,79	0,00	8.978,26	0,00	100,00	8.878,26	2.862,21	7.314,74	4.452,53	54,83	
001	001	264	D.02.01.02.A0.09	COMBUST E LUB-A.ANT	281,00	0,00	280,66	0,00	280,66	0,00	280,66	0,34	0,34	0,00	99,88		
001	001	264	D.02.01.04.00.00	LIMPEZA E HIGIENE	3.000,00	0,00	1.340,73	0,00	1.430,73	0,00	90,00	1.340,73	1.659,27	1.659,27	0,00	44,69	
001	001	264	D.02.01.04.A0.01	LIMPEZA E HIGIENE EN	55.381,00	0,00	38.389,28	0,00	37.235,48	0,00	40,00	37.195,48	16.991,72	18.185,52	1.193,80	67,16	
001	001	264	D.02.01.04.A0.09	LIMPEZA E HIGIENE AN	1.028,00	0,00	0,00	1.027,99	0,00	1.027,99	0,00	0,00	1.027,99	0,01	0,01	0,00	100,00
001	001	264	D.02.01.07.00.00	VESTUÁRIO E ARTIGOS	500,00	0,00	106,38	0,00	106,38	0,00	0,00	106,38	393,62	393,62	0,00	21,28	
001	001	264	D.02.01.08.A0.00	PAPEL	37.689,00	8.440,00	17.538,95	0,00	17.538,95	0,00	0,00	17.538,95	11.710,05	11.710,05	0,00	59,96	
001	001	264	D.02.01.08.B0.00	CONSUMÍVEIS DE IMPRE	26.023,00	6.800,00	6.528,40	0,00	5.891,99	0,00	150,00	5.741,99	12.694,60	13.481,01	786,41	29,87	
001	001	264	D.02.01.08.CO.00	OUTROS	9.971,00	4.121,00	2.980,32	0,00	3.185,32	0,00	205,00	2.980,32	2.869,68	2.869,68	0,00	50,95	
001	001	265	D.02.01.08.CO.01	OUTROS - ANO	74.821,00	0,00	43.405,90	0,00	35.622,42	0,00	600,00	35.022,42	31.415,10	39.798,58	8.383,48	46,81	
001	001	264	D.02.01.08.CO.09	OUTROS - ANOS ANT	1.314,00	0,00	0,00	1.313,41	0,00	1.313,41	0,00	0,00	1.313,41	0,59	0,59	0,00	99,96



CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA CONSOLIDADO

Período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2017

(em euros)

Prg	Med	Act./Proj.	Classificação Económica		Dotações Corrigidas	Cativos ou Congelamentos	Compromissos assumidos		Despesas Pagas				Diferenças			Grau de exec. orçamental das despesas (17) = (13) / (6-7) * 100	
			Código	Descrição			Ano	Anos Ant.	Ano	Anos Ant.	RAPS	Total PG Liq.	Dotação não Comprometida	Saldo	Compromissos por pagar		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13) = (10) + (11) - (12)	(14) = (6) - (7) - (8) - (9)	(15) = (6)-(7) - (13)	(16) = (8) + (9) - (13)	(17)	
001	001	264	D.02.01.09.00.00	PRODUTOS QUÍMICOS E	1.809,00	0,00	24,50	0,00	74,50	0,00	50,00	24,50	1.784,50	1.784,50	0,00	1,35	
001	001	264	D.02.01.11.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	724,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	724,00	724,00	0,00	0,00	
001	001	264	D.02.01.12.00.00	MATERIAL DE TRANSPOR	1.024,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.024,00	1.024,00	0,00	0,00	
001	001	264	D.02.01.14.00.00	OUTRO MATERIAL-PECAS	724,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	724,00	724,00	0,00	0,00	
001	001	264	D.02.01.15.00.00	PRÉMIOS, CONDECORAÇÃO	17.003,00	0,00	13.436,88	0,00	13.643,88	0,00	207,00	13.436,88	3.566,12	3.566,12	0,00	79,03	
001	001	264	D.02.01.17.00.00	FERRAMENTAS E UTENSÍ	621,00	0,00	37,94	0,00	37,94	0,00	0,00	37,94	583,06	583,06	0,00	6,11	
001	001	264	D.02.01.18.00.00	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO	6.010,00	0,00	1.862,78	0,00	2.122,78	0,00	260,00	1.862,78	4.147,22	4.147,22	0,00	30,99	
001	001	264	D.02.01.18.A0.01	LIVROS E DOC TÊC-ANO	13.574,00	0,00	10.597,96	0,00	10.324,70	0,00	40,00	10.284,70	2.976,04	3.289,30	313,26	75,77	
001	001	264	D.02.01.18.A0.09	LIVROS E DOC TÊC-A.A	212,00	0,00	0,00	74,24	0,00	74,24	0,00	74,24	137,76	137,76	0,00	35,02	
001	001	264	D.02.01.19.00.00	ARTIGOS HONORÍFICOS	1.696,00	0,00	330,44	0,00	330,44	0,00	0,00	330,44	1.365,56	1.365,56	0,00	19,48	
001	001	264	D.02.01.21.00.00	OUTROS BENS	47.500,00	0,00	31.117,05	0,00	28.322,87	0,00	690,00	27.632,87	16.382,95	19.867,13	3.484,18	58,17	
001	001	264	D.02.02.01.80.00	ENCARGOS DAS INSTALA	60.720,00	0,00	14.395,71	0,00	14.395,71	0,00	0,00	14.395,71	46.324,29	46.324,29	0,00	23,71	
001	001	264	D.02.02.01.80.01	ENCARG INSTALAÇÃO	179.221,00	0,00	164.593,35	0,00	142.131,28	0,00	0,00	142.131,28	14.627,65	37.089,72	22.462,07	79,31	
001	001	264	D.02.02.01.80.09	ENCARG INSTAL-A.ANT	13.148,00	0,00	0,00	13.147,81	0,00	13.147,81	0,00	0,00	0,19	0,19	0,00	100,00	
001	001	264	D.02.02.01.C0.00	OUTROS	20.936,00	0,00	16.986,95	0,00	16.986,95	0,00	0,00	16.986,95	3.949,05	3.949,05	0,00	81,14	
001	001	264	D.02.02.02.00.00	LIMPEZA E HIGIENE	48.512,00	0,00	38.611,26	0,00	38.611,26	0,00	0,00	38.611,26	9.900,74	9.900,74	0,00	79,59	
001	001	264	D.02.02.02.A0.01	LIMPEZA E HIGIENE	203.284,00	0,00	191.875,29	0,00	158.333,16	0,00	0,00	158.333,16	11.408,71	44.950,84	33.542,13	77,89	
001	001	264	D.02.02.02.A0.09	LIMPEZA E HIGIENE AN	15.633,00	0,00	0,00	15.632,83	0,00	15.632,83	0,00	0,17	0,17	0,00	100,00		
001	001	264	D.02.02.03.00.00	CONSERVAÇÃO DE BENS	71.293,00	0,00	12.183,53	0,00	12.388,09	0,00	680,00	11.708,09	59.109,47	59.584,91	475,44	16,42	
001	001	264	D.02.02.03.A0.01	CONSERVAÇÃO BENS-ANO	70.093,00	0,00	30.704,30	0,00	23.525,44	0,00	30,00	23.495,44	39.388,70	46.597,56	7.208,86	33,52	
001	001	264	D.02.02.03.A0.09	CONSERVAÇÃO BENS-A.A	3.236,00	0,00	0,00	3.235,83	0,00	3.235,83	0,00	1.744,84	0,17	1.491,16	1.490,99	53,92	
001	001	264	D.02.02.06.A0.01	LOCAÇÃO DE MATERIAL	44.320,00	0,00	36.070,44	0,00	33.064,57	0,00	0,00	33.064,57	8.249,56	11.255,43	3.005,87	74,60	
001	001	264	D.02.02.06.A0.09	LOCAÇÃO DE MATERIAL	3.006,00	0,00	0,00	3.005,87	0,00	3.005,87	0,00	0,00	3.005,87	0,13	0,13	0,00	100,00
001	001	264	D.02.02.08.00.00	LOCAÇÃO DE OUTROS BE	30,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30,00	30,00	0,00	0,00	
001	001	264	D.02.02.08.A0.01	LOCAÇÃO DE OUTROS BE	15.816,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.816,00	15.816,00	0,00	0,00	
001	001	264	D.02.02.09.A0.00	ACESSOS A INTERNET	700,00	0,00	498,24	0,00	498,24	0,00	0,00	498,24	201,76	201,76	0,00	71,18	
001	001	264	D.02.02.09.A0.01	ACESSOS A INTERNET A	21.119,00	0,00	12.663,06	0,00	6.972,22	0,00	0,00	6.972,22	8.455,94	14.146,78	5.690,84	33,01	
001	001	264	D.02.02.09.A0.09	ACESSOS A INTERNET A	8.150,00	0,00	0,00	3.861,24	0,00	3.861,24	0,00	0,00	4.288,76	4.288,76	0,00	47,38	
001	001	264	D.02.02.09.80.00	COMUNICAÇÕES FIXAS D	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00	
001	001	264	D.02.02.09.80.01	COMUNICAÇÕES FIXAS D	15.973,00	0,00	8.533,89	0,00	7.997,33	0,00	0,00	7.997,33	7.439,11	7.975,67	536,56	50,07	
001	001	264	D.02.02.09.80.09	COMUNICAÇÕES FIXAS D	836,00	0,00	0,00	835,87	0,00	835,87	0,00	0,00	835,87	0,13	0,13	0,00	99,98
001	001	264	D.02.02.09.C0.00	COMUNICAÇÕES FIXAS AN	7.500,00	0,00	4.133,57	0,00	4.133,57	0,00	0,00	4.133,57	3.366,43	3.366,43	0,00	55,11	
001	001	264	D.02.02.09.C0.01	COMUNIC FIXAS VOZ-AN	28.050,00	0,00	25.075,71	0,00	21.679,91	0,00	0,00	21.679,91	2.974,29	6.370,09	3.395,80	77,29	
001	001	264	D.02.02.09.C0.09	COMUNIC FIXAS VOZ-AA	3.449,00	0,00	0,00	3.219,92	0,00	3.219,92	0,00	0,00	3.219,92	229,08	229,08	0,00	93,36
001	001	264	D.02.02.09.D0.00	COMUNICAÇÕES MOVEIS	600,00	0,00	14,99	0,00	64,99	0,00	50,00	14,99	585,01	585,01	0,00	2,50	
001	001	264	D.02.02.09.D0.01	COMUNIC MOVEIS-ANO	21.200,00	0,00	15.130,00	0,00	14.527,19	0,00	0,00	14.527,19	6.070,00	6.672,81	602,81	68,52	
001	001	264	D.02.02.09.D0.09	COMUNIC MOVEIS-A.A	3.348,00	0,00	0,00	2.796,77	0,00	2.796,77	0,00	0,00	551,23	551,23	0,00	83,54	
001	001	264	D.02.02.09.F0.00	OUTROS SERVIÇOS DE C	9.137,00	0,00	4.448,63	0,00	4.838,63	0,00	390,00	4.448,63	4.688,37	4.688,37	0,00	48,69	
001	001	264	D.02.02.09.F0.01	OUTROS SERVIÇOS DE C	72.364,00	0,00	57.624,99	0,00	54.796,20	0,00	100,00	54.696,20	14.739,01	17.667,80	2.928,79	75,58	
001	001	264	D.02.02.09.F0.09	OUTROS SERVIÇOS DE C	4.426,00	0,00	0,00	4.425,41	0,00	4.425,41	0,00	0,00	0,59	0,59	0,00	99,99	
001	001	264	D.02.02.10.00.00	TRANSPORTES	79.900,00	0,00	50.826,56	0,00	51.026,56	0,00	200,00	50.826,56	29.073,44	29.073,44	0,00	63,61	
001	001	264	D.02.02.10.A0.01	TRANSPORTES ANO	36.182,00	0,00	26.542,84	0,00	24.466,96	0,00	50,00	24.416,96	9.639,16	11.765,04	2.125,88	67,48	
001	001	264	D.02.02.10.A0.09	TRANSPORTES ANOS ANT	2.609,00	0,00	0,00	2.603,56	0,00	2.603,56	0,00	0,00	2.603,56	5,44	5,44	0,00	99,79
001	001	264	D.02.02.11.00.00	REPRESENTAÇÃO DOS SE	14.780,00	0,00	6.810,86	0,00	7.090,86	0,00	280,00	6.810,86	7.969,14	7.969,14	0,00	46,08	
001	001	264	D.02.02.12.80.00	OUTRAS	10.635,00	0,00	7.733,50	0,00	7.733,50	0,00	0,00	7.733,50	2.901,50	2.901,50	0,00	72,72	
001	001	264	D.02.02.12.80.01	OUTRAS - ANO	17.500,00	0,00	16.270,22	0,00	10.408,60	0,00	0,00	10.408,60	1.229,78	7.091,40	5.861,62	59,48	
001	001	264	D.02.02.12.80.09	OUTRAS - ANOS ANTER	8.196,00	0,00	0,00	8.195,29	0,00	8.195,29	0,00	0,00	0,71	0,71	0,00	99,99	
001	001	264	D.02.02.13.00.00	DESLOCAÇÕES E ESTADA	45.800,00	0,00	25.720,59	0,00	25.870,59	0,00	150,00	25.720,59	20.079,41	20.079,41	0,00	56,16	
001	001	264	D.02.02.13.A0.01	DESLOCAÇÕES E EST-AN	156.111,00	0,00	93.673,21	0,00	91.851,97	0,00	549,45	91.302,52	62.437,79	64.808,48	2.370,69	58,49	
001	001	264	D.02.02.14.A0.01	SERVIÇOS DE NATUREZA	42.746,00	0,00	33.210,00	0,00	16.605,00	0,00	0,00	16.605,00	9.536,00	26.141,00	16.605,00	38,85	
001	001	264	D.02.02.14.A0.09	SERVIÇOS DE NATUREZA	2.768,00	0,00	0,00	2.767,50	0,00	2.767,50	0,00	0,00	2.767,50	0,50	0,50	0,00	99,98

CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA CONSOLIDADO

Período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2017

(em euros)

Prg	Med	Act./Proj.	Classificação Económica		Dotações Corrigidas	Cativos ou Congelamentos	Compromissos assumidos		Despesas Pagas				Diferenças			Grau de exec. orçamental das despesas	
			Código	Descrição			Ano	Anos Ant.	Ano	Anos Ant.	RAP5	Total PG Liq.	Dotação não Comprometida	Saldo	Compromissos por pagar		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13) = (10) + (11) - (12)	(14) = (6) - (7) - (8) - (9)	(15) = (6)-(7) - (13)	(16) = (8) + (9) - (13)	(17) = (13) / (6-7) * 100	
001	001	264	D.02.02.14.CO.09	SERVIÇOS DE NATUREZA	48.512,00	0,00	0,00	48.511,20	0,00	2.460,00	0,00	2.460,00	0,80	46.052,00	46.051,20	5,07	
001	001	264	D.02.02.14.DO.00	OUTROS	796,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	796,00	796,00	0,00	0,00	
001	001	264	D.02.02.14.DO.01	OUTROS ANO	50.796,00	0,00	35.669,95	0,00	32.697,50	0,00	0,00	32.697,50	15.126,05	18.098,50	2.972,45	64,37	
001	001	264	D.02.02.14.DO.09	Est Par Cons-Ano Ant	9.929,00	0,00	0,00	9.828,00	0,00	3.022,50	0,00	3.022,50	101,00	6.906,50	6.805,50	30,44	
001	001	264	D.02.02.15.AO.00	TECNOLOGIAS DA INFOR	12.061,00	0,00	7.071,61	0,00	7.071,61	0,00	0,00	7.071,61	4.989,39	4.989,39	0,00	58,63	
001	001	264	D.02.02.15.BO.00	OUTRAS	5.863,00	0,00	1.444,60	0,00	736,60	0,00	0,00	736,60	4.418,40	5.126,40	708,00	12,56	
001	001	264	D.02.02.15.BO.01	OUTRAS - ANO	42.000,00	0,00	30.185,13	0,00	30.150,13	0,00	0,00	30.150,13	11.814,87	11.849,87	35,00	71,79	
001	001	264	D.02.02.16.00.00	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÃO	57.091,00	0,00	42.125,32	0,00	42.027,67	0,00	150,00	41.877,67	14.965,68	15.213,33	247,65	73,35	
001	001	264	D.02.02.17.00.00	PUBLICIDADE	13.036,00	0,00	6.880,49	0,00	6.930,49	0,00	50,00	6.880,49	6.155,51	6.155,51	0,00	52,78	
001	001	264	D.02.02.18.00.00	VIGILÂNCIA E SEGURAN	10.024,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.024,00	10.024,00	0,00	0,00	
001	001	264	D.02.02.18.AO.01	VIGILANCIA E SEGURAN	285.096,00	0,00	250.563,53	0,00	227.729,75	0,00	0,00	227.729,75	34.532,47	57.366,25	22.833,78	79,88	
001	001	264	D.02.02.18.AO.09	VIGILANCIA E SEGURAN	23.368,00	0,00	0,00	23.367,28	0,00	23.367,28	0,00	0,00	23.367,28	0,72	0,72	0,00	100,00
001	001	264	D.02.02.18.BO.01	VIGILÂNCIA	17.568,00	0,00	17.568,00	0,00	17.568,00	0,00	0,00	17.568,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
001	001	264	D.02.02.18.BO.09	VIGILÂNCIA	1.464,00	0,00	1.464,00	0,00	1.464,00	0,00	0,00	1.464,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
001	001	264	D.02.02.19.AO.01	HARDWARE - IMPRESSOR	73.999,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	73.999,00	73.999,00	0,00	0,00	
001	001	264	D.02.02.19.AO.B1	ASS.TEC.-HARDWARE-AN	185.000,00	0,00	168.697,12	0,00	141.232,85	0,00	0,00	141.232,85	16.302,88	43.767,15	27.464,27	76,34	
001	001	264	D.02.02.19.AO.B9	ASS.TEC.-HARDW.-AA	30.156,00	0,00	0,00	30.155,38	0,00	30.155,38	0,00	0,00	30.155,38	0,62	0,62	0,00	100,00
001	001	264	D.02.02.19.BO.00	SOFTWARE INFORMATICO	26.673,00	0,00	18.732,84	0,00	18.732,84	0,00	0,00	18.732,84	7.940,16	7.940,16	0,00	70,23	
001	001	264	D.02.02.19.BO.01	SOFTWARE INFORMATICO ANO	253.273,00	0,00	157.675,37	0,00	154.337,86	0,00	0,00	154.337,86	95.597,63	98.935,14	3.337,51	60,94	
001	001	264	D.02.02.19.BO.09	SOFTWARE INFORMATICO AA	1.376,00	0,00	0,00	1.375,98	0,00	869,86	0,00	869,86	0,02	506,14	506,12	63,22	
001	001	264	D.02.02.19.CO.00	OUTROS	10.061,00	0,00	6.030,42	0,00	6.030,42	0,00	0,00	6.030,42	4.030,58	4.030,58	0,00	59,94	
001	001	264	D.02.02.19.CO.01	OUTROS ANO	174.879,00	0,00	141.385,75	0,00	110.775,85	0,00	0,00	110.775,85	33.493,25	64.103,15	30.609,90	63,34	
001	001	264	D.02.02.19.CO.09	OUTROS ANOS ANTERIOR	24.486,00	0,00	0,00	24.194,79	0,00	24.194,79	0,00	0,00	24.194,79	291,21	291,21	0,00	98,81
001	001	264	D.02.02.20.AO.B1	CONTRATOS IMPRESS-A	62.340,00	0,00	60.289,50	0,00	47.190,62	0,00	0,00	47.190,62	2.050,50	15.149,38	13.098,88	75,70	
001	001	264	D.02.02.20.AO.B9	CONTRATOS IMPRESS-AA	2.338,00	0,00	0,00	2.337,06	0,00	2.337,06	0,00	0,00	2.337,06	0,94	0,94	0,00	99,96
001	001	264	D.02.02.20.AO.C1	OUTROS - ANO	124.037,00	0,00	95.227,97	0,00	40.058,69	0,00	0,00	40.058,69	28.809,03	83.978,31	55.169,28	32,30	
001	001	264	D.02.02.20.AO.C9	OUTROS - ANOS ANTER	422,00	0,00	421,64	0,00	421,64	0,00	0,00	421,64	0,36	0,36	0,00	99,91	
001	001	264	D.02.02.20.BO.00	PAGAMENTOS A ESPAP,	84.330,00	0,00	61.743,01	0,00	61.743,01	0,00	0,00	61.743,01	22.586,99	22.586,99	0,00	73,22	
001	001	264	D.02.02.20.BO.01	PAGAMENTOS A ESPAP,	129.744,00	0,00	85.563,96	0,00	43.234,00	0,00	0,00	43.234,00	44.180,04	86.510,00	42.329,96	33,32	
001	001	264	D.02.02.20.BO.09	PAGAMENTOS A ESPAP,	39.988,00	0,00	0,00	39.987,30	0,00	39.987,30	0,00	0,00	39.987,30	0,70	0,70	0,00	100,00
001	001	264	D.02.02.20.EO.00	OUTROS	2.290,00	0,00	1.291,82	0,00	1.291,82	0,00	0,00	1.291,82	998,18	998,18	0,00	56,41	
001	001	264	D.02.02.20.EO.01	OUTROS TRABALHOS ESP	100.406,00	0,00	48.334,09	0,00	43.662,00	0,00	50,00	43.612,00	52.071,91	56.794,00	4.722,09	43,44	
001	001	264	D.02.02.20.EO.09	OUTROS TRABALHOS ESP	14.167,00	0,00	0,00	7.028,92	0,00	2.306,83	0,00	2.306,83	7.138,08	11.860,17	4.722,09	16,28	
001	001	264	D.02.02.22.00.00	SERVIÇOS DE SAÚDE	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	
001	001	264	D.02.02.25.00.00	OUTROS SERVIÇOS	25.154,00	0,00	17.847,13	0,00	18.390,13	0,00	543,00	17.847,13	7.306,87	7.306,87	0,00	70,95	
001	001	264	D.02.02.25.AO.01	OUTROS SERVIÇOS ANO	438.763,00	0,00	158.102,64	0,00	110.117,54	0,00	300,00	109.817,54	280.660,36	328.945,46	48.285,10	25,03	
001	001	264	D.02.02.25.AO.09	OUTROS SERVIÇOS ANOS	8.609,00	0,00	0,00	8.546,85	0,00	8.324,35	0,00	8.324,35	62,15	284,65	222,50	96,69	
001	001	264	D.03.06.01.00.00	OUTROS ENCARGOS FINA	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00	200,00	0,00	0,00	
001	001	264	D.03.06.01.AO.01	OUTROS ENC FIN-ANO	600,00	0,00	66,00	0,00	66,00	0,00	0,00	66,00	534,00	534,00	0,00	11,00	
001	001	264	D.03.06.01.AO.09	OUTROS ENC FIN-A-A	22,00	0,00	0,00	22,00	0,00	22,00	0,00	22,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
001	001	264	D.06.02.01.00.00	IMPOSTOS E TAXAS	180,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	180,00	180,00	0,00	0,00	
001	001	264	D.07.01.03.00.00	CONSERVACAO OU REPAR	87.780,00	0,00	10.668,41	0,00	10.668,41	0,00	0,00	10.668,41	77.111,59	77.111,59	0,00	12,15	
001	001	264	D.07.01.03.00.B1	CONSERVACAO OU REP-A	86.000,00	0,00	3.808,65	0,00	3.808,65	0,00	0,00	3.808,65	82.193,35	82.193,35	0,00	4,43	
001	001	264	D.07.01.03.00.B9	CONSERV OU REP-A.ANT	35.380,00	0,00	0,00	35.379,56	0,00	35.379,56	0,00	0,00	35.379,56	0,44	0,44	0,00	100,00
001	001	264	D.07.01.07.00.00	OUTROS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	
001	001	264	D.07.01.07.00.A0	HARDWARE DE COMUNICA	11.000,00	0,00	6.937,70	0,00	6.937,70	0,00	0,00	6.937,70	4.062,30	4.062,30	0,00	63,07	
001	001	264	D.07.01.07.00.B0	IMPRESSORAS/FOTOCOPI	43.000,00	800,00	8.634,02	0,00	7.922,76	0,00	0,00	7.922,76	33.565,98	34.277,24	711,26	18,77	
001	001	264	D.07.01.07.00.CO	OUTROS	240.000,00	0,00	43.821,54	0,00	1.242,33	0,00	0,00	1.242,33	196.178,46	238.757,67	42.579,21	0,52	
001	001	264	D.07.01.07.00.C9	OUTROS AA	101.440,00	0,00	0,00	101.439,92	0,00	101.439,92	0,00	0,00	101.439,92	0,08	0,08	0,00	100,00
001	001	264	D.07.01.08.00.00	OUTROS	500,00	0,00	171,53	0,00	171,53	0,00	0,00	171,53	328,47	328,47	0,00	34,31	
001	001	264	D.07.01.09.AO.00	OUTROS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	

CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA CONSOLIDADO

Período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2017

(em euros)

Prg	Med	Act./Proj.	Classificação Económica		Dotações Corrigidas	Cativos ou Congelamentos	Compromissos assumidos		Despesas Pagas				Diferenças			Grau de exec. orçamental das despesas
			Código	Descrição			Ano	Anos Ant.	Ano	Anos Ant.	RAPS	Total PG Liq.	Dotação não Comprometida	Saldo	Compromissos por pagar	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13) = (10) + (11) - (12)	(14) = (6) - (7) - (8) - (9)	(15) = (6)-(7) - (13)	(16) = (8) + (9) - (13)	(17) = (13) / (6-7) * 100
001	001	264	D.07.01.09.B0.B0	OUTROS	70.500,00	0,00	34.147,15	0,00	34.147,15	0,00	0,00	34.147,15	36.352,85	36.352,85	0,00	48,44
001	001	264	D.07.01.10.B0.A0	HARDWARE DE COMUNICA	2.500,00	0,00	539,95	0,00	539,95	0,00	0,00	539,95	1.960,05	1.960,05	0,00	21,60
001	001	264	D.07.01.10.B0.B0	OUTROS	2.000,00	0,00	111,70	0,00	111,70	0,00	0,00	111,70	1.888,30	1.888,30	0,00	5,59
001	001	264	D.07.01.11.B0.00	FERRAMENTAS E UTENSÍ	2.550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.550,00	2.550,00	0,00	0,00
001	001	264	D.07.01.12.B0.00	ARTIGOS E OBJETOS VA	4.500,00	0,00	543,26	0,00	543,26	0,00	0,00	543,26	3.956,74	3.956,74	0,00	12,07
001	001	264	D.07.01.13.B0.00	INVEST. INCORPÓREOS	27.200,00	0,00	27.184,45	0,00	27.184,45	0,00	0,00	27.184,45	15,55	15,55	0,00	99,94
001	001	264	D.07.01.15.B0.B1	Outros Investimentos	958,00	0,00	659,48	0,00	552,91	0,00	0,00	552,91	298,52	405,09	106,57	57,72
001	001	264	D.07.01.15.B0.B9	Outros Investimentos	2.992,00	0,00	0,00	2.991,44	0,00	2.991,44	0,00	2.991,44	0,56	0,56	0,00	99,98
Total Actividade/Projecto: 264					33.304.964,00	20.161,00	26.120.834,63	421.987,82	25.705.878,57	362.789,42	10.757,41	26.057.910,58	6.741.980,55	7.226.892,42	484.911,87	78,29
001	001	264	D.01.02.04.A0.01	AJUDAS DE CUSTO- ANO	49.971,00	0,00	36.084,09	0,00	36.084,09	0,00	0,00	36.084,09	13.886,91	13.886,91	0,00	72,21
001	001	264	D.01.02.06.00.00	FORMAÇÃO	10.483,00	0,00	4.500,00	0,00	4.500,00	0,00	0,00	4.500,00	5.983,00	5.983,00	0,00	42,93
001	001	264	D.02.02.13.A0.01	DESLOCAÇÕES E EST-AN	79.944,00	0,00	40.143,96	0,00	40.143,96	0,00	0,00	40.143,96	39.800,04	39.800,04	0,00	50,22
001	001	264	D.02.02.15.B0.01	OUTRAS - ANO	9.404,00	0,00	1.476,00	0,00	1.476,00	0,00	0,00	1.476,00	7.928,00	7.928,00	0,00	15,70
001	001	264	D.02.02.16.00.00	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÃO	40.024,00	0,00	22.448,16	0,00	22.448,16	0,00	0,00	22.448,16	17.575,84	17.575,84	0,00	56,09
001	001	264	D.02.02.20.A0.C1	OUTROS - ANO	6.950,00	0,00	6.950,00	0,00	6.950,00	0,00	0,00	6.950,00	0,00	0,00	0,00	100,00
001	001	264	D.02.02.25.A0.01	OUTROS SERVIÇOS ANO	6.613,00	0,00	267,60	0,00	267,60	0,00	0,00	267,60	6.345,40	6.345,40	0,00	4,05
Total Actividade/Projecto: 878					203.389,00	0,00	111.869,81	0,00	111.869,81	0,00	0,00	111.869,81	91.519,19	91.519,19	0,00	55,00
001	001	957	D.06.02.03.R0.00	RESERVA	634.575,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	634.575,00	634.575,00	0,00	0,00
Total Actividade/Projecto: 957					634.575,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	634.575,00	634.575,00	0,00	0,00
Total					34.142.928,00	20.161,00	26.232.704,44	421.987,82	25.817.748,38	362.789,42	10.757,41	26.169.780,39	7.468.074,74	7.952.986,61	484.911,87	76,69

Lisboa, em 27 de março de 2018
O Diretor Geral



CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA CONSOLIDADO

Período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2017

Prg (1)	Med (2)	Classificação Económica		Previsões Corrigidas (5)	Receitas por cobrar no início do ano (6)	Receitas Emitidas (7)	Receitas Líquidas (8)	Receitas emitidas anuladas (9)	Receitas Cobradas Brutas			Reembolsos e restituições		Receita cobrada líquida (15) = (12) - (14)	Receitas por cobrar no final do ano (16) = (6) + (7) - (9) - (12)	Grau de execução orçamental da receita (17) = (15) / (5) * 100
		Código (3)	Descrição (4)						Ano (10)	Anos anteriores (11)	Total (12) = (10) + (11)	Emitidos (13)	Pagos (14)			
001	001	R.99.99.98.00.00	FIN. DOT. ORC. - CORRENTES	21.008.139,00	0,00	20.398.340,47	20.398.340,47	0,00	20.398.340,47	0,00	20.398.340,47	0,00	0,00	20.398.340,47	0,00	97,10
Total medida 001				21.008.139,00	0,00	20.398.340,47	20.398.340,47	0,00	20.398.340,47	0,00	20.398.340,47	0,00	0,00	20.398.340,47	0,00	97,10
Total programa 001				21.008.139,00	0,00	20.398.340,47	20.398.340,47	0,00	20.398.340,47	0,00	20.398.340,47	0,00	0,00	20.398.340,47	0,00	97,10
Total Fonte Financiamento: 111				21.008.139,00	0,00	20.398.340,47	20.398.340,47	0,00	20.398.340,47	0,00	20.398.340,47	0,00	0,00	20.398.340,47	0,00	97,10
001	001	R.04.01.01.A0.00	TAXAS DE JUSTIÇA	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
001	001	R.04.01.99.A0.00	EMOLUMENTOS DO TRIBU	5.813.161,00	891.705,10	7.369.979,55	6.957.878,11	342.927,17	6.263.654,02	694.224,09	6.957.878,11	12.913,98	12.913,98	6.944.964,13	960.879,37	119,47
001	001	R.04.02.01.00.00	JUROS DE MORA	100,00	11,40	48,47	58,52	0,00	47,12	11,40	58,52	0,00	0,00	58,52	1,35	58,52
001	001	R.04.02.01.A0.00	JUROS DE MORA	300,00	0,00	1.577,76	1.577,76	0,00	1.577,76	0,00	1.577,76	0,00	0,00	1.577,76	0,00	525,92
001	001	R.05.03.01.10.30	DIREÇÃO-GERAL DO TES	20.700,00	0,00	24.247,88	24.247,88	0,00	24.247,88	0,00	24.247,88	0,00	0,00	24.247,88	0,00	117,14
001	001	R.07.01.02.A0.00	EDIÇÕES DO TRIBUNAL	2.000,00	150,49	1.119,82	859,04	0,00	843,70	15,34	859,04	0,00	0,00	859,04	411,27	42,95
001	001	R.07.01.05.A0.00	VENDA DE BENS E SERV	2.000,00	0,00	1.255,52	1.255,52	0,00	1.255,52	0,00	1.255,52	0,00	0,00	1.255,52	0,00	62,78
001	001	R.07.02.05.A0.00	REEMBOLSOS-SERVIÇOS	500,00	563,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	563,78	0,00
001	001	R.08.01.99.99.01	OUTRAS RECEITAS CORR	41.600,00	0,00	42.745,71	42.745,71	0,00	42.745,71	0,00	42.745,71	0,00	0,00	42.745,71	0,00	102,75
001	001	R.08.01.99.99.06	OUTRAS RECEITAS CORR	75,00	0,00	196,91	196,91	0,00	196,91	0,00	196,91	0,00	0,00	196,91	0,00	262,55
001	001	R.08.01.99.A0.00	OUTRAS RECEITAS CORR	18.200,00	15,65	59.895,67	32.576,65	0,00	32.576,65	0,00	32.576,65	0,00	0,00	32.576,65	27.334,67	178,99
001	001	R.09.04.04.A0.00	ALIENAÇÃO DE BENS	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
001	001	R.13.01.01.00.00	INDEMNIZAÇÕES	25.000,00	0,00	18.711,60	18.711,60	0,00	18.711,60	0,00	18.711,60	0,00	0,00	18.711,60	0,00	74,85
001	001	R.15.01.01.00.00	REPOSIÇÕES NÃO ABATI	2.600,00	526,54	8.714,36	7.518,61	0,00	7.514,96	3,65	7.518,61	0,00	0,00	7.518,61	1.722,29	289,18
Total medida 001				5.927.736,00	892.972,96	7.528.493,25	7.087.626,31	342.927,17	6.393.371,83	694.254,48	7.087.626,31	12.913,98	12.913,98	7.074.712,33	990.912,73	119,35
Total programa 001				5.927.736,00	892.972,96	7.528.493,25	7.087.626,31	342.927,17	6.393.371,83	694.254,48	7.087.626,31	12.913,98	12.913,98	7.074.712,33	990.912,73	119,35
Total Fonte Financiamento: 510				5.927.736,00	892.972,96	7.528.493,25	7.087.626,31	342.927,17	6.393.371,83	694.254,48	7.087.626,31	12.913,98	12.913,98	7.074.712,33	990.912,73	119,35
001	001	R.16.01.01.00.00	SALDO POSSE SERVIÇO	21.623.440,00	0,00	21.623.438,41	21.623.438,41	0,00	21.623.438,41	0,00	21.623.438,41	12.046,03	12.046,03	21.611.392,38	0,00	99,94
Total medida 001				21.623.440,00	0,00	21.623.438,41	21.623.438,41	0,00	21.623.438,41	0,00	21.623.438,41	12.046,03	12.046,03	21.611.392,38	0,00	99,94
Total programa 001				21.623.440,00	0,00	21.623.438,41	21.623.438,41	0,00	21.623.438,41	0,00	21.623.438,41	12.046,03	12.046,03	21.611.392,38	0,00	99,94
Total Fonte Financiamento: 520				21.623.440,00	0,00	21.623.438,41	21.623.438,41	0,00	21.623.438,41	0,00	21.623.438,41	12.046,03	12.046,03	21.611.392,38	0,00	99,94
001	001	R.06.03.07.A0.01	Transf. Cor. AdmC-SFA	1.687,00	1.686,73	0,00	1.686,73	0,00	0,00	1.686,73	1.686,73	0,00	0,00	1.686,73	0,00	99,98
001	001	R.06.09.05.01.01	PAÍSES TERC.ORG.INT.	203.389,00	0,00	116.152,83	116.152,83	0,00	116.152,83	0,00	116.152,83	0,00	0,00	116.152,83	0,00	57,11
Total medida 001				205.076,00	1.686,73	116.152,83	117.839,56	0,00	116.152,83	1.686,73	117.839,56	0,00	0,00	117.839,56	0,00	57,46
Total programa 001				205.076,00	1.686,73	116.152,83	117.839,56	0,00	116.152,83	1.686,73	117.839,56	0,00	0,00	117.839,56	0,00	57,46
Total Fonte Financiamento: 540				205.076,00	1.686,73	116.152,83	117.839,56	0,00	116.152,83	1.686,73	117.839,56	0,00	0,00	117.839,56	0,00	57,46
Total				48.764.391,00	894.659,69	49.666.424,96	49.227.244,75	342.927,17	48.531.303,54	695.941,21	49.227.244,75	24.960,01	24.960,01	49.202.284,74	990.912,73	100,90

Lisboa, em 24 de março de 2018
O Diretor Geral





MAPA DE FLUXOS CONSOLIDADO
Período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2017

(em euros)

Código		Recebimentos		Código		Pagamentos	
Capítulo	Grupo			Capítulo	Grupo		
		Saldo da Gerência Anterior				DESPESAS	26.169.780,39
		Execução Orçamental				Despesas Orçamentais	26.169.780,39
		De Dotações Orçamentais (OE)				Correntes	25.936.138,67
		De Receitas Próprias		01.01.01	Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	1.070.565,81	
		Na posse do Serviço	21.623.438,41	01.01.03	Pessoal dos quadros — Regime de função pública	12.700.795,16	
		Na posse do Tesouro		01.01.08	Pessoal aguardando aposentação	35.825,56	
		Receitas do Estado	0,00	01.01.09	Pessoal em qualquer outra situação	315.144,71	
		De Operações de Tesouraria	24.852,13	01.01.11	Representação	57.114,17	
		Descontos em Vencimentos e Salários:		01.01.12	Suplementos e prémios	987.266,23	
		Receitas do Estado	0,00	01.01.13	Subsídio de refeição	503.896,67	
		Receitas	27.590.892,36	01.01.14	Subsídios de férias e de Natal	2.452.625,02	
		Dotações Orçamentais (OE)		01.01.15	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	284.328,77	
		Correntes	20.398.340,47	01.02.02	Horas extraordinárias	28.037,19	
		Capital	0,00	01.02.04	Ajudas de custo	151.204,26	
		Receitas Próprias	7.192.551,89	01.02.05	Abono para falhas	3.933,89	
		Correntes	7.166.321,68	01.02.06	Formação	20.190,21	
04.01.99	Taxas Diversas	6.944.964,13		01.02.08	Subsídios e abonos de fixação, residência e alojamento	523.759,00	
04.02.01	Juros de mora	1.636,28		01.02.12	Indemnizações por cessação de funções	5.063,22	
05.03.01	Administração central — Estado	24.247,88		01.02.14	Outros abonos em numerário ou espécie	70.173,55	
06.03.07	Serviços e fundos autónomos	1.686,73		01.03.02	Outros encargos com a saúde	1.229,14	
06.09.05	Países terceiros e organizações internacionais	116.152,83		01.03.03	Subsídio familiar a crianças e jovens	17.769,12	
07.01.02	Livros e documentação técnica	859,04		01.03.04	Outras prestações familiares	1.472,59	
07.01.05	Bens inutilizados	1.255,52		01.03.05	Contribuições para a segurança social	4.269.767,44	
08.01.99	Outras	75.519,27		01.03.06	Acidentes em serviço	662,87	
	A Transportar	7.166.321,68	49.239.182,90	01.03.08	Outras pensões	8.737,22	
				01.03.09	Seguros	178,99	
				01.03.10	Outras despesas de segurança social	39.914,50	
				02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	9.874,03	
				02.01.04	Limpeza e higiene	39.564,20	
				02.01.07	Vestuário e artigos pessoais	106,38	
				02.01.08	Material de escritório	62.597,09	
				02.01.09	Produtos químicos e farmacêuticos	24,50	
				02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	13.436,88	
				02.01.17	Ferramentas e utensílios	37,94	
				02.01.18	Livros e documentação técnica	12.221,72	
				02.01.19	Artigos honoríficos e de decoração	330,44	
				02.01.21	Outros bens	27.632,87	
				02.02.01	Encargos das instalações	186.661,75	
				02.02.02	Limpeza e higiene	212.577,25	
					A Transportar	23.687.848,47	26.169.780,39



MAPA DE FLUXOS CONSOLIDADO

Período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2017

(em euros)

Código		Recebimentos		Código		Pagamentos		
Capítulo	Grupo			Capítulo	Grupo			
		Transporte	7.166.321,68	49.239.182,90		Transporte	23.687.848,47	26.169.780,39
		Capital	26.230,21					
13.01.01		Indemnizações	18.711,6		02.02.03	Conservação de bens	36.948,37	
15.01.01		Reposições não abalidas nos pagamentos	7.518,6		02.02.06	Locação de material de transporte	36.070,44	
		Importâncias Retidas para entrega ao Estado ou outras entidades			02.02.09	Comunicações	130.107,49	
		Receita do Estado	4.787.831,01	7.538.503,06	02.02.10	Transportes	77.847,08	
		Operações de tesouraria	2.750.672,05		02.02.11	Representação dos serviços	6.810,86	
		Descontos em Vencimentos e Salários:			02.02.12	Seguros	26.337,39	
		Receita do Estado	4.769.456,00		02.02.13	Deslocações e estadas	157.167,07	
		Operações de Tesouraria	2.639.618,00		02.02.14	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	57.552,50	
					02.02.15	Formação	39.434,34	
					02.02.16	Seminários, exposições e similares	64.325,83	
					02.02.17	Publicidade	6.880,49	
					02.02.18	Vigilância e segurança	270.129,03	
					02.02.19	Assistência técnica	486.329,85	
					02.02.20	Outros trabalhos especializados	289.132,97	
					02.02.25	Outros serviços	136.256,62	
					03.06.01	Outros encargos financeiros	88,00	
						Capital	233.641,72	
					07.01.03	Edifícios	49.856,62	
					07.01.07	Equipamento de informática	117.542,71	
					07.01.08	Software informático	171,53	
					07.01.09	Equipamento administrativo	34.147,15	
					07.01.10	Equipamento básico	651,65	
					07.01.12	Artigos e objectos de valor	543,26	
					07.01.13	Investimentos incorpóreos	27.184,45	
					07.01.15	Outros investimentos	3.544,35	
						Despesas Orçamentais com compensação em receita própria e com ou sem transição de saldos		0,00
						Importâncias entregues ao Estado ou outras Entidades		7.536.548,58
						Receita do Estado	4.787.831,01	
						Operações de tesouraria	2.748.717,57	
						Descontos em Vencimentos e Salários:		
						Receita do Estado	4.769.456,00	
						Operações de Tesouraria	2.639.618,00	
		A Transportar		56.777.685,96		A Transportar	0,00	33.706.328,97



MAPA DE FLUXOS CONSOLIDADO
Período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2017

(em euros)

Código		Recebimentos		Código		Pagamentos		
Capítulo	Grupo			Capítulo	Grupo			
		Transporte		56.777.685,96		Transporte	0,00	33.706.328,97
						Saldo para a Gerência Seguinte		23.071.356,99
						Execução Orçamental		23.044.550,38
						De Dotações Orçamentais (OE)		
						De Receitas Próprias	23.044.550,38	
						Na posse do Serviço	23.044.550,38	
						Na posse do Tesouro		
						Receitas do Estado		
						De Operações de Tesouraria		26.806,61
						Descontos em Vencimentos e Salários:		
						Receitas do Estado	0,00	
		TOTAL		56.777.685,96		TOTAL		56.777.685,96

Lisboa, em 21 de março de 2018
O Diretor-Geral